

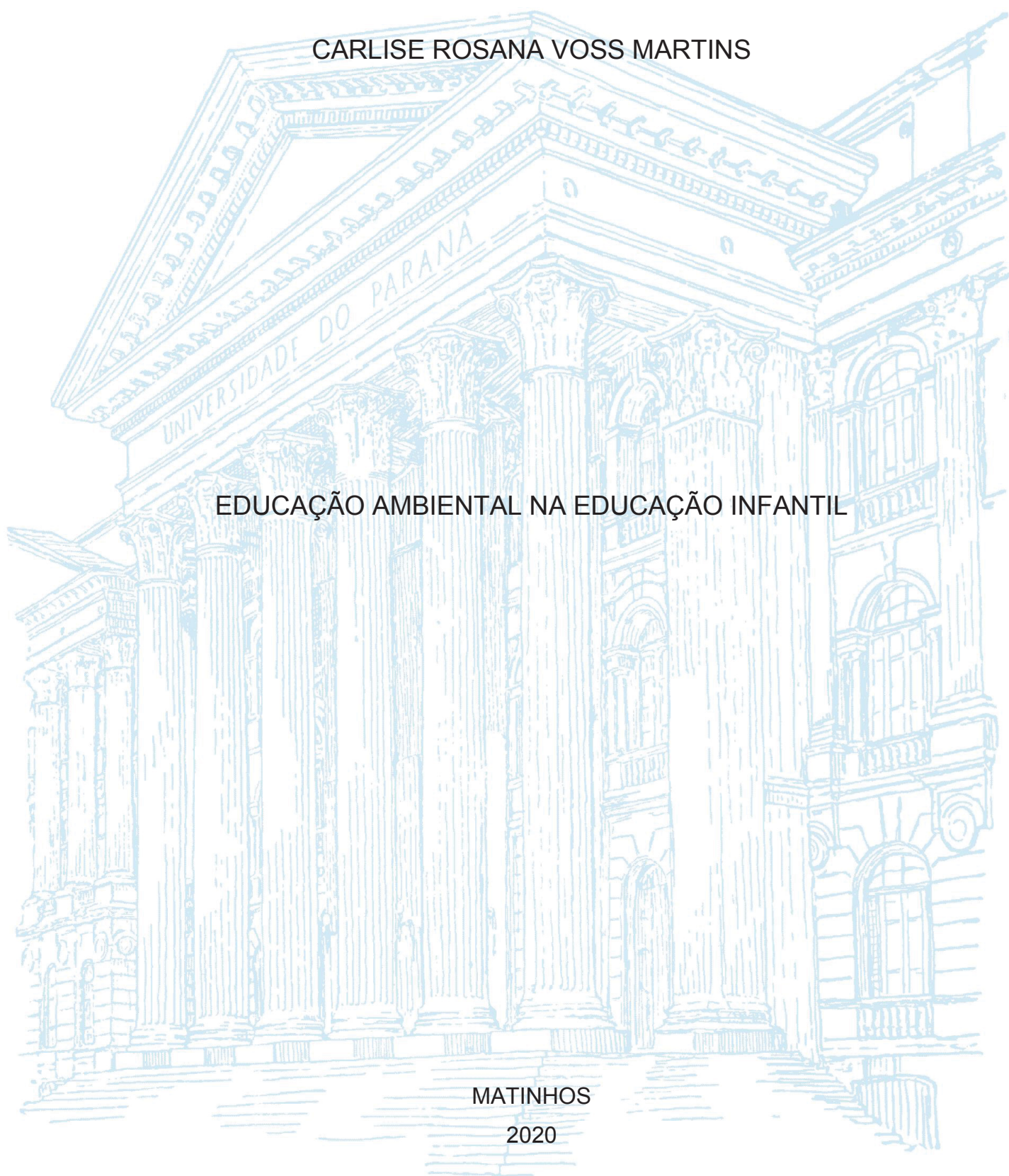
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLISE ROSANA VOSS MARTINS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MATINHOS

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLISE ROSANA VOSS MARTINS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, do Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Ensino das Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes.

MATINHOS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M386 Martins, Carlise Rosana Voss
 Educação ambiental na educação infantil / Carlise Rosana Voss Martins ;
 orientador Maurício Cesar Vitória Fagundes. – 2020.
 127 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2020.

 1. Educação ambiental. 2. Educação infantil. 3. Araucária (Paraná) – Município.
I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino
das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 333.7071



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO REDE NACIONAL PARA
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CARLISE ROSANA VOSS MARTINS** intitulada: **Educação Ambiental na Educação Infantil**, sob orientação do Prof. Dr. MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 02 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

03/12/2020 14:41:14.0

MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 11:06:01.0

SILVANA CÁSSIA HOELLER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/12/2020 10:53:23.0

DANIELLE MARAFON

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Rua Jaguariaíva, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil

CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8300 - E-mail: PROFSCIAMB@UFPR.BR

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 64618

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 64618

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela força para superar as limitações, orientação, inspiração e por ser parceiro nesta escrita me ajudando sempre a encontrar as respostas, tanto na pesquisa como na vida.

A toda a minha família, em especial ao Fred, Lucas e Felipe pelo apoio, compreensão e amor.

A Heli, minha mãe, que sempre me ajudou a enfrentar e superar as dificuldades.

Ao meu orientador, professor Maurício por toda ajuda, apoio nas dificuldades e sempre ensinar a resistir e esperar.

Aos professores da banca, pelos olhares atentos e suas contribuições para qualificar este estudo.

A todos os docentes que contribuíram com a minha formação, desde os anos iniciais até o Mestrado em Educação Ambiental. Um carinho especial a todos os mestres.

As professoras que contribuíram com a pesquisa e todos os que ajudaram de alguma forma para a realização deste estudo.

Aos colegas, pelos momentos agradáveis de convívio, diálogo e aprendizado.

***Não sou perfeito
Estou ainda sendo feito
E por ter muito defeito
Vivo em constante construção.***

Padre Fábio de Melo

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da Educação Ambiental no âmbito da Educação Infantil. Trata-se de um tema importante para a formação das crianças, uma vez que estas são sujeitos que podem contribuir para a construção de novos olhares e novas ações nos ambientes em que vivem. Abordar este tema desde a Educação Infantil, representa uma maior probabilidade de sucesso do trabalho educativo em ações ambientais críticas. O objetivo desta pesquisa é compreender como se desenvolve o trabalho com a Educação Ambiental nas instituições de Educação Infantil no município de Araucária. Este objetivo desdobra-se em movimentos que buscam saber como ocorreu a formação dos docentes, como se desenvolvem as práticas pedagógicas, quais são essas ações e como se efetiva o trabalho pedagógico, busca-se também verificar se tais ações estão contempladas no Projeto Político Pedagógico das Unidades Educacionais pesquisadas. No aspecto metodológico, esta é uma pesquisa de cunho qualitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram respondidas pelos profissionais de Educação Infantil, que atuam nas turmas Infantil IV e V, do município de Araucária (PR). Complementando a coleta de dados, foi utilizado o Projeto Político Pedagógico, documento construído por essas unidades no qual descrevem as concepções de educação, infância e ações que realizam com relação à Educação Ambiental. Analisando todo o trabalho, apesar do esforço de alguns profissionais, pode-se dizer que a Educação Ambiental na Educação Infantil ainda está distante do que se espera em contribuição para o desenvolvimento de uma formação crítica, que envolva a participação ativa dos sujeitos para além de uma percepção mais instrumentalizada, que possibilite a compreensão da complexidade socioambiental, essencial para que ocorram transformações em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Infantil; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This study addresses the issue of Environmental Education in the context of Early Childhood Education. It is an important topic for the instruction of children, since they are subjects that can contribute to forming new views and actions in the environment in which they live. Addressing this issue from early childhood, represents a greater probability of success in this critical subject. This research has as objective understanding how to develop an Environmental Education program for preschool institutions in the city of Araucária, state of Paraná, Brazil. This objective unfolds into an effort to determine how the teachers were trained, how the didactic activities were developed, what these activities are, and how the pedagogical work is executed, it also seeks to verify whether the activities are included in the Pedagogical Political Project for the Educational Units surveyed. In the methodological aspect, this is a qualitative research. Data collection was implemented by means of semi-structured interviews with Preschool professionals who work with Kindergarten years IV and V, in the city of Araucária, PR. A Pedagogical Political Project was used to complement the data collection with a document created by the Educational Units where they describe the concepts of Education, Childhood and the actions they carry out in relation to Environmental Education. Analyzing all the work, it can be said that despite the efforts of some professionals, Environmental Education in Early Childhood Education is still far from achieving its goal of contributing to the development of critical thinking, involving the active participation of the subjects, and a more instrumentalized perception which enables the understanding of socio-environmental complexity, essential for prompting transformations in our society to occur.

Keywords: Environmental Education; Early Childhood Education; Pedagogical Practices.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMAEE	Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID-19	Doença por Coronavírus 2019
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
EA	Educação Ambiental
EI	Educação Infantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PNEI	Política Nacional de Educação Infantil
PP	Proposta Pedagógica
PPP	Projeto Político Pedagógico
SMAG	Secretaria Municipal de Agricultura
SMED	Secretaria Municipal de Educação de Araucária
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 TRAJETÓRIA PESSOAL/PROFISSIONAL DA PESQUISADORA	11
2 REVISÃO TEÓRICA	15
2.1 ESTADO DA ARTE	15
2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	20
2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	25
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL	37
3 METODOLOGIA	42
3.1 O LÓCUS DA PESQUISA	45
4 RESULTADOS/ANÁLISE DOS DADOS	45
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	45
4.2 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50
4.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS	55
4.4 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	71
4.5 AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES PESQUISADAS	79
CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	104
ANEXO	117

INTRODUÇÃO

A temática central deste trabalho é a Educação Ambiental na Educação Infantil e as suas manifestações ou não, por meio das práticas docentes. Parto da premissa de que quando a formação propicia maior contato com a natureza, reconhecendo a sua importância desde a infância, existe a possibilidade de que, quando adolescentes e adultos, esses sujeitos possam assumir uma postura condizente com o sentimento de pertencimento à natureza. O bom trabalho envolve também a formação recebida pelos docentes e se torna mais efetivo, quando o tema é pensado no coletivo e na realidade da unidade educacional.

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como se desenvolve o trabalho com a Educação Ambiental nas instituições de Educação Infantil no Município de Araucária. Para consecução deste objetivo, o desdobramos em três objetivos específicos, quais sejam: analisar as práticas pedagógicas relacionadas à Educação Ambiental; compreender como se dá a formação do professor da Educação Infantil com relação à Educação Ambiental; e avaliar como a Educação Ambiental está contemplada no Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais pesquisadas.

O *lócus* de realização desta pesquisa foi o município de Araucária, privilegiando as instituições de Educação Infantil, nas turmas Infantil IV e V, que se constituem na última etapa da Educação Infantil, a partir daí as crianças passam a frequentar as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Para obter as informações necessárias, os/as professores/as foram consultados a respeito do seu trabalho mediante entrevistas semiestruturadas. Além disso, foram analisados documentos, avaliando como as Propostas Pedagógicas sinalizam os aspectos relacionados à Educação Ambiental.

Outros dados da pesquisa foram obtidos com a Secretaria Municipal de Educação que solicitou às unidades educacionais informações sobre o trabalho desenvolvido com relação à Educação Ambiental, que também constituiu um referencial para verificar como essas ações ocorrem, em quais concepções eles se identificam e de que forma o trabalho com a Educação Ambiental pode ser aperfeiçoado.

Justificamos a importância desta pesquisa por acreditar na relevância da educação para a formação de novas gerações. Apesar das dificuldades e limitações da educação brasileira, é por meio dela que poderemos desenvolver uma postura

favorável à manutenção da vida. Como afirma Paulo Freire: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2000, p. 67). É através das ações educativas que as mudanças tão necessárias poderão acontecer.

A minha atuação como pedagoga na Educação Infantil permite observar as posturas pedagógicas nas instituições e da conduta dos professores com relação à Educação Ambiental voltada a essa etapa importantíssima da formação humana, pois é justamente nesta fase que as crianças se mostram mais curiosas, espontâneas e expressivas, período em que é possível oferecer inúmeras situações de aprendizagem.

O papel da sala de aula é possibilitar um aprendizado social, baseado no diálogo e na interação, possibilitando a interpretação de informações, conceitos e significados que auxiliam no aprendizado em sala de aula e experiências pessoais do aluno. Desse modo, a escola pode constituir-se no espaço de valorização da natureza, religando-a a essência da vida, ao mesmo tempo que esse contato enriquece, praticamente todas as atividades escolares, em um contexto repleto de práticas sociais ricas e que possibilitam uma compreensão sistêmica do mundo e que, por meio do diálogo, abra possibilidades para uma ação em busca de alternativas e soluções.

A Educação Ambiental é um meio de transformação social, não obstante há uma falta de profissionais qualificados, no campo educativo, para administrar a questão ambiental. Uma das razões é a falta de formação continuada na área.

Dessa forma, justifico este trabalho pela possibilidade de apresentar a compreensão e análise dos significados e sentidos da Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil, assim, considero de suma importância manifestar minha escolha teórico-metodológica para este estudo, o qual se relaciona com minha trajetória acadêmica e profissional na área da Educação Infantil.

O texto desta dissertação prossegue com a trajetória desta pesquisadora, seguido da revisão teórica relacionada à Educação Infantil e à Educação Ambiental, bem como as suas relações. Na sequência, estão os capítulos: Metodologia, Os resultados e análises e, por fim, as Conclusões.

1.1 Trajetória Pessoal/Profissional da Pesquisadora

Minha trajetória se entrelaça com as motivações para o desenvolvimento desta pesquisa sobre Educação Ambiental na Educação Infantil. Várias questões me preocuparam e me traziam inquietações desde criança, especialmente quando passei mal e o motivo foi a poluição da água. Foram sete dias de tratamento para desintoxicação. Dessa forma, perguntava indignada: por que as pessoas poluem a natureza? E estragam lugares tão bonitos? Elas preferem tomar banho no esgoto? Quem faz isso e por quê? São perguntas que não tive respostas enquanto criança, pois raramente esse tema era abordado nos currículos escolares, ou não era simplesmente considerado assunto de criança. Lembro-me de um levantamento realizado por Rocha *et al.* (1999) que constava o quanto as crianças eram pouco ouvidas.

É exatamente na infância que essas reflexões se iniciam, daí surgiu o desejo de proporcionar às crianças, o mais cedo possível, oportunidades de reconhecerem a importância da preservação do meio ambiente, da natureza e da terra, por meio da inclusão de atividades ambientais na escola, possibilitando reflexões que permitam atitudes condizentes com a valorização da natureza, também para além dela.

Menciona Tiriba (2017) que o processo da Educação Ambiental deveria iniciar-se desde as primeiras séries da Educação Infantil, com atividades que possibilitassem o desemparedamento¹, realizando práticas em contato com a natureza. Dessa forma, ocorrendo a conexão com o ambiente enquanto criança, haverá mais possibilidades de, ao se tornar adulto, o sujeito se perceber como parte integrante dela. Em especial, que compreenda que tudo o que fazemos à natureza nos afeta diretamente, pois tudo está interligado e nossa vida depende de mantermos as condições necessárias para tal.

Durante o Ensino Fundamental, ficava indignada nas aulas quando o tema era poluição ou degradação ambiental. Sempre questionava os professores e buscava um modo de saber o que era possível fazer para resolver essas questões. Me sentia um tanto quanto responsabilizada se não fizesse algo. Quando havia atividades relacionadas com o tema, projetos, eu procurava participar. Durante a infância e

¹ Desemparedamento: espaço externo, não limitado ao espaço entre paredes, da unidade educacional, segundo Lea Tiriba e será um termo usado ao longo da dissertação.

adolescência, também buscava atividades em contato com a natureza, especialmente para lazer. Enquanto pedagoga e professora, analisava as propostas pedagógicas e referenciais curriculares que muitas vezes abordavam, como secundárias, as questões ambientais ou nem sequer eram mencionadas. E dessa forma, muitos outros temas, que deveriam ser trabalhados eram deixados de lado.

Partindo dessa reflexão, enquanto pedagoga da Educação Infantil e professora da Formação de Docentes, iniciei um trabalho sobre as questões ambientais, pois entendo ser fundamental para a formação, tanto do educador que se forma no Ensino Médio (para atuar na Educação Infantil), quanto do professor que se forma no Ensino Superior.

Alguns projetos realizados podem ser mencionados como o projeto bichos, que possibilitou o contato com vários animais, estudar suas características, seus hábitos alimentares, enfim, ter vivências que permitissem valorizar a natureza em suas amplas possibilidades. Vários bichos foram levados até a unidade educacional para convívio, observação e estudos pelas crianças, em aulas práticas ao ar livre, como o: Coelho, Gato, Cachorro, Hamster, Papagaio, Carneiro, Tartaruga, Calopsita, Perereca, Peixe, Garnizé, Vaca, entre outros. O projeto se encerrou com a visita ao zoológico para, através da aula de campo, ampliar as experiências das crianças com relação ao tema.

Outro projeto foi o da horta, onde as crianças tiveram vivências em relação ao preparo do canteiro, adubação e finalmente o plantio de mudas de alface, brócolis, couve, repolho, rúcula, temperos, chás, entre outros.

A horta foi produzida utilizando a compostagem e o minhocário construído na unidade educacional. As mudas foram adquiridas na Secretaria de Agricultura do Município e complementadas com recursos do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Tietê, onde se desenvolveram os projetos. A produção foi farta e os alunos puderam levar para casa os alimentos e chás.

Na unidade, ocorreu também o projeto semeando o futuro, a partir de sementes de girassol foram exploradas suas propriedades nutritivas e saboreadas pelas crianças, contado histórias e finalmente foram trazidas sementes para o plantio das mesmas, momento em que cada aluno teve uma semente com o seu nome fixado no local e com a identificação, o que possibilitou o acompanhamento de seu crescimento. O nascimento do primeiro girassol já foi motivo de alegria para os alunos e a primeira flor, então, foi até fotografada.

O Pinhão e a Cereja também são exemplos de projetos desenvolvidos. Foram feitos bolos e saboreados com os alunos, que também levaram mudas para plantar com as famílias e, posteriormente, enviaram fotos para registro da atividade.

Nas formações internas, o desemparedamento foi um tema abordado e dialogado com os docentes, destacando a importância para o desenvolvimento integral das crianças, para que nos planejamentos as ações fossem pensadas, considerando como prioritária essa questão.

Essas são ações mais recentes. Anteriormente, na rede estadual de ensino, com o Projeto Vale Saber, foi desenvolvida a proposta “Da escola para o rio”, que abordava a Educação Ambiental relacionada ao estudo do Rio Iguaçu, seus principais aspectos e as condições ambientais. Este Projeto ocorreu na escola em que trabalho atualmente e é a mesma escola que estudei, como aluna de Ensino Médio do curso de magistério (atualmente formação de docentes).

A minha formação sempre ocorreu no ensino público, do Ensino Fundamental à universidade. Apenas uma especialização ocorreu no ensino privado.

A minha atuação profissional se dá em Araucária, região metropolitana de Curitiba com um polo industrial bem desenvolvido, do ponto de vista econômico, porém com bastante problemas em relação ao ambiental. Por outro lado, o impacto dessa proposta de industrialização adotada no município de Araucária propicia a sua problematização e o desenvolvimento de um trabalho que permita um olhar crítico em relação ao ambiente e às questões econômicas.

Compreender como são abordadas as questões ambientais nas instituições educativas torna possível identificar a importância que é dada ao tema. Quanto mais a formação, principalmente na infância, propicia, por exemplo, contato com a natureza, mais claramente os sujeitos reconhecem a sua importância, especialmente quando adultos, determinando uma postura condizente com o sentimento de pertencimento à natureza. O bom trabalho envolve também a formação recebida pelos docentes e se o tema contempla a realidade da unidade educacional.

Ao longo da minha formação, foi possível perceber que me faltaram elementos para compreender e trabalhar as questões ambientais, que foram buscadas na trajetória acadêmica. Dessa forma, as práticas pedagógicas foram se modificando a partir da formação construída. Daí surge a necessidade de identificar como as práticas pedagógicas vêm ocorrendo e como os professores que atuam na Educação Infantil receberam essa formação em relação à Educação Ambiental e a forma como

desenvolvem suas práticas pedagógicas. Se continuam ocorrendo lacunas na formação dos professores, são necessárias propostas para superar essa condição, pois a formação repercute nas práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças. Estas, por sua vez, podem estar num espaço que estimule o contato com elementos do mundo natural e perceber sua importância ou entre quatro paredes, recebendo atividades prontas, sendo apenas conduzidas a executar. Essas são propostas que refletem na formação humana e na postura em relação à vida.

Em minha trajetória profissional, foi possível reconhecer a importância do trabalho educativo na formação humana, tanto na formação de futuros profissionais que atuarão na Educação Infantil, quanto na formação das crianças, principalmente delas. Perceber como elas são instrumentalizadas e preparadas para escolher os melhores caminhos para a vida que se quer levar em sociedade e em comunhão com a natureza, segundo Loureiro (2012), é o que pretendemos descobrir ao analisar como a Educação Ambiental é trabalhada na Educação Infantil.

2 REVISÃO TEÓRICA

Na presente pesquisa, foram reunidas as principais informações relacionadas à Educação Infantil e Educação Ambiental, que constituem a base para a pesquisa envolvendo as principais legislações e definições, além da importância de abordar a Educação Ambiental nas instituições de ensino, especialmente de Educação Infantil. Antes de adentrar aos autores que fundamentam esta pesquisa, apresento o estado da arte sobre a temática, a partir de um recorte temporal de 2017 a 2019.

2.1 Estado da Arte

O estado da arte serve de referência ao estudo, apontando as pesquisas realizadas em diferentes subdivisões, sobre publicações na área. Essa sistematização, fruto de um amplo apanhado de variáveis de um determinado tema em relação a dado período de tempo, é o estado da arte (RAIMUNDO; FAGUNDES, 2018).

O estado da arte é uma pesquisa que se preocupa com a totalidade da produção de um dado conhecimento. Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 39 apud RAIMUNDO; FAGUNDES, 2018, p. 13):

estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Para as consultas foram utilizados os filtros disponibilizados nas bibliotecas eletrônicas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Assim, a partir dos descritores Educação Ambiental na Educação Infantil, na base de dados, pesquisaram-se títulos dos artigos de cada biblioteca. Buscou-se por pesquisas brasileiras, em português, e apenas publicações de artigo de dissertação no período de 2017 a 2019.

Em relação aos artigos selecionados, foi realizada a leitura dos resumos de cada um, com o objetivo de descobrir se informações que o caracterizavam tinham afinidade com o tema pesquisado, selecionando os que apresentavam mais condições de contribuir com o tema em estudo.

Os assuntos foram selecionados pela leitura dos resumos em consonância as suas palavras-chave, elencando aquelas que mais sintetizaram as informações do resumo para representar o trabalho.

Desse modo, a partir das palavras-chave EA na EI, foram consultadas as bases de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Eletronic Library Online (SciELO).

Na BDTD foram localizadas 28 publicações. Destas, apenas 05 cinco tinham relação com o tema da pesquisa. Entre elas, podemos citar: **Educação Ambiental na Educação Infantil contribuições didáticas**, de Carolina Moraes Santos, publicada em 2019, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Esta pesquisa destaca a grande capacidade de aprendizagem das crianças, na infância, que repercute durante a vida toda. Dessa forma, considera importantes as atividades de EA para a formação de um cidadão crítico, problematizador e atuante na sociedade. Para isso, foram planejadas e desenvolvidas atividades relacionadas a três principais temas: 1) Meio Ambiente; 2) Transformações e 3) Animais. Baseado nisso, a pesquisa procurou investigar formas de conduzir atividades representativas sobre Educação Ambiental na Educação Infantil. A pesquisa considerou sua apresentação aos alunos, a fim de analisar a recepção das crianças, o tempo de concentração, participação e possíveis demonstrações de significação. Em relação aos resultados obtidos, as atividades foram, no geral, bem recebidas pelas crianças que demonstraram a significação de conceitos de diversas formas, a partir da fala, ações e interações de um e outro.

Outro artigo encontrado, **A educação ambiental em uma escola de educação infantil em São Paulo: currículo e práticas**, de Leonardo Dias da Silva da Universidade de São Paulo (USP), estudou a Educação Ambiental no currículo e nas práticas cotidianas de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de São Paulo. Buscou verificar de que forma a Educação Ambiental está inserida na proposta curricular e considerou documentos elaborados pela instituição, como registros de reuniões e o Projeto Político Pedagógico (PPP), em que constam as concepções de educação e infância, além de projetos desenvolvidos. O estudo analisou dados sobre a implantação do PPP na instituição, especialmente sobre as circunstâncias formativas, estruturais e organizativas da unidade. Identificou-se a perspectiva crítica e reflexiva de educação ambiental. Os tempos e espaços foram repensados por meio de uma efetiva formação e comprometimento do coletivo educacional. A instituição contou com parcerias externas (ONGs, voluntários, pais e comunidade), que

contribuíram com o processo de formação, modificação e criação de espaços educativos. O movimento de transformação da instituição caminhou no sentido de superação de práticas tradicionais, dando voz à pedagogia participativa.

Foi encontrado também o artigo: **Educação Ambiental e valores na Educação Infantil : sentidos construídos a partir do trabalho pedagógico**, de Geise Daniele Milagres Crepaldi, 2018. A pesquisa trata da Educação Ambiental e o trabalho com valores na Educação Infantil a partir das práticas docentes de duas professoras participantes de um programa de formação continuada voltado a essa temática. As professoras se propuseram a realizar um projeto em suas escolas que articulasse a temática ambiental e a alimentação. Uma das professoras desenvolveu um trabalho escolarizado, enquanto a outra professora se apoiou mais em atividades de caráter lúdico. Ambas foram consideradas importantes, oportunizaram contatos com elementos naturais presentes em diferentes espaços da escola, realizaram experiências ricas de apreciação desses elementos, o que favorece a construção de valores a eles relacionados. Apresenta as dificuldades quanto aos recursos necessários para a realização de algumas atividades, muitas vezes financeiramente assumidas pelas professoras, além daquelas inerentes à complexidade da temática trabalhada, que exige formação continuada para que as possibilidades de trabalho possam ser gradativamente ampliadas.

Identificamos também o artigo: **Educação ambiental na educação infantil: as vivências com a natureza no pátio da escola**, de Bruna Medina Finger Arnholdt, pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), 2018. Analisa a Educação Ambiental na busca de acompanhar as mudanças e tornar suas práticas mais contextualizadas. A formação dos professores é essencial para acompanhar estas mudanças e qualificar os processos de ensino e de aprendizagem bem como a atualização das práticas. As crianças vêm convivendo cada vez mais com uma realidade urbana e tecnológica, distanciando-se, muitas vezes, das interações com a natureza. Neste sentido, a Educação Ambiental vem contribuindo para a aproximação do ser humano com a natureza, retomando esse contato essencial. O Problema em questão é: de que forma a Educação Ambiental na Educação Infantil pode explorar os pátios das escolas, constituindo-os em ambientes de aprendizagem, e em que medida a formação continuada de professores de Educação Infantil contribui para essas vivências?

O artigo **Alfabetização científica na educação infantil**, de Marcia Aparecida Guimarães Cardoso, da Universidade Nove de Julho, São Paulo, busca verificar se as práticas pedagógicas das docentes, na Educação Infantil, envolvendo a Alfabetização Científica, desenvolvem um comportamento mais sustentável ou menos sustentável nas crianças. Perceberam que as propostas pedagógicas que envolvem experimentações concretas e lúdicas despertam, nas crianças, uma postura voltada para a preservação dos recursos naturais, do cuidado com a Terra e da convivência harmoniosa com outros seres vivos.

Na ScieLO, com os descritores Educação Ambiental na Educação Infantil, foi pesquisado em todos os índices, idioma português, tipos de literatura: todos, foram encontrados 04 artigos, desses, 03 tiveram afinidade com a pesquisa.

Na pesquisa de Virginia T Schall, **Educação ambiental e saúde para escolares de primeiro grau: uma abordagem transdisciplinar**, percebemos uma análise crítica e sugestões quanto à orientação da Educação Ambiental e saúde na escola, a partir de experiências pedagógicas com base em estudos sobre a transdisciplinaridade. São considerados também os conhecimentos populares para construir novos conceitos científicos e o planejamento de experiências concretas que estimulem sensações de prazer e admiração pela natureza e pela vida e a busca de soluções para problemas que afetam a realidade local dos alunos, sem deixar de considerar as questões globais. A formação dos professores, por meio de cursos e oficinas criativas, é considerada fundamental, associando a construção de novos saberes à reflexão sobre o papel da escola, comprometida com a busca de maior igualdade social e equilíbrio nas relações entre o homem e a natureza.

Na pesquisa de Daniela Gureski Rodrigues e Daniele Saheb, **A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental**, foi estudada a relação entre os cursos de Educação Ambiental (EA) com professores de Educação Infantil (EI) e seus desdobramentos na prática pedagógica com as crianças. O estudo foi realizado em 10 CMEIS de Curitiba, utilizando análise documental, entrevista semiestruturada e observação de uma prática de EA para identificar as fontes usadas pelos professores para o planejamento de atividades de EA e descrever os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da prática em EA. Foi possível compreender que a formação continuada precisa propiciar ao profissional da EI momentos de discussão, reflexão e pesquisa.

E da mesma autoria: **A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin**, que trata o trabalho com o meio ambiente vinculado à importância de iniciar a inserção da Educação Ambiental na Educação Infantil, pois nessa fase, a criança desenvolve valores que a acompanharão por toda sua trajetória e faz um estudo do documento de referência da Educação Infantil. Desse modo, busca-se compreender como a Educação Ambiental está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). O documento não menciona o termo “Educação Ambiental”. É utilizado Morin, como principal teórico, no qual o trabalho com a ética, o cuidado, a cooperação e a solidariedade são importantes aliados no campo da educação ambiental na educação infantil.

As pesquisas consultadas foram um referencial importante para a construção do campo teórico relacionado a Educação Ambiental na Educação Infantil do presente estudo. Possibilitou encontrar diferentes formas de investigação, contato de autores relacionados ao tema além de diversas nuances da mesma temática e diferentes formas de abordagens que nos situaram e serviram de inspiração para a construção da dissertação. Abaixo segue o quadro com a síntese, com as principais contribuições de cada uma delas:

TÍTULO/AUTOR	SÍNTESE
Educação Ambiental na Educação Infantil contribuições didáticas. Autor: Carolina Moraes Santos	A capacidade de aprender na infância repercute na vida toda. Analisa atividades pedagógicas desenvolvidas na EI, a partir do comportamento das crianças (tempo de atenção, interesse demonstrado)
A educação ambiental em uma escola de educação infantil em São Paulo: currículo e práticas. Autor: Leonardo Dias da Silva	Estuda a EA no currículo e práticas cotidianas de uma unidade de EI em SP. Pesquisou se a EA está inserida no currículo e no PPP.
Educação Ambiental e valores na Educação Infantil: sentidos construídos a partir do trabalho pedagógico. Autor: Geise D. Milagres Crepaldi	Envolve EA e valores a partir da formação continuada de duas docentes com relação ao tema e aplicação (uma escolarizada e outra lúdica)
Educação ambiental na educação infantil: as vivências com a natureza no pátio da escola. Autor: Bruna Medina Finger Arnholdt	Explora os pátios da escola como ambiente de aprendizagem. Aborda a formação em EA para tornar as práticas contextualizadas.

<p>Alfabetização científica na educação infantil. Autor: Marcia Aparecida Guimarães Cardoso.</p>	<p>Verificar se as práticas pedagógicas envolvendo alfabetização científica desenvolvem nas crianças um comportamento mais sustentável ou menos sustentável.</p>
<p>Educação ambiental e saúde para escolares de primeiro grau: uma abordagem transdisciplinar. Autor: pesquisa de Virginia T Schall</p>	<p>Orientação da EA e saúde na escola a partir de experiências pedagógicas que partem dos saberes populares.</p>
<p>A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. Autor: Daniela Gureski Rodrigues e Daniele Saheb.</p>	<p>Relação dos cursos de EA na EI e os desdobramentos nas práticas pedagógicas com as crianças.</p>
<p>A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. Autor: Daniela Gureski Rodrigues e Daniele Saheb.</p>	<p>Estuda como a EA está presente nas DCNEI de 2010 e utiliza Morin como teórico para análise.</p>

2.2 Educação Infantil

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica e tem como principal objetivo formar os indivíduos em sua integralidade. Desse modo, defende-se que a Educação Ambiental é parte dessa caminhada e pode contribuir categoricamente para essa formação. Mais adiante se verá como a Educação Ambiental no Brasil está sendo inserida na Educação Infantil.

A Educação Infantil está assegurada na LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Assegurar esse direito à educação, em forma de lei, com diretrizes e normas para todo o país, constitui-se em um fato importante para a Educação Infantil brasileira.

A Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos. Para que isso ocorra, é necessário organizar

adequadamente as funções indissociáveis de cuidar e educar nas instituições de Educação Infantil. Como modo de complementar a ação da família, deverá se efetivar constante diálogo entre as famílias e instituições, favorecendo o aprendizado, ampliando as experiências das crianças, propiciando o contato com a natureza, da qual faz parte.

A LDBEN nº 9394/96 enfatiza, em seus artigos 29 e 30, a finalidade e as fases da Educação Infantil, respectivamente, como seguem:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

A frequência na Educação Infantil a ser considerada é de 60% da carga horária anual de 800 horas, distribuídas em 200 dias de trabalho educacional. As crianças podem ser atendidas em 4 horas no turno parcial e até 7 horas diárias para jornada integral, de acordo com a lei, e a avaliação é para acompanhar o seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, de acordo com a lei.

O direito à educação de 0 a 6 anos com atendimento nas creches e pré-escolas, também estava assegurado pela Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

A partir da lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que modifica os artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB 9.394, com relação a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. As crianças a partir de 6 anos serão atendidas pelo Ensino Fundamental de nove anos. Até os 5 anos são atendidos pela Educação Infantil.

Com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, as crianças passam a ter 6 direitos de aprendizagem: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, que são distribuídos em 5 campos de experiência: O Eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esta legislação propõe uma nova organização curricular e coloca a criança como centro do processo educativo. O professor é mais um observador e a criança passa a ser o protagonista. Os conceitos de Cuidar e Educar e a Formação do vínculo são essenciais ao aprendizado.

Pode-se dizer que indicam as capacidades a serem desenvolvidas pelas crianças: de ordem física, cognitiva, ética, estética, afetiva, de relação interpessoal, de inserção social e fornecem os campos de ação. É especificado o conhecimento de si e do outro, o brincar, o movimento, a língua oral e escrita, a matemática, as artes visuais, a música e o conhecimento do mundo, ressaltando a construção da cidadania. É necessário, também, identificar os aspectos essenciais relacionados aos ambientes físicos que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pela Política Nacional de Educação Infantil (PNEI), trazendo uma nova ordem de ampliação e organização: “A organização do espaço físico das instituições de educação infantil deve levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo e o cognitivo” (BRASIL 1998, p. 58). Assim sendo, a Educação Infantil deve ser percebida como uma educação indispensável, estabelecida como uma formação que deva atender aos padrões de boa qualidade para a educação, importante para uma aprendizagem efetiva, pois socializa, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar, fundamental para a criança e seu desenvolvimento.

Aponta o PNEI que “atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido” (BRASIL, 2006b, p. 8).

Porém, salientam Moreira e Lara (2012), mesmo da compreensão das políticas para a Educação Infantil no Brasil, vai além da realidade meramente brasileira. As diversas e contínuas mudanças na economia e na cultura, que aqui provocam transformações sociais, ocasionam também modificações universais no funcionamento das famílias e na educação das crianças em todas as camadas sociais.

É fundamental considerar as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a constituição do ser. Neste caso, o professor precisa priorizar os valores humanos no trabalho com os alunos, com o objetivo de torná-los cidadãos que respeitem as condições das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades.

Na definição de Corsaro (2009) a criança assimila, criativamente, as atitudes dos adultos para transformá-lo numa cultura singular. Entende o autor que a cultura infantil pode ser vista como “um conjunto de atividades ou rotinas, artefatos, valores e

preocupações que as crianças produzem e partilham na interação com os seus pares” (CORSARO, 2009, p. 32). Assim, considera o autor que a socialização infantil, nesse processo, é mais interativa que passiva, ou puramente interpretativa.

O termo interpretativo captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças (CORSARO, 2009, p. 31).

Compreende-se então, diante da abordagem social da criança, que a mesma, desde cedo, participa de uma rede social já composta a qual desenvolveu sua linguagem de comunicação de modo peculiar da apreensão do real. Dentro desse contexto, das interações sociais, a criança alargou sua possibilidade de absorver o mundo que a rodeia, expandindo a cultura de pares e reconstruindo a cultura adulta.

Também Santos e Leonor (2011, p. 207) pressupõem de que a criança é um ser histórico, social e político, “que encontra no outro, parâmetros e informações que lhe permitem formular, questionar, construir e reconstruir o espaço que a cerca”, sendo a linguagem relevante nesse contexto.

Compreende-se então, diante da abordagem social da criança, que a mesma, desde cedo, participa de uma rede social já composta a qual desenvolveu sua linguagem de comunicação de modo peculiar da apreensão do real. Dentro desse contexto, das interações sociais, a criança alargou sua possibilidade de compreender o mundo que a rodeia, expandindo seus saberes através das relações com seus pares e com os adultos que lhe são referência.

Ao tratar da cultura do indivíduo e da cultura do outro Morin (2006, p. 44) dá importância de conhecer para respeitar e de sua contribuição para o processo de conhecer a condição humana. Discorre o autor que, para a educação do futuro, é necessário promover grande remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo; dos conhecimentos derivados das ciências humanas, para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como para integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, a música. Nota-se que o movimento de humanização que se dá com as crianças ao fortalecer as interações se faz necessária aos adultos corresponsáveis pelo planejamento desses momentos que precisam também, dialogar, expor preferências, concepções, compartilhar dúvidas e conhecimentos,

planejar de forma colaborativa, refletir sobre os interesses das crianças, acolher a diversidade, ora dos educandos, ora dos educadores e aprender uma nova convivência.

No entender de Lima (2015) a ação das escolas de Educação Infantil deve impulsionar as crianças tanto no acesso ao patrimônio cultural construído pela humanidade quanto no encontro íntimo com o mundo natural e com seu corpo. Implica colocá-las em contato com a diversidade de campos do conhecimento, incluindo as ciências, a filosofia, as artes e as tradições culturais/espirituais, como componentes de uma grande rede de conhecimentos que se complementam de forma não hierarquizada.

Desse modo, Martins (2009) destaca a importância da escola como local para além dos cuidados na Educação Infantil, porque é nele que a criança deve se envolver, interagir e agir com o meio, com o outro e com si mesma para apreender o mundo que a cerca e ir além apreendendo para além da imagem, mas também os significados por trás delas.

Como já mencionado, é na Educação Infantil que a criança constrói suas primeiras experiências, nesse sentido afirma Lima (2015, p. 36) que:

desde a primeira infância as crianças necessitam estar em espaços nos quais possam viver experiências que as mantenham vinculadas às coisas da natureza e se percebam como parte do mundo natural. Para isso, é imprescindível que elas tenham oportunidade de estar em contato direto com a natureza. Deste modo, cuidar das crianças significa, necessariamente, disponibilizar espaços naturais, nos quais elas possam desfrutar, contemplar, se encantar, enfrentar desafios e aprender.

Referente ao contato com a natureza, Morin (2006) apresenta como “ensino da identidade terrena”, que diz respeito ao reconhecimento e pertencimento do indivíduo ao planeta Terra, o que é essencial para a construção da sua condição humana:

o planeta exige um pensamento policêntrico capaz de apontar o universalismo, não abstrato, mas consciente da unidade/diversidade da condição humana; um pensamento policêntrico nutrido das culturas do mundo. Educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro, que deve trabalhar, na era planetária, para a identidade e consciência terrena (MORIN, 2006 p. 56).

Afirma Luccas (2016, p. 69) que a Educação Infantil:

[...] é lugar de experiências e vivências das crianças em processo de formação das qualidades humanas, de desenvolvimento de sua inteligência e de sua personalidade, ou seja, de formação e de desenvolvimento das

capacidades e habilidades necessárias à constituição de uma nova forma de relação ser humano-sociedade-natureza: a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e a formação de uma personalidade madura, estável e solidária.

Encerrando a temática da Educação Infantil com os dizeres de Morin (2006 p. 62):

a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar.

O autor reforça o imprescindível exercício de uma educação pautada no respeito ao ser humano, aqui em especial a criança, que tem que ter seu processo de crescimento e educação na integração com a realidade de seu ambiente, aprendendo a ética do cuidado consigo, com os outros e com o meio.

2.3 A Educação Ambiental

O breve histórico sobre o surgimento e necessidade da Educação Ambiental se faz necessário para compreender as etapas da evolução e assim situar os programas e leis que regulamentam a Educação Ambiental nas escolas, pesquisados, nos cadernos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) de 2007, a fundamentação sobre a Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Os primeiros registros sobre Educação Ambiental são de 1948, durante um encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris. Mas foi em Londres a primeira grande catástrofe ambiental, provocando a morte de 1.600 pessoas, desencadeando o processo de sensibilização sobre a qualidade ambiental na Inglaterra que culminou com a Lei de Ar Puro em 1956. Esse fato socioambientalista mobilizou diversos setores na busca de soluções e mudanças a respeito do meio ambiente. Na década de 60, configurou-se, nos Estados Unidos, o movimento ambientalista o qual gestou o lançamento do livro **Primavera Silenciosa** de Rachel Carson em 1962, no qual a autora denunciava os inseticidas utilizados na agricultura, especificamente o DDT (Dieldrin-Difenil-Tricloroetano), os quais afetavam os organismos vivos nos diversos elos da cadeia alimentar, como se acumulavam nos tecidos gordurosos dos animais e como atingiam os seres humanos. Essa atitude

despertou a consciência ecológica global, dando início o que hoje é conhecido como educação ambiental (DIAS, 2004).

Rachel Louise Carson foi uma bióloga marinha, ecologista e cientista. Começou um trabalho temporário no Departamento de Pesca nos Estados Unidos, roteirizou um programa educativo, foi diretora do programa de publicações do Serviço de Pesca e Vida Selvagem. Impulsionou a carreira de bióloga e escritora, defendendo o meio ambiente e trabalhando para estabelecer projeto de conservação da natureza.

A instituição, a perspectiva e o rigor de Carson criaram um trabalho de substancial profundidade e credibilidade que espalharam um debate com a comunidade científica e o público em geral sobre o uso de pesticidas na natureza. Essa discussão levou a novas políticas de proteção ao ar, à água e ultimamente, à saúde e à segurança, conscientizando o mundo sobre o uso dos pesticidas desde 1945 e as sérias consequências dos mesmos.

Esses e muitos outros impactos ambientais que vinham acontecendo pelo mundo, provocaram sérios problemas à saúde pública, ocasionando morte de pessoas e animais. A forma como estavam sendo utilizados os recursos naturais do planeta comprometiam de maneira acelerada a existência da vida na Terra.

A crise ambiental vivida no planeta conscientizou os países ricos a pensarem sobre os problemas ambientais e a busca de possíveis soluções, uma vez que as empresas lucravam com a exploração dos recursos naturais, sendo a sua maioria não renováveis, mas as empresas tinham como principais matérias-primas para ter o lucro desejado (DIAS, 2004).

Em 1968, surge o “Clube de Roma”, formado por trinta especialistas de várias áreas, promovendo discussões sobre a crise que vivia a humanidade, assim como as consequências para futuro da Terra se as empresas continuassem consumindo os recursos naturais (DIAS, 2004).

A partir disso, surgiram novos olhares com relação aos problemas ambientais, foi então que a Educação Ambiental passou ser considerada como campo de ação pedagógica.

Porém, a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, a temática da Educação Ambiental foi inserida na agenda internacional. O Programa Internacional de Educação Ambiental foi lançado em Belgrado no ano de 1975, quando são definidos os princípios e orientações para o futuro. Em 1977, o Brasil participa da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi (ex-União

Soviética), em parceria com a Unesco e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA). Neste encontro, saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que são adotados, em todo o mundo, até hoje.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), é elaborado, pela sociedade civil planetária, um importante documento internacional sobre o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Nesse documento são estabelecidos os princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

O Tratado reconhece a Educação Ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social. Durante a Rio 92 foi aprovada, pelos governos, a Agenda 21, documento de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socioambientalmente sustentável.

Durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada no ano de 1997, em Tessaloniki, foi reconhecido que a Educação Ambiental, firmada na Rio 92, foi insuficiente. Consequentemente, percebe-se a necessidade de uma mudança de currículo, de forma a contemplar as premissas básicas que orientam uma educação “em prol da sustentabilidade”, motivação ética, ênfase em ações cooperativas e novas concepções de enfoques diversificados. Por outro lado, a iniciativa das Nações Unidas de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), ganha sinais de reconhecimento de seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação.

Segundo cadernos da SECAD (2007) a Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal, registra-se até o início dos anos 70 um persistente movimento conservacionista o qual, quando ocorre a emergência de um ambientalismo, se une às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio

de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental.

O processo de institucionalização da Educação teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República. Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 6.938/81) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Durante a participação do MEC, na Rio 92, foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, entre outras coisas, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidavam um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país.

Frisam Loureiro e Layrargues (2001) que, inicialmente era necessário dirigir esforços para a inclusão da dimensão ambiental na educação e, atualmente, já incorporada a dimensão ambiental na educação, não é mais possível referir-se genericamente a uma mera Educação Ambiental, sem qualificá-la com a precisão que o momento exige. Afinal de contas, “a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”, segundo o princípio do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social.

Os movimentos ambientalistas no seu surgimento apresentavam como característica a contestação do sistema político-econômico.

Layrargues (2002) analisa as mudanças do movimento ambientalista e no decorrer da história a questão ambiental foi sendo separada da questão social. Ao entender os problemas ambientais como resultado da organização da sociedade capitalista, o movimento ambientalista se tornou ameaçador e teve seu discurso

modificado, onde as questões passaram a ser compreendidas como somente uma questão de natureza ao invés de uma questão de sociedade.

O movimento ambientalista no Brasil recebeu influência de movimentos que surgiram ao redor do mundo como também por características históricas internas. Nós sofremos com a colonização exploratória que envolveu a exploração do pau-brasil, depois veio as grandes plantações de cana-de-açúcar, a pecuária intensiva e até hoje a economia brasileira é baseada na exploração da matéria-prima.

A EA é concebida inicialmente como parte do movimento ambientalista. Em primeiro momento para chamar a atenção para a finitude e o uso indevido dos recursos naturais. E mais tarde a EA vai se transformando numa proposta realmente educativa, em diálogo com os saberes, tradições, teorias, passando a ter seu papel social de acelerar a disseminação de ideais ambientais na sociedade e promover a superação para uma sociedade sustentável.

De acordo com Layrargues (2002), quando a EA surge como proposta realmente pedagógica, ela adquire maior importância, pois muito do destino das relações entre a sociedade e natureza passa pela educação.

Na sociedade atual, com o desenvolvimento industrial acelerado e a preocupação exacerbada com o lucro, sem considerar devidamente as questões ambientais, tem gerado uma série de problemas e nesse sentido que aponta para a importância da Educação Ambiental. É essencial buscar a consciência crítica que possibilita a compreensão da sociedade, apontando para o surgimento de um novo modelo para mesma, onde a preservação dos recursos naturais seja compatível com o bem-estar socioeconômico da população (FARIA, 1999).

Em relação aos aspectos legais, iniciando pela Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que a Educação Ambiental deva ocorrer em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A partir dos anos 90, o tema ambiental ganhou maior relevância no cenário mundial, especialmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental, em todas as suas etapas e

modalidades; O Conselho Nacional de Educação, no Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos inclui os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.

De acordo com a resolução nº 2, de 18 de junho de 2012, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, considera [...] “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais tomaram grandes proporções.

A Educação Ambiental de acordo com essa legislação, a resolução nº 2, de 18 de junho de 2012 em seu Art. 8, afirma que a mesma não deve ser trabalhada em uma disciplina ou componente curricular específico, mas como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades.

Os profissionais da educação, tanto na sua formação inicial como na continuada, devem apresentar informações que contemplem os princípios objetivos da educação ambiental, considerando a variedade multicultural do país.

Também destacamos nas Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental, que o papel das instituições de ensino em sua abordagem curricular deve apresentar uma

abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social (BRASIL, 2012).

E o planejamento além de contextualizar os elementos da dinâmica da natureza (paisagem, bioma, clima) e suas interações sociais e políticas além de rever

as práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária.

Nesse sentido, o papel significativo das instituições educacionais está na sua importância como atuantes em suas comunidades, contribuindo na formação das novas gerações, envolvendo também suas famílias.

Dessa forma, o aluno é visto como - cidadão - e é o agente principal do processo pedagógico. As crianças são especialistas em criar, imaginar, investir na educação desses cidadãos acreditamos ser a saída, pois conforme defendem Capra *et al.* (2006, p. 144):

vemos crianças encontrando seus lugares no mundo natural que sabem que a água não vem simplesmente da torneira, que sabem os nomes dos animais e plantas a sua volta, que entendem os desafios da vida sustentável na Terra e conseguem instrumentos e usam a imaginação para responder a esses desafios. E vemos crianças que sabem que seus endereços ecológicos tão bem quanto os nomes das ruas e cidades em que moram. E passamos a ter esperança.

Na Educação Ambiental, enfatizamos a devida importância do educador, que deve buscar aprender sempre. Mediada pelo diálogo entre os diversos agentes envolvidos nas ações educativas é que a educação é construída. “A educação é um processo dialógico pelo qual nos educamos mutuamente mediados pelo mundo” (FREIRE, 1987 apud LOUREIRO, 2012, p. 30).

Outra função das instituições de ensino é integrar os currículos e as relações com o ambiente, estimular e divulgar estudos e experiências na área ambiental, além de desenvolver atividades que valorizem o sentimento de pertencimento dos seres humanos em relação à natureza, estimulando o respeito a diversidade, a valorização e respeito às formas de vida.

Neste contexto, a educação ambiental tem por objetivo contribuir com a formação de cidadãos conscientes, críticos, atuantes e comprometidos com a vida e o bem-estar social sustentável.

Destacam as autoras Giassi *et al.* (2014), dentro do panorama ambiental, sobre a importância do equilíbrio entre os sistemas do meio vivo e não vivo, uma vez que um depende do outro, são relações necessárias para a sobrevivência de toda estrutura planetária, porém o que se observa nas últimas décadas são as constantes modificações e os impactos provocados no ambiente, seja de forma natural ou pela ação do homem no aspecto geográfico como, desenvolvimento de indústrias, cidades,

urbanização, promovendo um crescimento demográfico desordenado, causando problemas socioambientais, principalmente pelo acúmulo de resíduos sólidos, sem levar em conta a origem do recurso e o seu descarte correto.

Outros autores como Morin (2006) e Leff (2010), também destacam as profundas mudanças ocorridas no meio ambiente nos últimos tempos. Por um lado, houve evolução e desenvolvimento, por outro, degradação e desperdícios gerando resíduos, essa mudança traz desafios complexos. Nesse sentido, Correa (2001) chama a atenção para a necessidade de desenvolver atitudes e ações de conservação e preservação do ambiente natural, conforme o autor, a demonstração e a utilização de práticas de proteção ao meio ambiente resultam em benefícios próprios e comunitários ajudando a desenvolver uma postura social e política preocupada e comprometida com a questão da vida na terra.

Argumentam Santos e Faria (2004) que atualmente enfrentam-se mudanças de paradigmas com relação à concepção de uso de recursos naturais e convivência com o meio ambiente. Vivencia-se uma crise de valores e isso tem gerado problemas sociais e ambientais das mais variadas proporções. Conforme os autores, há em nosso meio uma concepção de que os recursos naturais podem ser utilizados infinitamente, sem perceber de que o homem também é natural e ele depende dos recursos assim como os demais seres, assim sendo, os desequilíbrios acontecem desenfreadamente.

A Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece em seu Art. 2º, que a “Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Assim, é importante que as crianças e adolescentes tenham acesso a essa educação e possam compreender o que se passa com ambiente natural e social, desde as primeiras etapas da escolarização, compreendendo e assumindo uma postura em consonância com a valorização da vida.

Desde os primórdios o ser humano utiliza os recursos fornecidos pela natureza para garantir sua sobrevivência, o que leva a entender uma relação intrinsecamente ligada à natureza e à manutenção de todas as formas de vida. Porém, atualmente a sociedade capitalista vê o meio ambiente não mais como parte de nossa existência e sim como uma fonte de recursos. Essa concepção, divulgada em larga escala, torna ainda mais difícil para a criança associar a natureza à sua real

importância. Aponta Seniciato (2002) que é necessário que se faça uma reaproximação do ser humano com o natural e para isso, as crianças precisam ser mais íntimas de seu entorno. Portanto, a Educação Ambiental traz como um de seus principais objetivos, a formação de sujeitos críticos e conscientes e suas atitudes no meio em que vivem, tal comportamento pode e deve ser cultivado, incentivado e potencializado desde a primeira infância.

A ligação entre a criança e a natureza deve ser favorecida desde a infância pois, segundo os autores Marshall e Meltzoff (2015) é nessa fase que a criança apresenta alto nível de entendimento e interiorização de atitudes. Sendo assim, para que a natureza seja reconhecida como importante, é necessário que a criança atribua este significado a ela. Para tanto, precisa conhecer e entender suas características, suas relações, seus componentes, suas interações e intervenções presentes em nossas casas, na sociedade, no país e no mundo.

Menciona Carvalho (2001, p. 56) que “é relevante observarmos, nos diferentes setores sociais, uma forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual deparamos”.

Os temas abordados na Educação Ambiental nas escolas continuam, conforme salienta Brugger (2009), de forma rotineira, como: coleta seletiva de material reciclável, separação de lixo, poluição do ambiente, essa prática pedagógica não prioriza oportunidades de contato com os ambientes naturais, os professores discutem sobre as questões ambientais envolvidas, sem qualquer relação com a dimensão social econômica. É preciso que os conteúdos relacionados à Educação Ambiental sejam discutidos profundamente com professores e alunos, para que estes tenham conhecimento para formular opiniões críticas e, assim, desenvolver valores.

Da mesma opinião são Layrargues e Lima (2014) que apontam, a Educação Ambiental, realizada nas escolas ainda se destina, em sua maioria, às questões relacionadas à reciclagem do lixo, bem como ao não desperdício de água. Essa prática também é confirmada por Quintas (2004) o qual aponta o lixo e os recursos hídricos como os principais temas de Educação Ambiental trabalhados em sala de aula. O autor afirma que esses temas possibilitam práticas mais ou menos reflexivas e participativas. Contudo, Jacobi (2003) aponta o lixo como um dos temas predominantes nas práticas de Educação Ambiental na modalidade formal. Temas

como resíduos e consumo também são evidenciados por Logarezzi (2006, p. 96) que define lixo como

[...] aquilo que sobrou de uma atividade qualquer e é descartado sem que seus valores (sociais, econômicos e ambientais) potenciais sejam preservados, incluindo não somente resíduos inservíveis, mas também, incorretamente do ponto de vista ambiental, resíduos reutilizáveis e recicláveis.

Morin (2006, p. 63) destaca a necessidade de uma sensibilização por meio do contato homem-natureza:

as discussões da estética permitem uma importante reflexão para a educação ambiental no que diz respeito às perdas de contato com a concretude nos grandes centros urbanos, que significam também perda de contato com a natureza e o lugar habitado, em função da disseminação das hiper-realidades e proliferação dos não-lugares, que dessensibilizam cada vez mais o ser humano.

Na opinião de Oliveira e Vargas (2009) o distanciamento cada vez maior entre o ser humano e a natureza tem se materializado em práticas de degradação ambiental. Segundo as autoras:

é necessário resgatar e estimular novos sentidos de percepção do ambiente, buscando a reintegração do homem com seu meio, decorrendo, então, o importante papel de um processo educativo-ambiental que leve o ser humano a perceber-se como ser integrante e co-responsável pelo ambiente (OLIVEIRA; VARGAS, 2009, p. 313).

O ser humano é um ser da cultura e da natureza e deve se reconhecer como parte dela. Para isso são necessárias práticas pedagógicas que respeitem a diversidade, a biodiversidade, as diferentes formas de pensar e compreender a vida. A escola não deve ser semelhante a prisões, ao contrário disso, deve ser espaço de bem viver e conviver com satisfação e respeito desenvolvendo o ser humano e suas potencialidades.

Nesse cenário, Capra *et al.* (2006, p. 58) destacam para alfabetização ecológica, a manutenção de uma horta na escola onde se observam os ciclos e fluxos dos ecossistemas. “Quando a horta da escola passa a fazer parte do currículo, nós aprendemos sobre os ciclos alimentares, por exemplo, e integramos os ciclos alimentares naturais aos ciclos de plantio, cultivo, colheita, compostagem e reciclagem”, ressalta o autor que para as crianças estar na horta é algo fundamental. “Você pode ensinar tudo o que quiser, mas estar lá fora, plantando, cozinhando e comendo – essa é a ecologia que chega ao coração das crianças e essa experiência

vai continuar com elas pelo resto da vida”, através de uma relação próxima com a natureza.

Segundo Oliveira e Vargas (2009, p. 318), os professores de Educação Infantil deveriam estimular as crianças sensorialmente por meio de atividades externas como: “sentir o solo, tocar plantas, cheirar folhas”, de maneira a propiciar a ela o desenvolvimento de um sentimento positivo em relação ao meio ambiente.

Com relação à colocação dos autores acima, Capra *et al.* (2006, p. 65) explicam que esses são exatamente os fenômenos que as crianças vivenciam, exploram e entendem por meio de experiências diretas com o mundo natural.

Por meio dessas experiências, nós também tomamos consciência de que nós mesmos fazemos parte da teia da vida, e, com o passar do tempo, a experiência da ecologia na natureza nos proporciona um senso do lugar a que pertencemos. Tomamos consciência de como estamos inseridos num ecossistema, numa paisagem com uma flora e uma fauna características, num determinado sistema social e cultural.

Esse sentimento de pertencer à natureza, deve iniciar nos primeiros níveis da escolarização. Como afirma Rodrigues (2011, p. 177), “a criança na idade pré-escolar encontra-se em formação inicial de seus conceitos e valores, está sentindo, conhecendo e construindo seu mundo, identificando-se e envolvendo-se com sua realidade”, mediante essa colocação é possível introduzir na Educação Infantil, propostas de Educação Ambiental.

Em sua obra *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*, Loureiro (2005) destaca a questão da problematização, isto é, de se voltar a discutir sobre alguns fundamentos da Educação Ambiental, mesmo que estes já tenham sido definidos e aceitos, porque algumas práticas pedagógicas são conservadoras e comportamentais no modo de fazer e pensar a Educação Ambiental. É como se os problemas ambientais fossem originados independentemente das práticas sociais.

A missão da Educação Ambiental é ajudar a problematizar as questões sócio-ambientais no trabalho pedagógico, a fim de potencializar a capacidade crítica, criativa e de transformação dentro da Educação Infantil.

Com a problemática de se retomar a reflexão sobre a Educação Ambiental, se entende e compreende que:

objetivamos, sim, definir as premissas que fundamentam uma tendência crítica que enfatiza a Educação Ambiental como uma visão paradigmática diferenciada da e na educação e que, pela explicitação do contraditório, torna compreensível os diferentes modelos encontrados em projetos e programas formais, informais e não formais (LOUREIRO, 2005, p. 21).

Loureiro (2005, p. 74) defende a Educação Ambiental pautada no marxismo como suporte teórico para a prática de Educação Ambiental, na qual o indivíduo é reconhecido por suas relações histórico-sociais determinadas, capaz de “contestar toda forma de pensamento que dissocia sociedade e natureza”, e que a educação representa uma das “mediações sociais que atuam para criar o humano no homem singular”, é por meio dela que se instrumentaliza a pessoa humana para que atue criticamente diante dos problemas que lhe são apresentados. “A proposta de uma educação ambiental crítica compromete-se com a formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, cujo compromisso social, histórico e político é a construção de sociedades sustentáveis” (2005, p. 89).

A Educação Ambiental assume uma nova identidade que começa a ser denominada como “crítica” ou “transformadora” que recusa a neutralidade política, por ir além das consequências da crise ambiental esperadas.

[...] essa tendência da educação ambiental [...] deixa de ser politicamente neutra, ao ir além das consequências da crise ambiental. Consolida uma argumentação que legitima a crítica ao sistema capitalista, evidenciando que a causa da degradação ambiental é a mesma da degradação social. Discute os modos de apropriação e uso privado dos recursos naturais e humanos, aponta os conflitos socioambientais daí advindos, e identificando não apenas a degradação ambiental, mas também as vítimas dos seus efeitos (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2001, p. 6).

Ao falar em Educação Ambiental Transformadora busca-se mostrar o significado e o sentido da revolução para se concretizar, com base numa transformação integral do ser humano e das condições objetivas de existência, o que se espera trabalhar dentro da Educação Infantil. Segundo Loureiro (2005, p. 90):

entendemos que falar em Educação Ambiental Transformadora é afirmar a educação enquanto práxis social que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne.

Finalizando o tema de Educação Ambiental, fica evidente que se precisa agir com liberdade e não se prender ao que já foi feito. Porém, analisando a realidade atual do trabalho pedagógico nas escolas, Barcelos (2012, p. 71) afirma que as práticas de Educação Ambiental estão “desarticuladas do fazer cotidiano do professor e de sua sala de aula. A Educação Ambiental raramente é planejada conjuntamente nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP’s) e com os planos de aula em andamento”. Essa postura contraria totalmente o entendimento teórico em torno da Educação

Ambiental, uma vez que esta é compreendida e caracterizada pelo seu perfil interdisciplinar de desenvolvimento do pensamento crítico.

2.4 Educação Ambiental e a Educação Infantil

Como as crianças matriculadas na Educação Infantil vivem? Que contato com a natureza têm em suas rotinas? As instituições respeitam o direito de se movimentarem em ambientes naturais?

O processo educativo relacionado à Educação Ambiental deve iniciar o mais cedo possível, garantindo os direitos infantis de convívio com a natureza. Segundo Dias (2004, p. 31) “uma criança em contato com a realidade do seu ambiente não só aprenderia melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta” .

A separação entre cultura e natureza, de acordo com Tiriba (2017), como base do paradigma moderno, a estratégia de emparedamento é condição de produção de corpos dóceis que o modelo capitalista necessita. De modo geral, vem provocando a degradação da vida no planeta e de forma específica impõe às crianças rotinas escolares, privando-as do que é essencial, como a relação intensa com o mundo natural que inclui as brincadeiras espontâneas ao ar livre, o faz de conta, as trocas essenciais ao aprendizado da vida em grupo e o exercício da cidadania.

Praticar atividades em contato com a natureza, evitando ambientes fechados e ficando ao ar livre na maior parte do tempo que permaneçam na instituição, é uma forma de promover ligação da criança com a natureza e promover o seu bem-estar. As instituições, dessa forma, devem oferecer essas possibilidades, com mais grama, areia, jardins, cantinhos sensoriais, horta, parques com elementos do mundo natural, evitando concreto, calçadas, na maioria dos espaços onde deveria predominar terra, barro, areia e grama.

As razões para evitar o contato com a natureza, especialmente de acordo com os profissionais da Educação Infantil, de modo geral, são: a sujeira, a desorganização a doença, o perigo e o frio. Consideram que essas práticas dificultam a organização e a rotina.

A Educação Ambiental constitui uma mudança na mentalidade das pessoas e está intimamente ligada ao tipo de convivência que o ser humano mantém com a

natureza e implica valores e ações. A formação, para que a mudança na mentalidade ocorra, deve envolver não só a natureza, mas sim o ambiente escolar. As atividades de Educação Ambiental nas escolas devem ser organizadas, permitindo que os alunos desenvolvam sua sensibilidade com relação às questões ambientais e principalmente, se sintam estimulados a buscar soluções alternativas para a uma nova qualidade de vida nas relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio ambiente, conforme Tiriba (2017).

O professor precisa priorizar esses valores humanos no trabalho com os alunos, com o objetivo de torná-los cidadãos que respeitem as condições das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Esses valores estão relacionados à complexidade da vida e não fora dela, decidindo o modo como agimos (LOUREIRO, 2012), essa formação iniciando, preferencialmente, na Educação Infantil, até os níveis mais avançados de escolarização.

O conhecimento se constrói na interação das crianças com seu próprio corpo e o meio, descobrindo movimentos e sensações. Garanhan e Moro (2000, p. 118) informam que “a educação e a escolarização da infância, historicamente, vêm sendo pautadas por um modelo de racionalidade sobre o significado do corpo e seu movimentar, como condição para o desenvolvimento da razão intelectual” . Por outro lado, as escolas têm se pautado em um modelo de racionalidade, ignorando as necessidades de interação da criança com o seu meio, enquanto “as crianças da EI estão adentrando o mundo e precisam vivenciar experiências diversas relacionadas à natureza e à vida social” (SALLES; FARIA, 2012, p. 80). Para Morin e Targer (2010, p. 286) “a natureza não é dividida em disciplinas, como a escola” e o professor precisa estar qualificado para organizar os espaços/ambientes em busca de novas estratégias.

Sobre esse aspecto, destacamos a importância do trabalho com a EA desde os primeiros anos de escolarização das crianças, pois elas precisam de espaços, oportunidades e ações voltadas à construção de pensamentos críticos e transformadores. Sobre esse enfoque, Alves e Saheb (2013, p. 30026) afirmam que:

A EA introduzida na EI, de acordo com seus princípios, pode gerar mudanças de pensamentos e transformação de valores que serão de grande importância para promover uma nova postura diante do meio em que vivemos, sabendo que é na EI que ocorre o desenvolvimento moral e intelectual da criança perante a sua vida social, ambiental e cultural.

Os “Critérios para Atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças”, elaborados em 1995, pela Coordenação da Educação Infantil do MEC, são considerados um marco no que diz respeito à relação com a natureza. Apresentam, entre outros aspectos que as crianças têm direito ao contato com a natureza, tomar sol, ter contato com plantas e canteiros, além de recomendar que as instituições prevejam áreas para atividades ao ar livre. E apresentam uma visão que a natureza não está em função dos interesses humanos.

Em 1998, o MEC lançou o documento “Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil”, que recomenda atividades ao ar livre, porém apresenta uma série de especificações ao ambiente interno, o que não ocorre no espaço externo, além de se referir à natureza como atividade necessária ao favorecimento das competências humanas, mais uma vez evidenciando a natureza como favorável aos interesses humanos. A visão utilitarista também é percebida nos Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998), que se refere à natureza como objeto a ser abordado e que serve para a construção de noções.

Em 2006 o MEC lançou os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, que destacam a importância da vida ao ar livre para conhecer a natureza e compreender as ações humanas. Nesse mesmo ano, foram publicados os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, que preveem o diálogo entre educadores, engenheiros e arquitetos envolvidos na construção dos prédios, para que privilegiem as relações da criança e o espaço externo.

A apreciação e contemplação da natureza é outra proposta pedagógica utilizada pelos professores de Educação Ambiental, conforme salienta Alberto (2007), para a criança, na faixa etária de 3 a 6 anos, é importante e necessário ter contato com a natureza, principalmente, para construir valores sobre a Educação Ambiental. escola que trabalha o mundo da natureza, daquilo que tem importância, que desenvolve a sensibilidade, que mobiliza o pensamento, trabalha com todo o sentido e significado a educação integral e emancipatória. As crianças são formas de expressão da natureza e a forma como a escola trata a infância, permitindo contato com a terra, com o sol, plantas, animais, assim definirá a sua importância ou somente em quatro paredes, em rotinas repetitivas, reproduzindo a lógica da fábrica, acumuladora e descartável. A criança tem verdadeira paixão pela natureza que deve ser incentivada desde os primeiros níveis da educação infantil.

Destacam também os autores Arruda e Fortkamp (2003) de que a Educação Ambiental, aplicada desde a infância, é importante para a construção de valores e de cidadania, quanto mais novos forem os aprendizes expostos a esse processo de aprendizagem, maiores as possibilidades de desenvolver nos pequenos o respeito à vida.

A valorização estética da natureza é apontada por Bonotto (2015, p. 299) como um caminho a ser trabalhado com os educandos, o que poderia contribuir “para a construção de uma nova forma de relação ser humano-natureza”.

A educação tem um papel fundamental de construir o pensamento crítico, através do diálogo com as novas gerações, buscando a qualidade de vida nas relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio ambiente. Essa construção se dá através de projetos e atividades educacionais que questionam o modelo de desenvolvimento e procuram um novo modelo que reflita sobre a existência humana em nosso planeta.

A forma como as crianças são educadas, especialmente na Educação Infantil, irá refletir na sua postura futura em relação às condições ambientais. Ou seja, se suas rotinas escolares desenvolvem uma cultura de pertencimento à natureza, sua dimensão humana vai sendo desenvolvida na consideração desses aspectos como essenciais à vida, como de fato o são. Essas rotinas devem favorecer a aproximação das crianças ao mundo natural, com mais liberdade, autonomia, possibilitando o desenvolvimento de posturas corporais que expressem suas formas de viver e sentir a vida e não condicionadas ao controle dos tempos e espaços que estão a serviço do modo de produção, que desde a Educação Infantil, buscam controlar os gestos e os corpos necessários ao processo de formação de trabalhadores.

As crianças devem ter seus direitos respeitados, inclusive em relação ao convívio com a natureza, nas instituições responsáveis por sua educação. As crianças devem ter o direito de “deslocarem-se e movimentarem-se livremente em ambientes naturais, entendidos como aqueles que são constituídos por todos os seres vivos, humanos e não humanos” (TIRIBA, 2017).

O convívio diário com a natureza deve ser garantido às crianças. As Instituições educativas têm um papel importante nessa questão. Se a escola ocupa cada vez mais espaço na vida das crianças, e na infância temos verdadeira paixão por atividades ao ar livre, então os professores e educadores, bem como as instituições devem estar organizados no sentido dessa busca, por atividades mais em

contado com elementos do mundo natural. Como direito ao sol, brincadeiras ao ar livre (que possibilitem construir, mexer, cavar, amontoar, demolir, cuidar da vegetação), ter contato com animais, grama, água, areia, terra, argila, pedrinhas, canteiros com flores, legumes, verduras e plantas medicinais, passear ao ar livre, jardins, praças, entre outros. Essas atividades são essenciais ao seu desenvolvimento.

Assim, a EA deve iniciar ainda na Educação Infantil para que possa ocupar lugar de destaque na formação humana, buscando “despertar o interesse e a capacidade de nos definirmos como seres que compõem o ambiente e a natureza, abarcando dimensões além do cognitivo” (LOUREIRO, 2012, p. 152). Possibilitando, dessa forma, o diálogo com o diverso, com a vida em sociedade, com a história humana, com a consciência corporal, autoconhecimento, gerando processos emancipatórios que se tornam desafios da Educação Ambiental.

3 METODOLOGIA

Aqui apresento a escolha dos caminhos metodológicos desta investigação que partiram dos objetivos propostos referenciados no caráter qualitativo. Para Silverman (2009), a pesquisa qualitativa é relativamente flexível e abrangente, levando em conta que estuda como pessoas costumam comportar-se em seu ambiente natural e contribui para o estudo dos processos, assim como dos resultados.

Uma das ferramentas utilizadas foi a pesquisa de campo, por meio de entrevista com perguntas semiestruturadas, aplicadas a 7 (sete) professores(as) de Educação Infantil, da rede municipal de Araucária, para investigar a prática docente voltada à Educação Ambiental e compreender, também, como se dá a formação do professor de Educação Infantil com relação à Educação Ambiental.

Outra ferramenta utilizada para coleta de documentos foi o relatório de práticas pedagógicas com relação à Educação Ambiental, viabilizado por meio da Secretaria Municipal de Educação, quando solicitou às unidades educacionais que descrevessem se realizam práticas pedagógicas com relação à Educação Ambiental. Também foi objeto de análise documentos escolares, como o Projeto Político Pedagógico para verificar como a Educação Ambiental está contemplada nos mesmos.

O principal objetivo da pesquisa qualitativa se refere à compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos, aqueles que fazem parte do grupo estudado, às suas ações num dado contexto. Sendo assim, com a pesquisa qualitativa, se pretende interpretar e compreender a realidade vivenciada pelos sujeitos, tendo por base o pensamento e a ação deles (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para o presente estudo, a pesquisa qualitativa é a mais adequada, pois é flexível e abrangente, uma vez que estuda o comportamento das pessoas em seu ambiente natural, contribuindo para os processos e dos resultados (SILVERMAN, 2009). Nesse tipo de pesquisa, o responsável por fazer a análise das informações coletadas é o próprio pesquisador, como afirmam Lüdke e André (2015), ele é o principal instrumento.

Lüdke e André (2015) esclarecem que a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, os quais são obtidos através do contato direto do pesquisador com a circunstância estudada. Assim, quando envolvido em uma pesquisa qualitativa, o pesquisador não deve minimizar a importância de sua

capacidade de interpretação do processo e precisa considerar a hipótese de utilizar uma grande diversidade de dados para analisar e compreender a dinâmica e a complexidade do fenômeno investigado.

Podemos caracterizar a pesquisa além de qualitativa como exploratória, ao apresentar os fenômenos ocorridos na pesquisa envolvendo experiências práticas com o objeto de estudo, reunindo um conjunto de hipóteses como o ponto de partida para o estudo que foram explorados e investigados. A partir daí a pesquisa descritiva aprofundou o tema mediante o levantamento, análise e interpretação de dados, mantendo a distância necessária para não influenciar na interpretação dos resultados.

Para a realização da coleta de dados com os professores(as) foi utilizado a observação participante; a entrevista como instrumento para a obtenção das informações necessárias, relacionadas ao tema Educação Ambiental nas instituições de Educação Infantil e a análise documental da proposta pedagógica das unidades pesquisadas

Segundo Lüdke e André (2015), a análise documental é uma técnica que busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Documentos que podem ser citados: as leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, arquivos escolares circulares, etc... porém na presente pesquisa foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos das unidades educacionais pesquisadas e o relatório de práticas pedagógicas com relação à Educação Ambiental, viabilizado por meio da Secretaria Municipal de Educação, referentes à análise documental. Dentre as etapas do processo de utilização da análise documental, destaca-se a de análise propriamente dita dos dados, na qual o pesquisador recorre mais frequentemente à metodologia de análise de conteúdos.

Para a coleta dos documentos foi utilizado um ofício da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a todas as unidades Educacionais que descrevessem quais ações realizam com relação à Educação Ambiental.

Referente ao Projeto Político Pedagógico pode-se definir que é a identidade da escola, pois estabelece as diretrizes básicas, as concepções de sociedade, educação e a atuação na comunidade, tanto assim que ela está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 1996. A escola precisa saber o que quer oferecer aos alunos, para isso ela envolve a equipe pedagógica e a comunidade na definição das metas, respeitando os princípios da gestão democrática.

Ela formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários em torno do mesmo projeto educacional. Elaborar esse documento é uma oportunidade para a escola escolher o currículo e organizar o espaço e o tempo de acordo com as necessidades de ensino, porém devem ser levadas em consideração as orientações contidas nas diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional da Educação e a partir da LEI nº 2848/2015, a BNCC a Base Nacional Comum Curricular.

A entrevista semiestruturada, como instrumento para coleta de dados, é de grande vantagem, pois estabelece uma interação entre pesquisador e pesquisado, ao contrário de outros métodos. Na área educacional, se aconselha grande flexibilidade na elaboração da entrevista (LÜDKE; ANDRÉ, 2015).

A entrevista proporciona maior liberdade em discursar sobre o tema proposto e possibilita a espontaneidade dos profissionais em descrever suas experiências com as crianças, destacar as formas de trabalho que consideram mais relevantes, esclarecer aspectos que se fizerem necessários, ao mesmo tempo em que valoriza a comunicação e a troca de saberes entre entrevistador e entrevistado.

Afirma Duarte (2004) que o uso de entrevistas em pesquisa qualitativa ainda é muito requisitado, embora não haja obrigatoriedade. O seu uso requer planejamento prévio e manutenção do componente ético, desde a escolha do participante, do entrevistador, do local, do modo ou mesmo do momento para sua realização.

Para a presente pesquisa, optamos por entrevista semiestruturada que, segundo Manzini (2004) é aquela que está direcionada por um roteiro previamente elaborado.

Acerca das entrevistas, estas constituíram parte dos dados da pesquisa e foram obtidos a partir das respostas dadas pelos profissionais que atuam na Educação Infantil, totalizando sete profissionais, 02 que atuam da área central, 02 da periferia e 03 da área rural e atuam na turma Infantil IV e V, da cidade de Araucária (PR).

Araucária possui 34 Centros Municipais de Educação Infantil. Destas unidades educacionais, optamos por realizar a pesquisa em sete unidades educacionais, distribuídas nas diferentes regiões da cidade. Essa seleção foi para identificar a relação no pensar entre campo e cidade, entre periferia e centro, bem como identificar as práticas desenvolvidas nesses diferentes espaços relacionadas à Educação Ambiental. Essas unidades educacionais pesquisadas correspondem a 20% do total de Centros Municipais de Educação Infantil de Araucária.

As entrevistas foram realizadas nas diferentes localidades, com a opção de ocorrer durante a hora atividade dos profissionais ou conforme a possibilidade dos entrevistados. Na Secretaria Municipal de Educação obtivemos as informações necessárias sobre o trabalho realizado nas unidades educacionais com relação à Educação Ambiental e sua importância para o desenvolvimento humano. Destacamos que as entrevistas foram realizadas antes do início da pandemia do Covid-19.

3.1 O *locus* da pesquisa

Araucária é uma cidade da região metropolitana de Curitiba e possui em torno de 143.843 habitantes e uma área de 469,166 km². Seu território é extenso e a maior parte composto pela área rural, a sua área urbana representa cerca de um terço do território municipal.

O município foi criado em 11 de fevereiro de 1890, pelo Decreto Estadual nº 40 do governador José Marques Guimarães, desmembrando dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais.

Sua economia teve início com a exploração e comércio da madeira no século XIX, que durou até a década de 1930. Na sequência, ocorreu a exploração da erva mate até a década de 1940, com exportações para a Argentina. No decorrer do tempo, surgiram atividades que geraram emprego para a população como olarias, cerâmicas, moinhos, fábrica de massa de tomate, de linho, de fósforo, bolachas, entre outras. Porém, a partir de 1972, com a instalação da REPAR: Refinaria Presidente Getúlio Vargas, a população urbana superou a rural e a economia tornou-se predominantemente industrial, ficando apenas atrás da capital, com o segundo maior parque industrial do estado. Entre as indústrias podemos destacar:

CSN Paraná, Siderúrgica Guaíra (Gerdau), Berneck, Cocelpa, Novozymes, Imcopa, Gonvari do Brasil, Trane entre outras. Araucária possui um IDH considerado alto que é 0,740, e a população é formada por pessoas de diversas partes do país, que vieram à procura de empregos na região.

A estrutura educacional de Araucária é composta por 71 unidades educacionais. Destas, 34 são Centros Municipais de Educação Infantil, 34 Escolas de Ensino Fundamental e 05 Escolas Especiais. Há também 11 Escolas Estaduais que atendem as séries finais do Ensino Fundamental.

4 RESULTADOS/ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados desta pesquisa, foi considerado o referencial teórico adotado, as questões da entrevista, além das informações obtidas no Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais pesquisadas.

Foi realizada uma leitura criteriosa das informações coletadas, transformadas em quadros (anexo) para facilitar a análise e reflexão, bem como identificação dos principais aspectos relacionados a EA.

As perguntas elaboradas permitiram dirigir o olhar para a formação dos profissionais que atuam na EI, práticas pedagógicas em EA na EI, além de como a EA está contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos. Com esse intuito, a pesquisa teve como objetivo principal descobrir a Educação Ambiental é trabalhada nas instituições de Educação Infantil no Município de Araucária.

4.1 Educação Ambiental e a Formação de Professores

Com base nos dados obtidos no campo pesquisado, os quais organizamos na forma de quadros sínteses nos apêndices desta dissertação, foram obtidos os dados para compreender o espaço destinado à Educação Ambiental na formação dos docentes, iniciando pela formação acadêmica e incluindo a formação continuada. Percebemos que os professores que atuam na Educação Infantil das unidades pesquisadas possuem formação superior, geralmente Pedagogia ou Magistério Superior, apenas uma docente tem formação em Letras com ênfase em Inglês.

Em relação à especialização, duas docentes não citaram se possuem ou não algum curso relacionado, e as demais mencionaram que possuem no mínimo uma formação, chegando a três especializações, no caso de duas das entrevistadas. Apenas uma delas tem a titulação de mestre.

No critério tempo de trabalho, as profissionais entrevistadas possuem 20 anos de experiência ou mais. Apenas duas são abaixo, uma com 11 anos de trabalho e outra com 15 anos de trabalho. Observamos, desse modo, que se os profissionais tivessem em sua formação acadêmica estudos na área, teríamos, nos espaços educativos, mais condições de realizar melhores práticas relacionadas a Educação Ambiental.

Durante a graduação, nenhuma das entrevistadas teve uma formação relacionada à Educação Ambiental, revelando que as mais diversas instituições não ofertam em seu currículo disciplinas relacionadas a esse tema tão importante.

Com relação à formação continuada, composta por ações desenvolvidas após a formação inicial e que ocorrem ao longo de toda a trajetória da carreira do profissional da educação, nos mais variados espaços, especialmente considerando a escola como local privilegiado de formação, uma vez que é o espaço da prática e do desenvolvimento de novos saberes. Envolve também a compreensão da pessoa, do professor e da complexidade de sua ação na profissão.

A formação continuada é entendida como o conjunto de atividades desenvolvidas pelos profissionais da educação no exercício de suas funções com objetivo formativo, realizadas individualmente ou em grupo, visando tanto ao desenvolvimento pessoal como ao profissional, na direção de prepará-los para a realização de suas funções, além da política de valorização dos profissionais como sujeitos de transformações.

Ao considerar a formação continuada em EA, 4 (quatro) das 7 (sete) pesquisadas tiveram uma formação em Educação Ambiental, uma delas com o tema: Educação Ambiental e Agroecologia, que fez recentemente, somente após 22 anos de trabalho, revelando que se a formação tivesse sido realizada anteriormente muitas ações poderiam ter sido feitas nesse aspecto, contribuindo com mais elementos para a formação das crianças com relação ao tema. Mesmo que a formação continuada sobre o tema tenha ocorrido tardiamente, ou seja, após anos de profissão é bem melhor do que se não tivesse ocorrido. Foi o que aconteceu com as demais profissionais que não realizaram nenhuma formação continuada durante o exercício profissional, o que aponta para a necessidade de parcerias, como por exemplo com instituições de Ensino Superior para a realização das devidas formações, oportunizando dessa forma mais elementos para a realização de um bom trabalho nessa perspectiva.

As respostas com relação à carga horária são variadas. Uma delas teve formação continuada de 40 horas e desde então utiliza os conhecimentos em sala de aula. Outra fez poucas horas de curso direcionado à preservação ambiental, mas há muito tempo. Outra professora iniciou um curso de Educação Ambiental e Agroecologia e menciona a importância do tema e do resgate desses valores dentro da escola. A última cita a Educação Ambiental na Educação Infantil, tema este que é

trabalhado em sala de aula com as crianças, como preservar o ambiente, economia de água, ajudar animais polinizadores, aves e insetos no inverno.

Oportunizar formações em Educação Ambiental, é necessário em Araucária. A Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Ofício Circular Nº 460- DAP, realizou uma pesquisa solicitando informações sobre as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no ano de 2019. Constatou-se que em toda a Rede de Ensino (incluindo CMEIS e Escolas) apenas 18 (dezoito) profissionais possuem alguma formação em Educação Ambiental. Esses profissionais, que realizaram pós-graduação ou curso de extensão, estão distribuídos em 11 (onze) unidades educacionais apenas. Constata-se que há um déficit de profissionais com a devida formação para atender a totalidade de 77 (setenta e sete) unidades educacionais. Com milhares de alunos atendidos, esse número é, de fato, muito reduzido.

Conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a política nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 10

A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado o conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas (LOUREIRO, 2012, p. 93).

Embora a lei contemple que a EA deve ser desenvolvida em todos os níveis do ensino formal, percebemos que na formação acadêmica dos docentes entrevistados não ocorreu essa formação. Mesmo na especialização, cuja maioria apresenta esse nível de escolarização, não foi ofertado qualquer conteúdo relacionado à EA. Apenas na formação continuada é que foi oportunizado o estudo da Educação Ambiental, por parte de três docentes pesquisadas, o que contribuiu para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Revelou-se, desse modo, que as mais diversas instituições não ofertam em seu currículo disciplinas relacionadas a esse tema tão importante. Talvez a dificuldade da inserção da Educação Ambiental nos espaços de ensino escolar esteja no fato de não fazer parte da vida acadêmica de boa parte dos educadores.

Aponta Loureiro (2005) que, apesar da mobilização dos educadores ambientais e da aprovação de documentos que definem a política nacional, a Educação Ambiental ainda não se consolidou em termos de política pública de caráter

democrático, universal e inclusivo, se realizando quase sempre de forma reduzida e (re)afirmando seu caráter puramente ecológico.

Uma das grandes dificuldades da introdução da Educação Ambiental nas escolas segundo Trajber e Mendonça (2006) é a precariedade de recursos materiais em que estão inseridos para o aprofundamento de temas ambientais e educacionais, inclusive para formação permanente dos professores. Sem material adequado para realizar seus trabalhos, essa prática pode empobrecer o processo de inserção da Educação Ambiental nas escolas.

Pesquisa realizada por Souza em 2008, mostra que muitos cursos de Licenciatura e Pedagogia não discutem as questões ambientais e, muito menos, preparam os futuros professores, para trabalhar com a Educação Ambiental em sala de aula, assim as instituições educacionais têm permitido um grande distanciamento entre a ética e a educação e com isso a ética tem sido interpretada somente como um conjunto de regras comportamentais, orientando o aluno somente no sentido profissional. Observa-se que as instituições têm falhado com sua função para com a sociedade, que é de possibilitar que o indivíduo se entenda como cidadão, que participe da esfera pública de forma ativa e responsável.

No contexto de Valiengo (2008) a formação inicial e a formação continuada de professores dessa etapa da Educação Ambiental, adquiriram grande importância e passaram a representar um aspecto especialmente crítico no cenário das políticas públicas educacionais.

A formação do professor é relevante em relação a sua postura e atuação em sociedade. A educação, para Loureiro (2012), é um dos meios humanos que garante aos sujeitos, por maior que sejam as dificuldades encontradas e os limites das condições de vida, o sentido de realização, para atuar na história, modificando-a e sendo modificado ao buscar alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade.

A formação do professor vai muito além de frequentar uma universidade. Que podemos considerar como uma etapa importante, mas que não se esgota em si mesmo. Para Freire (2000) a formação é contínua, na existência se constrói e não age com um fim, mas sendo para um fim que se renova, portanto, a formação é permanente e histórica, pois envolve sua construção enquanto sujeito, suas vivências particulares e um conjunto de características que lhe permite construir sua identidade. Enquanto seres inconclusos, vamos nos construindo constante e coletivamente.

Segundo Pinto (1985, p. 21) “o caminho que o professor escolheu para aprender foi ensinar. No ato de ensino ele se defronta com as verdadeiras dificuldades, obstáculos reais, concretos e que precisa superar”. Dificuldades superadas pela reflexão e diálogo, características de um profissional crítico.

O professor crítico não é aquele que memorizou uma grande quantidade de teorias, ou que repete práticas vivenciadas durante a sua formação escolar, mas aquele que reflete, cria e recria em interação com o meio, com seu trabalho. Aquele que possui compreensão do processo de aprender e da capacidade de se reinventar.

A formação, durante o exercício de sua profissão, aprimora a sua ação profissional bem como a si mesmo. “Através do trabalho o homem tem possibilidade de melhorar a sua existência e expandir a plenitude de seu ser, de acordo com Pinto (1985).

Estamos constantemente aprendendo e intervindo na sociedade e com uma formação crítica, temos conhecimento e possibilidades de melhorar o nosso trabalho e nossas relações conosco, com o próximo e a natureza, “o homem forma-se a si próprio, resultado da ação cognoscitiva da realidade” conforme Pinto (1985).

Assim, a partir da reflexão sobre a realidade concreta, o sujeito se constitui em alguém com possibilidades de intervir em sua realidade mediante a participação e o engajamento. E se dá num processo contínuo em busca da humanização

Percebe-se o quanto é urgente que os profissionais tenham uma formação crítica e humanizadora, em todos os aspectos que envolvem a atividade docente e de modo específico é necessário que uma formação relacionada à Educação Ambiental seja inserida em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como tornar-se parte integrante da formação continuada de professores.

4.2 Relevância da Educação Ambiental

De acordo com Libâneo (2001), a pedagogia é uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, se constitui numa importante reflexão sobre as práticas educativas que busquem orientar o trabalho, percebendo-o como parte importante da sociedade mais ampla e fundamental para a humanidade e consciente de que as práticas escolares estão relacionadas as práticas sociais.

A Educação Ambiental é considerada relevante, especialmente na Educação Infantil. Foi um destaque entre os docentes pesquisados. Como afirma a Prof. 5: “Acho

fundamental a educação ambiental na educação infantil para o desenvolvimento integral das crianças e a melhor compreensão do mundo que a cerca e de si mesmo”.

De modo geral, os professores apontam que desde cedo deve-se ensinar a importância da preservação da natureza, dos cuidados com o solo e a água para ter um mundo melhor. É nessa idade, de acordo com as docentes, que as crianças estão atentas a tudo que acontece; elas, inclusive, ajudam os pais na conscientização da preservação do meio ambiente.

A importância de desenvolver práticas pedagógicas é destacado também pelo Prof. 3:

Então eu acho extremamente importante que nessa idade que eles estão despertando pro mundo, eles estão conhecendo o mundo é leva-los a compreender a importância do meio ambiente, despertar a consciência de desenvolver hábitos de preservação, para que eles cresçam conscientes e sejam pessoas melhores que nosso mundo precisa.

A formação que contemple a Educação Ambiental é considerada relevante de tal modo que deve iniciar o mais cedo possível, como menciona o Prof. 6:

Eu acredito que é fundamental trabalhar com a EA na EI, uma vez que está sendo formado a personalidade, os princípios e tudo mais. Eles estão atentos em tudo o que acontece, estão atentos aos conceitos que estão sendo transmitidos e gradativamente eles vão tendo essa consciência de preservação, de cuidado, de zelo, de economia nos recursos no caso da água, cuidado com o solo, cuidado com a natureza em âmbito geral assim mesmo, não poluindo, procurando separar o lixo, acho assim fundamental e essencial iniciar já desde bebezinho mesmo.

Os docentes procuram abordar o tema, dentro de suas possibilidades, considerando a questão essencial para a formação das crianças, mesmo que demonstrem possuir uma formação inconsistente, ou seja, apresentam apenas noções, sem muita profundidade, sobre as questões ambientais resultante de poucas horas de curso em Educação Ambiental. É fundamental que os docentes tenham oportunidades de uma formação mais completa, com mais carga horária e desenvolvimento de reflexões pertinentes para a formação crítica relacionada ao tema. Com mais elementos e conhecendo mais sobre o tema, poderão exercer seu trabalho com mais propriedade, auxiliando no desenvolvimento das crianças, principalmente porque muitas vezes são elas que nos ajudam conscientizar os adultos. Nessa direção afirma a Prof. 1: *“se conseguirmos atingir uma criança com este tema e ela no seu jeito fazer com os hábitos de atitudes sejam mudadas pelos pais”.*

O que revela a importância da educação na formação humana, compartilhando os conhecimentos trabalhados com as crianças entre os familiares e dessa forma promovendo mudanças necessárias.

Na concepção de Reigota (2001), a Educação Ambiental é uma ação importante na atualidade, deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e ética nas relações sociais e com a natureza. Destaca a Prof. 2 da importância dessa noção: *“por trabalhar numa escola do campo, tem muito descuido com relação ao meio ambiente (...) quando eles vão crescendo vão tendo uma preocupação com o meio ambiente, eles vão tendo uma consciência de preservação”*.

Foram destaques nas respostas dos docentes a importância da formação da criança, pois consideram essa etapa da vida humana de fundamental importância para a aquisição dos valores, saberes, para uma vida plena e fundamentada na alteridade. Na visão de Silva *et al.* (2007) a Educação Ambiental significa educar com a perspectiva da projeção da vida, na vida e por ela. Para tanto, se impõe uma escola capaz de se organizar através de diálogos com a realidade, diálogos críticos e propositivos com base na autonomia de ideias e práticas que se entrelaçam permanentemente.

Dessa forma a EI é considerada fundamental para trabalhar a Educação Ambiental, *nessa idade que a criança aprende a importância do cuidar do outro, cuidar de si e por que não cuidar do ambiente* (Prof. 7), o que vai ao encontro com os princípios da Educação Ambiental.

A Educação Ambiental atua com base no princípio da responsabilidade com o outro, do escrúpulo, do bom senso e não no plano da imposição, da normatização e da culpabilização individual, objetivando a coerência de valores e condutas nas ações que realizamos ao procurarmos viver dignamente os problemas existenciais que nos colocamos (LOUREIRO, 2012, p. 59).

A Educação Infantil é uma etapa que demonstram maior interesse em aprender. Como afirma a docente: *eles estão atentos em tudo o que acontece, estão atentos aos conceitos que estão sendo transmitidos* (Prof. 6). Fundamental para uma formação ética, entendida como “conjunto de valores que possam balizar as ações humanas dentro de uma visão de maior integração com a natureza”, de acordo com Loureiro (2012, p. 55).

“A infância é também considerada um período propício ao *desenvolvimento integral das crianças e a melhor compreensão do mundo que a cerca e de si mesmo*” (Prof. 5). Ajudar a compreender o mundo e a si mesmo se constitui num dos grandes desafios da educação. A Educação Ambiental é, portanto, um processo permanente e contínuo, que não se limita à educação escolar, mas, introduzi-la na escola, inclusive na educação infantil, é uma das estratégias para o seu desenvolvimento (MEYER, 1992).

Entre as respostas, considerando a relevância do trabalho com educação ambiental na educação infantil, destacamos a questão da preservação: “*educando desde a infância teremos um futuro mais verde e mais preservado*” (Prof. 1). Reforçando que o trabalho deve começar na infância. Em duas outras respostas aparece essa ideia, apresentando que se esse trabalho iniciar na infância elas vão *tendo uma consciência de preservação* (Prof. 2) ou ainda *gradativamente eles vão tendo essa consciência de preservação* (Prof. 6), porém é importante evitar a “noção de educação como meio de salvação da natureza, como se desta não fossemos parte integrante e viva e como se esta fosse fraca, ingênua e pura, precisando ser preservada das maldades humanas” (LOUREIRO, 2012, p. 40).

Nesse aspecto, enfatizamos que a Educação Ambiental é importante, segundo Loureiro (2012, p. 55) também para a “sensibilização ecológica e o questionamento do modo de vida que levamos”, em que tudo é considerado descartável, coisificado, descolado da natureza. Especialmente repensar a forma como a sociedade está organizada.

Uma sociedade descartável, em que os bens são produzidos não para atender às necessidades humanas de sobrevivência, mas tem a utilidade definida no domínio de valor de troca e é incompatível com o ambientalismo e com a educação em suas tendências libertárias (LOUREIRO, 2012, p.105).

Perceber a sociedade é importante, porém não basta ficar apenas na sensibilização, partindo de comportamentos e transformações individuais que deram certo e que podem ser universalizadas, é a condição para que mudanças possam ocorrer.

Com maior ênfase, foi destacado que, “*trabalhar com a questão ambiental é uma questão de sobrevivência*” (Prof. 4).

Um dos objetivos da Educação Ambiental na Educação Infantil é a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas atitudes no meio em que vive, e isso deve

ser iniciada a partir da primeira infância, segundo Marshall e Meltzoff (2015), pois as crianças apresentam alto nível de entendimento e de interiorização de atitudes. O depoimento da Prof. 3 aponta para:

eu acho extremamente importante que nessa idade que eles estão despertando pro mundo, [...] levá-los a compreender a importância do meio ambiente, despertar a consciência de desenvolver hábitos de preservação, para que eles cresçam conscientes e sejam pessoas melhores que nosso mundo precisa.

Na mesma linha, segue o pensamento da Prof. 4: *acho importantíssimo abordar o tema na educação infantil*. Essa compreensão é endossada pela Prof. 5: *“acho fundamental a educação ambiental na educação infantil para o desenvolvimento integral das crianças e a melhor compreensão do mundo que a cerca e de si mesmo”*.

Para Medina (2001) a Educação Ambiental visa a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e de incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), a perspectiva da mulher e a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie. A Prof. 6 diz: *“eu acredito que é fundamental trabalhar com a Educação Ambiental na Educação Infantil, uma vez que está sendo formado a personalidade, os princípios e tudo mais”*.

No geral, as professoras estão cientes de que a Educação Ambiental significa educar na perspectiva de formação humana, “da autonomia individual, na formação de valores e pensamentos” (LOUREIRO, 2012, p. 145), e dessa forma:

não há ação educativa ambiental que não seja simultaneamente afetiva, cognitiva, criativa, dialógica e política. Na EA emancipatória, o desenvolvimento humano passa a ser visto e compreendido nas ações e relações, e o corpo como expressão material da dinâmica biológica, genética, psicológica, mental, cultural, social e econômica, em contextos específicos (LOUREIRO, 2012, p. 152).

Como a escola deverá promover a formação plena de indivíduos, bem como a sua emancipação, Educação Ambiental precisa promover também o acesso ao conhecimento que gere uma transformação no pensamento do educando. Segundo Jacobi (2003, p. 31):

A educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais

desafiador demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais complexos e riscos ambientais que se intensificam.

A escola constitui-se de um ambiente que propicia as relações sociais e humanas, onde se interage com a natureza e o meio ambiente. Nesse contexto, ao refletir sobre Educação Ambiental na escola, argumenta-se sobre onde e como tratar deste campo de conhecimento (GADOTTI, 1994).

No contexto em que vive, o educando interage de alguma maneira com o ambiente, seja este natural ou já transformado pelo homem. No entanto, cabe também à escola, educá-los para o cuidado com o planeta, demonstrando a importância dos ecossistemas, do desenvolvimento da sustentabilidade, entre outros temas abordados pela Educação Ambiental

4.3 Educação Ambiental nas Propostas Pedagógicas

A proposta pedagógica revela a identidade da unidade educacional. Traça os caminhos que ela irá percorrer para construir coletivamente um bom processo de ensino/aprendizagem. O ponto de partida são os dados sobre a realidade, caracterizando como a unidade se apresenta e sua intencionalidade. A Proposta Pedagógica da Escola é um elemento importante da gestão democrática, e deve ser construída por e para todos, pois dessa forma gera o compromisso dos diferentes segmentos da escola com a proposta educacional e com o destino da instituição. Perceber se a Educação Ambiental está contemplada nas propostas pedagógicas significa observar se ela foi pensada e assumida coletivamente e, desse modo, terá mais possibilidades de ser bem-sucedida.

Com relação às propostas pedagógicas das unidades educacionais, as respostas foram bem diversificadas com relação ao conhecimento do professor sobre EA estar contemplada. Em torno de 70% das professoras responderam que não se lembram, ou não sabem. Outras acreditam que sim, deve estar incorporada nas Diretrizes Municipais ou dentro do campo da linguagem do mundo físico, social e natural constam os conteúdos e serem trabalhados como preservação do meio ambiente, cuidado com a água. Não há conhecimento significativo sobre a proposta pedagógica o que indica que o envolvimento na sua construção também não ocorreu de forma significativa.

De acordo com o parecer do Conselho Municipal de Educação, nº 18/2019, a Proposta Pedagógica é o documento de suma importância para a Unidade educacional, pois constitui a identidade desta. Nela são definidas a construção coletiva e as concepções de homem, sociedade, escola, educação, cultura, trabalho, tecnologia, cidadania, conhecimento, ensino e aprendizagem, avaliação, dentre outras que orientem o fazer pedagógico (ARAUCÁRIA, 2019).

A Educação Ambiental na escola precisa estar vinculada a documentos que articulam coletivamente as práticas escolares, aqui o Projeto Político Pedagógico que é um documento que fundamenta todas as ações dentro do ambiente escolar propondo mudanças; alternativas e soluções que organiza e muitas vezes até manipula o cotidiano de uma escola; reflete o posicionamento da escola diante da sociedade (CASTOLDI; POLINARSKI, 2009).

Assim sendo, o Projeto Político Pedagógico sofre influência das práticas sociais e das relações históricas desenvolvidas por seus sujeitos, uma vez que sua origem está na construção coletiva que só será possível se todos os envolvidos no processo educativo estiverem mobilizados a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente, cabendo à escola a tarefa de coordenar as ações pedagógicas.

Segundo Veiga (2007, p. 13):

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

Articular as relações no espaço escolar e construir relações democráticas só é possível por meio do diálogo, da reflexão, ampliando a consciência sobre o que se quer e, especialmente fundamentando-se no respeito, como afirma Loureiro (2012, p. 154), “não há consenso sem conflito, pois não há democracia substantiva, convivência social respeitosa, sem a possibilidade concreta do diálogo”.

As decisões tomadas na escola, para se efetivarem, devem partir da própria prática cotidiana, sendo, portanto, necessário conhecê-la, pois a vida cotidiana insere-se na história, modifica-se e modifica as relações sociais. Muitas vezes, o trabalho nesta relação cotidiana deixa de ser vital, criador e prazeroso passando a ser um espaço onde alguns valores como o individualismo, a neutralidade, a competição,

intensificados pela estrutura capitalista de organização social, se sobressaem, destaca Veiga (2007, p. 14) que:

A principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula[...]O Projeto Político Pedagógico também tem a função social, ainda que “camuflada” de demonstrar o caráter autônomo da escola, uma vez que esta, tem autonomia para conceber e executar o seu Projeto Político Pedagógico, além de refletir sobre as suas finalidades sociopolíticas e culturais implícitas em sua realidade.

Cada escola tem autonomia para elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, levando em consideração o contexto em que está inserida, a sua realidade social e a necessidades da comunidade.

Segundo Veiga (2007) o Projeto Político Pedagógico é constituído por sete elementos básicos, são eles: a) as finalidades da escola; b) a estrutura organizacional; c) o currículo; d) o tempo escolar; e) o processo de decisão; f) as relações de trabalho e g) a avaliação.

Menciona Alves (1992) que o Projeto Político Pedagógico é constituído com base no currículo, o eixo norteador da práxis educativa, por isso deve possibilitar uma reflexão sobre como ele incide no cotidiano escolar para seu melhor funcionamento e para propiciar situações que permitam todos os envolvidos no processo educativo a compreender o fazer pedagógico de forma coerente.

Para Sauv   (1999) precisa-se encontrar um lugar apropriado para a Educa  o Ambiental dentro do projeto educativo das escolas, tendo claro qual o seu papel na reconstru  o do sistema de rela  es entre as pessoas, a sociedade e o ambiente natural.

Com rela  o    crise planetária, ao ser incluída no Projeto Político Pedagógico da Educa  o Ambiental, segundo Morin e Karin, citado por Petraglia (2011), esta deve promover debates e discussões coletivas acerca dos problemas ambientais da sociedade pós-moderna, pois estamos vivendo momentos de incertezas e de crises, momentos de intensas transforma  es técnico-científicas, ocasionando degrada  o e desequilíbrios ecológicos e se não forem contidas ameaçam a existência da vida.

O desenvolvimento tem dois aspectos. Por um lado,    um mito global em que as sociedades industriais atingem o bem-estar, reduzem as suas desigualdades extremas e proporcionam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. Por outro lado,    uma

concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Esta concepção ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade e da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento continua gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato de desenvolvimento (MORIN e KARIN apud PETRAGLIA, 2011, p. 72).

Na área educacional, Morin (2006) considera que há necessidade de se reformar o pensamento a partir de uma visão integradora para que se compreenda a crise planetária existente e sugere a complexidade como uma possibilidade de superação da visão fragmentada e reducionista do saber.

A integração da Educação Ambiental com outras áreas do conhecimento produz situações que tornam a aprendizagem mais dinâmica e mais eficaz, provocando a reflexão e o questionamento, que podem alcançar perspectivas de transformação em diferentes esferas, como as relacionadas aos problemas sociais, econômicos, políticos, entre outros.

A educação, de acordo com Loureiro (2012) visa a tomada de consciência do indivíduo, na vida em sociedade, integrada à natureza e vinculada à história humana, gerando processos emancipatórios. Este é o desafio da educação ambiental.

Conforme Morin (2006), a efetivação da Educação Ambiental reside no fato do Projeto Político Pedagógico possibilitar dentro de suas concepções e intencionalidade, a articulação dessa temática aos diferentes conteúdos das diversas áreas do conhecimento, o que contribuirá, potencialmente, para a formação integral do sujeito, além disso,

[...] na Educação Ambiental crítica, o conhecimento, para ser pertinente não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis aos procedimentos pedagógicos (MORIN, 2000, p. 45).

Analisando as respostas com relação aos Projetos Políticos Pedagógicos, estas foram bem diversificadas. Boa parte das professoras, ou seja, 70% delas respondeu que não se lembram da Educação Ambiental constar da Proposta Pedagógica, conforme cinco delas relatam:

- *Eu imagino que sim, não lembro. Nos conteúdos que a gente trabalha, a gente tem que trabalhar mesmo: preservação, meio ambiente, cuidados com a água, mas na proposta pedagógica eu não sei mesmo (Prof. 2).*

- *Não sei (Prof. 4).*

- A educação ambiental está contemplada nos conteúdos a serem trabalhados. Na proposta pedagógica não há nada específico em relação a educação ambiental (Prof. 5).

- Não lembro, acredito que sim. Sempre é citado algo sobre educação ambiental (Prof. 6).

Nos dizeres de Veiga (2007) normalmente o projeto político-pedagógico é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Nota-se aí um grande erro, já que este plano deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Apesar da professora 7 não ter percebido a Educação Ambiental na Proposta Pedagógica na instituição onde leciona, ela trabalha a Educação Ambiental uma vez que está incorporada nas diretrizes municipais.

Olha, eu não percebo a EA dentro da proposta, mas ela está incorporada, dentro das diretrizes municipais e dentro do referencial de EI que nós trabalhamos, nós temos sim os conteúdos de preservação de meio ambiente, o uso correto da água, o uso correto dos meios naturais que é como a gente pode aproveitar a luz solar e evitar a poluição, evitar alguns desperdícios, esses estão dentro dos conteúdos obrigatórios a serem trabalhados, dentro da proposta eu não tenho essa informação.

A professora 3, a seguir, afirma que a Educação Ambiental está contida na Proposta Político Pedagógica, dentro do contexto do mundo físico, social e natural consta a preservação do meio ambiente que deve ser trabalhado no 1º e 2º semestre. Afirma que:

“Está contemplada sim, tem um campo que é da linguagem do mundo físico, social e natural e dentro desse campo tem o conteúdo preservação do meio ambiente e é sugerido para trabalhar no 1º e 2º semestre” (Prof. 3).

Nos dizeres da professora 1, a Educação Ambiental está contemplada no planejamento de Educação Infantil e da importância de se trabalhar esse tema.

De acordo com o referencial, do planejamento de educação infantil ele contempla sim. Ele diz a importância de compreender a importância do meio ambiente, desenvolver hábitos de preservação, a importância de separar o lixo, fala sobre a questão do uso racional da água, também reconhece a ação do homem como agente transformador da paisagem.

Para Veiga (2007) o projeto político pedagógico tem o desafio de propiciar uma qualidade educacional para todos.

Para além do trabalho com o lixo, e o material reciclado, a Educação Ambiental na escola deve, segundo Loureiro (2012), promover o diálogo entre as

diferentes dimensões da vida, sem ignorar o autoconhecimento, a consciência corporal, a percepção intuitiva de integração com o ambiente, a afetividade e a questão do cotidiano.

Nessa perspectiva, o propósito da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico, deve emergir do imperativo de “civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade, torna-se o objeto fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade” (MORIN, 2006 p. 78).

Considerando a sobrevivência da humanidade em especial revendo os modos de produção como estão estabelecidos e proporcionando uma reflexão sobre as desigualdades que esse modelo econômico proporciona, sem contar com as condições insalubres de vida e trabalho, como afirma Loureiro (2012, p. 148):

Na sociedade industrial capitalista, o corpo se submete ao seu ritmo veloz, a hora marcada, ao aviltamento do ritmo corporal e ao limite físico para satisfazer as necessidades da produção crescente, e o mais grave, nesta estrutura de sociedade acabamos por nos acostumar a uma condição de vida insalubre como se fosse natural em nome do que é superior (no caso, a acumulação material privada).

É preciso rever os modelos inclusive educacionais que estão postos em nossa sociedade e pensarmos num projeto maior de sociedade e de ser humano pretendemos com nossas práticas educativas, se buscamos a democratização das relações humanas em todas as esferas da vida ou apenas reproduzindo modelos que não desejamos.

Estamos produzindo um mundo que nenhum de nós deseja. A par dos grandes avanços científicos e tecnológicos, a espécie humana, experimenta, um grande desafio à sua sustentabilidade: a perda do equilíbrio ambiental, acompanhada de erosão cultural, injustiça social e econômica e violência, como corolário da sua falta de percepção, do seu empobrecimento ético e espiritual, também, fruto de um tipo de Educação que “treina” as pessoas, para serem consumidores úteis, egocêntricos e, ignorar as consequências ecológicas dos seus atos (DIAS, 2004, p. 46)

Cabe ressaltar que apesar de muitos professores desejarem trabalhar com as questões ambientais, a inserção desses temas nem sempre está associada à intenção ou à competência docente, dependendo de outros fatores, como o Projeto Político Pedagógico da escola, direção, coordenação, tempo, falta de recursos, formação na área, parcerias, entre outros.

Em relação aos projetos políticos pedagógicos, foi realizado uma análise sobre a concepção de Educação, projetos desenvolvidos, formação continuada e

especialmente se apresentam elementos relacionados a EA. Destacando que as unidades educacionais se referem ao projeto político pedagógico apenas como proposta pedagógica, atendendo as orientações estabelecidas pela mantenedora, a Secretaria Municipal de Educação de Araucária. As propostas analisadas são de 2016, data da última atualização. Em 2019 iniciaram as formações para a atualização da mesma, com a conclusão prevista para 2020 que foi interrompida por conta da Pandemia do Covid-19. As Escolas e Cmeis estudados foram denominados de Unidades Educacionais e numerados aleatoriamente de 1 a 7.

A Proposta Pedagógica da Unidade Educacional 2, como Unidade Educacional socialmente constituída procura trabalhar a educação com a finalidade de direcionar o ato pedagógico nas dimensões do educar e cuidar, de forma indissociável e prima pela defesa e efetivação dos direitos das crianças ao bem-estar, à expressão, ao conhecimento elaborado e sistematizado, à segurança, à alimentação, à higiene, sem qualquer forma de discriminação étnica, cultural, de gênero, credo ou de classe social, respeitando os princípios éticos, políticos e estéticos.

Portanto, nessa Unidade, a educação é entendida como apropriação do conhecimento enquanto produção cultural e a criança é compreendida como sujeito no processo dessa apropriação que se dá na interação com seus pares, com a professora e/ou atendente por meio da mediação significativa, objetivando a formação de cidadãos críticos e atuantes na transformação da realidade social. Planejar é atribuição primordial do profissional da educação para organizar o trabalho pedagógico nas dimensões do educar e cuidar de forma indissociável. Isso possibilita prever com antecedência os materiais que serão necessários, dinamizar o espaço da sala ou outro para a realização da(s) atividade(s), e consequentemente, direcionar o ato educativo voltado à aprendizagem e desenvolvimento das crianças em sua totalidade, sem perder de vista as especificidades e peculiaridades.

Nessa proposta constam os princípios éticos que se referem à responsabilidade, solidariedade e o respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferenças culturais. Não há outra referência com relação à Educação Ambiental, porém, dentro do processo educativo, são planejados vários encaminhamentos e atividades desafiadoras por meio de brincadeiras, jogos, construção de brinquedos, maquetes, atividades de modelagem, pintura com técnicas e instrumentos diversificados (esponja, escova de dente, cotonete, dedos...), esculturas, desenho da

própria criança, relatos, histórias, músicas, cantigas de roda, dramatizações, teatro de fantoches e outros, de forma contextualizada e significativa para a criança. Esse encaminhamento possibilita que a criança se aproprie do conteúdo que está sendo ensinado, aprenda e se desenvolva num processo de produção de consciência. Mas não estabelece como importante nenhuma forma de relação da criança com a natureza, exploração dos espaços externos no desenvolvimento dessas atividades, priorizando atividades internas.

A Proposta Pedagógica da Unidade Educacional 1 valoriza a formação continuada porque desempenha um papel fundamental na formação de um repertório de saberes para a atuação docente na educação infantil ampliando constantemente o conhecimento dos professores/educadores e também obter subsídios necessários para assumir as suas tarefas com a faixa etária que atua, construindo ao longo do tempo saberes e formas que vão se constituindo a partir de uma reflexão sobre as práticas educativas, promovendo assim um processo constante de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais.

A Unidade Educacional 1 considera a preservação do meio ambiente, no planejamento referencial, mais especificamente nos conteúdos do eixo Linguagem do Mundo Físico Social e Natural, que entende a importância de se fazer uso racional da água; de reduzir, separar e reciclar o lixo; reconhece como fundamental o ar para a vida dos seres vivos e do planeta. Reconhece também os efeitos do homem como agente transformador da paisagem. E apresenta a necessidade de mudanças de hábitos com relação à preservação do meio ambiente. Não foram observados projetos que sigam os princípios da participação e respeito à diversidade biológica e cultural. A Unidade Educacional atende a 130 crianças de acordo com o porte da instituição, organizadas em 9 turmas, de Berçário I ao Pré II, com atendimento de 7 turmas. Apresentam a necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico, planejado de forma lúdica, considerando o nível de desenvolvimento das crianças, que propicie uma leitura interpretativa dos espaços de vivências, espaço este constituído por elementos do mundo natural, social, político e cultural, submetidos ao processo histórico da atividade humana, e, assim educar a criança para que quando adulta possa agir criticamente em relação a esse espaço geográfico.

Na concepção da unidade, é preciso compreender a criança, como um ser de totalidade, que aprende na e pelas relações sociais, nas brincadeiras, se movimentando, imitando, dramatizando, cantando, jogando, pintando, se

expressando por balbúcios, gestos, fala, desenhos, escrita, se apropriando do conhecimento historicamente constituído. Os profissionais devem possuir saberes teóricos e práticos consistentes, para a construção de uma prática pedagógica transformadora, não sendo suficiente apenas gostar de crianças. A Unidade Educacional apresenta bem clara a articulação entre cuidar e educar em sua concepção e procura seguir os princípios da gestão democrática. No decorrer de toda a proposta não apresenta nenhum capítulo ou tópico relacionado a EA. Apenas cita no decorrer do texto a importância de preservar o meio ambiente, fazer uso racional dos recursos naturais e cita em relação ao planejamento do tempo e espaço, que estejam incluídas atividades no cantinho da literatura, ao ar livre, no parque e outros espaços da Unidade Educacional. Não foi observado ações ou projetos coletivos que sigam os princípios da participação e respeito à diversidade biológica e cultural.

A Unidade Educacional 5 atende 526 alunos, distribuídos em 24 turmas nos períodos matutino e vespertino. Apresenta o princípio da compreensão da práxis, enquanto unidade teoria-prática.

A escola busca na pedagogia crítica, a concepção para suas atividades, caracterizada pela análise dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, e outros para a compreensão e transformação da realidade social. E procura seguir os passos partindo da prática social (ponto de partida): em que o estudante tem uma *visão sincrética* (mecânica, desorganizada, nebulosa, de senso comum) a respeito do conteúdo; Problematização: Momento para detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimentos devem ser aprendidos. Instrumentalização: Apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social para superar a condição de exploração em que vivem: - Incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social; Catarse: Elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens; Prática social (ponto de chegada): Retorno à prática social, com o saber concreto pensado com uma *Visão sintética* (elaborada, sistematizada, explícita, orgânica, compreendida).

Na proposta, a escola apresenta a identidade da Escola do Campo de forma a valorizar os conhecimentos da prática social dos camponeses e apresenta o campo como lugar de trabalho, interações, moradia e lazer.

No decorrer do texto, propõe estudos das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania e sustentabilidade, além de mencionar o papel da

escola na construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável; Princípio da preservação ambiental. Os paradigmas da sustentabilidade supõem novas relações entre pessoas e natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, econômica, social, política, cultural, de equidade de gênero, étnica e intergeracional.

Propõe também os estudos das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas e desafios centrais da sociedade contemporânea, dando atendimento especial ao cumprimento do disposto na Legislação específica.- Lei nº 9.795/99 e Res. nº 02/12 – Par. nº 14/12: Temática sobre o Meio Ambiente Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem garantir experiências diversas: Interação, cuidado, preservação, conhecimento da biodiversidade e sustentabilidade da vida na Terra e o não desperdício dos recursos naturais.

De acordo com a Proposta, a escola busca uma nova forma de educar crianças. Para isso, mantém-se em processo de contínua construção. Para qualificar os tempos e os espaços, busca organizar o cotidiano da Educação Infantil oferecendo condições de cuidado, aprendizagem e respeito mútuos ao pensar o convívio adulto/criança. A Escola também sugere ofertar outras disciplinas, de acordo com projeto de estudos, que venham ao encontro dos anseios e necessidades da comunidade local:

- a) Educação do Meio Rural;
- b) Educação para o Meio Ambiente;
- c) Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Solidário e Agroecológico;
- d) Outras.

Ações que não foram efetivadas, mantendo a EA apenas na escrita em parte do documento, exceto com algumas tentativas de atividades isoladas por parte dos professores, sem envolver um projeto em EA. Também não apresenta nenhum capítulo mencionando a EA, apenas informações no decorrer do texto do documento.

A proposta Pedagógica da Unidade Educacional 3 indica a compreensão de que tanto a proposta, quanto o currículo escolar que dela faz parte, é a manifestação da vida da escola. A proposta pedagógica indica, entre outros aspectos, a escolha dos conteúdos que consideramos importantes e a maneira mais eficaz de organizar o

ensino para que os alunos se apropriem com maior sentido e significado dos conhecimentos.

Tal proposta busca se constituir como uma construção coletiva baseada em discussões realizadas em reuniões pedagógicas e nos momentos de hora-atividade. Estas discussões indicam algumas mudanças na apresentação dos conteúdos e metodologia buscando a interdisciplinaridade, na busca de articulação entre os temas a serem desenvolvidos.

A escola entende que, quanto mais a família estiver envolvida com a escola, maior será o sucesso do aluno em sua vida escolar. A escola passou a atender os alunos em contraturno com projetos especiais como xadrez, horta e oficinas de filosofia, enfatizando a cultura de valores, além de ofertar aulas no turno da noite para jovens e adultos. Além de toda atividade pedagógica e educacional que compete ao ensino, a escola vem realizando várias atividades ambientais que teve início em junho de 1993 estendendo-se até 1998.

Foi realizado também o projeto “Ipês no Ipês” (Ipês é o nome do bairro onde a escola está localizada) que teve por finalidade plantar mudas de Ipê Roxo e Amarelo no bairro e houve também a continuidade do Projeto Patrulha Ecológica, com a finalidade de conscientizar alunos, pais e moradores do bairro sobre a importância do meio ambiente. Neste projeto, foram distribuídas mudas de árvores azaleias e hortênsias pelo bairro. Alunos e professores da Unidade Educacional 3 participaram do Fórum Infante Juvenil do Meio Ambiente, todo material produzido pela escola sobre Educação Ambiental ficou exposto na Secretaria Municipal do Meio Ambiente. No mesmo ano foi realizada a 3ª Caminhada Ecológica.

A instituição em questão apresentou um maior envolvimento na Educação Ambiental e é a única que cita na proposta pedagógica projetos e atividades relacionados à Educação Ambiental, mesmo através de relatos de atividades desenvolvidas nas gestões anteriores. Não foram observadas atividades como essas descritas na proposta pedagógica como ações atuais.

O Político Pedagógico Unidade Educacional 4 apresenta-se como instituição socialmente constituída para trabalhar a educação e o cuidado, mediador das esferas cotidianas, exige trabalho sistematizado de transmissão do patrimônio cultural historicamente elaborado. Nesse sentido, a função essencial é a socialização do conhecimento científico, artístico, cultural, ético etc.

A intencionalidade do ato educativo deve permear as ações de cuidar e educar no processo de ensinoaprendizagem, promovendo a formação humana em sua totalidade, não se reduzindo a reprodução da sociedade. Portanto, a educação é entendida como apropriação do conhecimento enquanto produção cultural e a criança é compreendida como sujeito no processo dessa apropriação que se dá na interação com seus pares, com a professora e/ou educadora por meio da mediação significativa, objetivando a formação de cidadãos críticos e atuantes na transformação da realidade social.

A Unidade também atua na Educação do Campo. A 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, de 1998, representa um marco na construção de um novo paradigma: a Educação do Campo e não mais Educação Rural ou Educação do Meio Rural. Professores e educadores devem estar atentos à desigualdade social, à falta de políticas públicas, às poucas oportunidades na área rural, à pouca formação e às dificuldades de acesso à cultura.

O trabalho da educação do campo deverá recuperar e valorizar a tradição local no âmbito pedagógico do conhecimento sistematizado sem inferiorizar o sujeito do campo. Nesse sentido, é valorizado o conhecimento trazido pelas crianças. Com a mediação do conhecimento científico pelo professor, essas crianças terão condições de transformar a sua realidade, participando do processo de valorização do campo. O estabelecimento de ensino visando responder ao direito da criança a uma educação de qualidade e ao cuidado, que não se limita à realização de atividades básicas de alimentação e higiene, necessita conhecer as crianças e suas famílias: sua constituição, preocupações, desejos, condições, lutas cotidianas, enfim, um pouco da história de cada uma que compõe a totalidade das famílias da Unidade Educacional.

Planejar ações coletivamente e com diferentes possibilidades de decisões com a comunidade escolar por meio de assembleias, reuniões, palestras, cursos, exposição dos trabalhos pedagógicos, eventos culturais, comemorações entre outros previstos no Plano de Ação da Unidade. O Plano de Ação também deve fortalecer o processo democrático pela participação do Conselho Escolar em sua elaboração. Os Planos de Ensino, elaborados por professores e educadores, têm a finalidade de orientar o desenvolvimento da prática pedagógica, definindo os pontos de partida e de chegada da aprendizagem. Eles serão os guias para a elaboração dos planejamentos e planos das aulas e avaliação da aprendizagem das crianças.

A instituição, além de garantir a formação continuada para os profissionais da Educação Infantil, promove atividades diferenciadas contextualizadas no processo ensino-aprendizagem. Realiza passeios com fins pedagógicos por meio do Projeto Caminhos do Conhecimento. Também desenvolve Projeto Horta, Mostra literária, Projeto sustentabilidade e Projeto conhecendo a História do Nosso Bairro. Em relação aos projetos, a Horta merece um destaque, pois possibilita que a criança faça atividades ao ar livre, em contato com a terra e construindo uma relação com o alimento, desde o plantio, aos cuidados diários, como a colheita, o preparo e a alimentação propriamente dita. Não estão mencionadas todas essas etapas no projeto político pedagógico, porém são ações que ocorrem com alguns dos docentes envolvidos.

A Proposta Pedagógica da Unidade Educacional 6 está envolvida na construção no processo de ensino e aprendizagem que procura compreender a escola na Educação do Campo e compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir para formação dos novos sujeitos sociais. A inclusão da Educação do Campo na estrutura do MEC na Secretaria da Educação Continuada, alfabetização e diversidade é um indicador dos passos dados na direção de tratamento público dessa especificidade. O planejamento da escola ocorre por atividade diversificada, respeitando as especificidades de cada educando assim como sua faixa etária. Planejar na unidade escolar é muito mais do que apenas definir os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, é buscar envolver todos os seguimentos da unidade na tarefa de apontar caminhos para poder oferecer uma educação de qualidade. A unidade educacional oferece formação continuada. No Projeto Político Pedagógico desta unidade nada é mencionado sobre Educação Ambiental.

Apenas uma unidade não disponibilizou a proposta pedagógica, afirmando que iria ser atualizada e após a sua reformulação estaria disponível. Nesse momento, a secretaria municipal de educação iniciou as formações para a atualização da Proposta Pedagógica.

Levando-se em consideração uma comparação entre os conceitos apresentados nas propostas pedagógicas analisadas, pode-se chegar a algumas observações. Em relação ao tema Educação Ambiental, as propostas não apresentam nada concreto, mencionam a EA com relação ao conteúdo, ou relacionado aos

objetivos da educação, mas não há nenhum espaço no documento destinado à sua fundamentação ou projetos a serem desenvolvidos.

Quanto à estrutura dos documentos, fica evidente a semelhança das diretrizes, objetivos, conteúdos e conceitos apresentados. Isso com um claro posicionamento ideológico e de entendimento de educação, relação educação-sociedade, formação cultural e engajamento político. A concepção de educação municipal de Araucária fundamenta-se no pensamento pedagógico do Professor Dermeval Saviani expresso nas obras “8 primeiras aproximações” e “Do senso comum à consciência filosófica”, obras produzidas nos debates educacionais da década de 1980. Outro fundamento da concepção de educação encontra-se nas obras de Lev Semenovith Vigotski e seu grupo, a chamada Psicologia Histórico-Cultural. Fundamentam a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural, o Materialismo Histórico, a Dialética Marxiana. A rede assume enquanto concepção a Pedagogia Progressista na Tendência histórico crítica. Como exemplo, citamos a Unidade Educacional 1, referindo-se à Pedagogia Histórico Crítica:

Isso pressupõe assumir que a educação não se limita a pensar o mundo, interpretá-lo, mas transformá-lo. A relação ensino e aprendizagem é complexa, pois diversos fatores de ordem social, política e econômica interferem na dinâmica da sala de aula, isto porque a Unidade Educacional está inserida na trama do tecido social. A Educação nessa concepção não deve se ocupar com qualquer conteúdo, de qualquer forma, mas contribuir na transformação social, instrumentalizando a criança para que possa intervir em sua realidade.

O conceito de educação é padronizado e deixa muito claro a concepção assumida, levando-se em consideração a utilização dos mesmos autores e suas abordagens voltadas à criticidade, constante análise da realidade social e do papel do indivíduo, predominância da pedagogia progressista e seus conceitos. Como outro exemplo, podemos citar da Unidade Educacional 3:

a Pedagogia Histórico-Crítica compreende que o homem é um ser histórico, construído através das relações com meio em que vive. Através da interação construída entre sujeito-objeto e a partir das ações socialmente mediadas o conhecimento é construído.

Da mesma forma, a educação infantil é conceituada de forma quase idêntica em todos os documentos. Identificada como parte importante da formação humana, com suas características e sua relação com o Ensino Fundamental, é também um consenso a ideia indissociável de Cuidar e Educar. A EI é organizada com conteúdos definidos, abrangendo as linguagens e áreas de conhecimento e são organizados de

acordo com as especificidades etárias. O entendimento do mundo se dá pelo brincar, como comenta a Unidade Educacional 5:

O Planejamento da Educação Infantil será baseado em conteúdos organizados por linguagens das áreas de conhecimento, na defesa da pré-escola como espaço pedagógico e, portanto, lugar de conhecimento, garantindo a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias e sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

O ato de brincar – nesta concepção, apresenta-se como atividade principal e organizativa do processo de ensino e de aprendizagem, de caráter intencional e voltada aos objetivos desta fase do processo educativo – a infância e, como tal, requer planejamento.

A formação continuada está presente em todas as propostas de forma bastante semelhante. É reconhecidamente importante em função dos avanços tecnológicos frequentes e alterações de conceitos. É necessário constante reflexão sobre as teorias e práticas pedagógicas. Ocorre dentro dos planejamentos e em parte dos calendários escolares em reuniões, palestras e seminários para trocas de experiências. A respeito disso Unidade Educacional 6, descreve:

A formação continuada deve ser realizada em momentos periódicos de estudo, reflexão, planejamento e avaliação de modo a superar os desafios no contexto da prática educacional, para efetivação da práxis e a efetivação da educação com qualidade social. Deve promover o acesso a conhecimentos que possam se aprofundados a partir das necessidades e dos desafios do cotidiano da escola e da sala de aula, uma vez que a educação é mediadora no interior da prática social. Deverão acontecer estudos, socialização de práticas pedagógicas entre os profissionais, com a participação de todos, nas horas atividades e reuniões.

Em relação a projetos desenvolvidos, nenhuma das propostas apresentou ações extracurriculares que envolvam vivências além daquelas previstas nos documentos.

Todas as atividades são desenvolvidas de acordo com a grade disciplinar regular, sem que, aparentemente, existam ações que coloquem os alunos em contato com diferentes experiências, mesmo que inerentes à formação. Pelo menos, não estão descritas nesses documentos.

As propostas analisadas apenas mencionam a EA e sua importância, citam a legislação, valorizam a sua identidade, em especial nas escolas do campo, mas não há projetos do coletivo da unidade relacionados a EA nos documentos analisados, nem uma fundamentação consistente sobre o tema, o que aponta para a formação nessa área do conhecimento para toda a rede municipal de ensino.

Também não foi possível perceber o envolvimento dos docentes na construção da proposta pedagógica, por isso o desconhecimento em relação à EA estar contemplada no documento. Essa participação é algo a ser construído e viabilizado na dinâmica das unidades educacionais, para conquistar uma escola participativa e democrática com uma proposta pedagógica elaborada na sua coletividade, ou seja, para que se torne possível “construírem práticas pedagógicas que permitam que professores e estudantes assumam o papel crítico e reflexivo de intelectuais transformadores” (GIROUX, 2011) e especialmente estabelecerem essas práticas num projeto maior e coletivo, que é o projeto político pedagógico.

Nessa pesquisa, apenas uma escola não menciona nada sobre a EA e uma unidade educacional destacamos pelos projetos especiais em contraturno, como a horta, oficinas de filosofia e a participação no Fórum Infante Juvenil do Meio Ambiente, que resultou em produção de material relacionado ao tema e posterior exposição das produções na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, além da participação em caminhadas ecológicas. Mesmo nos aspectos históricos de gestões anteriores, foi a maior participação mencionada também no PPP. Só o envolvimento produz ações "porque nem é possível fazer formação humana sem trabalhar com raízes e vínculos; porque sem identificar raízes não há como ter projetos" (CALDART, 2002, p. 23). Envolver as unidades educacionais em projetos que permitam conhecer mais sobre a EA e situá-los nos projetos político pedagógicos é o que apontamos como essencial para a Educação Ambiental ocupar o espaço que merece.

A especificidade da “cultura escolar” e da “cultura da escola” é anunciada por Forquin (1993, p. 167), para quem:

a escola é também um “mundo social”, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos. E esta “cultura da escola” (no sentido em que se pode também falar da “cultura da oficina” ou “cultura da prisão”) não deve ser confundida tampouco com o que se entende por “cultura escolar”, que se pode definir como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, “normalizados”, “rotinizados”, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.

Trabalhar a EA em meio aos conteúdos selecionados e organizados pela escola, de modo interdisciplinar e aproximá-los das especificidades da infância é uma forma de êxito na formação humana com conhecimentos essenciais, apresentando-os de forma criativa e considerando as características das crianças.

Crianças pequenas são seres humanos portadores de todas as melhores potencialidades da espécie: inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas, em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem-estar e felicidade; tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica; inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã; encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas, desde que o contexto ao seu redor e principalmente nós adultos/educadores saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento e a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação (BRASIL, 1998, p. 6).

É fundamental uma proposta de escola que respeite as especificidades da infância e promova as atividades externas, o contato com a natureza, mantenha o encantamento, a felicidade, a generosidade e a satisfação. Através de uma sistematização que expresse o trabalho pedagógico intencionalmente realizado no cotidiano da unidade educacional, com o entendimento da necessidade de organizar tempo, espaço e trabalho pedagógico, ou seja, a “rotina” de forma que as crianças se apropriem dos conhecimentos historicamente acumulados; garantir a formação continuada para os profissionais e desenvolver atividades diferenciadas, contextualizadas no processo ensino-aprendizagem.

4.4 As Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental

Por meio das práticas pedagógicas ocorre a mediação das aprendizagens das crianças, favorecendo seu desenvolvimento. Essas práticas devem envolver os conhecimentos e informações necessárias, oriundas da formação do docente. É fundamental também que ocorra um bom relacionamento entre professores e alunos, o afeto, indispensável ao ato de aprender, como afirmam Freire e Guimarães (2011, p. 94),

acho que essa capacidade de compreender, entender e amar as crianças é absolutamente indispensável à prática pedagógica. É claro, não vamos dizer que basta querer bem a criança, porque há necessidade também da competência científica da parte do educador. Mas esta competência sozinha também não dá, não funciona, a competência científica tem que estar associado à capacidade de querer bem do educador.

As práticas devem envolver, além do afeto e da compreensão essenciais ao processo de aprendizagem, também atividades que desenvolvam os saberes, a criatividade das crianças a partir das interações e brincadeiras e preferencialmente que

Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais (BRASIL, 2010, p. 26).

Quando essas práticas favorecem o cuidado com o meio ambiente e a sua valorização, contribuem para o reconhecimento de que todos precisamos da natureza, possibilitando a educação para um desenvolvimento saudável em todos os sentidos. A conexão com a natureza não é apenas fonte de saúde e bem-estar, desenvolve a criatividade e a aprendizagem, além do reconhecimento que fazemos parte da natureza e preservá-la envolve os cuidados com a própria vida. Essa consciência na formação Infantil contribui para posturas mais adequadas em relação ao meio ambiente, e, portanto, a todas as formas de vida.

A escola deve possibilitar experiências com a natureza para uma formação crítica, que vá além dos seus muros. As crianças amam estar em contato com a natureza e sua expressão de liberdade

nos espaços externos das IEI, as crianças estão menos expostas aos regimes disciplinares. Aqui, o movimento do corpo não está capturado, a liberdade favorece a criação. Nas salas há um campo de controle claramente pré-definido, é mais fácil cortar a conexão com os desejos e impor uma realidade em que as crianças se submetem aos objetivos da escola. Ao ar livre isto se complica, o professor perde poder (TIRIBA, 2014, p. 11).

Desenvolver atividades de Educação Ambiental, priorizando o espaço externo, favorece a espontaneidade, a criatividade e a liberdade, em oposição às práticas autoritárias desenvolvidas em muitos ambientes escolares.

Entre os trabalhos realizados em Educação Ambiental, nas unidades pesquisadas podemos citar: a separação do lixo e pintar os latões nas cores de descarte de cada objeto. O cultivo de plantas, de horta, a importância das frutas e o solo bem nutrido por meio de compostagem. As queimadas também foram abordadas, além dos animais polinizadores que contribuem com a natureza.

As práticas pedagógicas descritas pelas professoras são diversificadas. Porém, o lixo e a reciclagem são temas bem comuns nas unidades. Embora não sejam os únicos temas abordados, várias docentes, em torno de 60% delas comentaram o trabalho com o lixo, dentre eles podemos citar as seguintes atividades:

-A gente fez um trabalho de limpar a quadra, juntar os lixos, separar o que é reciclado e o que não é. Esse ano com a EI a gente trabalhou a questão das

cores dos latões. Quando eles vão descartar os lanches em que latões você deve descartar os lixos (Prof. 01).

Só o fato de eles levarem o lixinho pra casa e jogar o lixo no lixo eles já estão fazendo a parte deles (Prof. 03).

Outra atividade desenvolvida é a orientação quanto à utilização adequada das lixeiras, bem como a construção das mesmas com as crianças.

“Um exemplo é a construção das lixeiras para a separação do lixo, eles se envolvem de uma forma surpreendente a ponto de corrigir qualquer um que faça contrário” (Prof. 04).

Além da utilização de materiais recicláveis, que é bastante frequente nas unidades educacionais, com os mais diversos exemplos de atividades, como jogos, materiais pedagógicos, brinquedos, entre outros.

“Também focamos na reciclagem e separação do lixo juntamente com as famílias, com folhetos informativos, trabalho com sucatas e a importância de se ter duas lixeiras e de separar o lixo” (Prof. 05).

Nos exemplos de atividades com observação do entorno da escola, também envolvem a questão do lixo, tema bastante abordado pelas unidades em geral quando descrevem exemplos de trabalhos relacionados à Educação Ambiental e descrevem que:

“infelizmente o que eles veem não é legal porque eles acabam vendo poluição, acabam vendo muito lixo jogado e daí a gente traz eles para essa realidade, faz eles sentirem mesmo a necessidade de preservar” (Prof. 3).

Observações que permitem várias possibilidades educativas, por meio do diálogo, novas percepções e compreensões do mundo podem ser experimentadas.

Embora reconheçamos a importância desse trabalho, ele não deve ficar apenas em torno do lixo e da reciclagem, o ensino das Ciências Ambientais envolve uma postura bem mais ampla. Trabalhar a Educação Ambiental na perspectiva crítica e transformadora, a qual defendemos, “se refere, enquanto práxis social e processo de reflexão sobre a vida e a natureza, contribuindo com a transformação do modo como nos inserimos e existimos no mundo, a única categoria teórico-prática estruturante: educação” (LOUREIRO, 2012, p. 40).

Podemos citar atividades externas como bastante importantes para o desenvolvimento infantil, especialmente porque é preciso conhecer para amar e preservar, principalmente quando a criança se sente parte do mundo natural. Atividades possibilitadas através do contato com o mundo natural.

“O contato com a terra, plantio, vivências são de suma importância para as crianças se apropriarem do mundo que a cerca e valorizar a natureza” (Prof. 5).

Outro exemplo dessas práticas pedagógicas, realizadas fora da sala de aula, foi descrito pela Prof. 6, sobre a atividade externa desenvolvida e que envolve vários campos do conhecimento, literatura, conhecimentos matemáticos: separação, classificação, catalogação, além do conhecimento de ciências relacionados à germinação e plantio.

primeiramente nós trabalhamos a semente do girassol, trabalhamos todas as propriedades desde a questão de utilização da mesma, isto é, na farmácia, no cosmético, na alimentação humana e de animais. Trabalhamos uma literatura: o girassol solitário, trabalhamos com questões que envolve a alfabetização, a contagem, as operações, a classificação então realizamos um teatro dessa literatura onde a gente apresentou para os pais daí fomos para o campo literalmente, preparação do plantio, separação e seleção de semente, cada criança recebeu 4 sementes e foi identificado com o seu nome aí eles cuidavam, fizeram uma catalogação da evolução dessa semente, na verdade ele está gerando essa atividade tão maravilhosa mesmo, estão encantados, envolvidos de ver como vai ser a finalização desse projeto.

Atividade que permite várias possibilidades de diálogo e reflexão com as crianças, envolvendo a participação na construção do saber, possibilitando a observação, a imaginação, a descoberta de sensações tão importantes ao ato de aprender.

Assim, as vivências ao ar livre, os passeios no entorno podem ser entendidos como possibilitadores de aprendizagens de corpo inteiro, em que são incluídas a atenção curiosa, a contemplação, as sensações, as emoções, as alegrias! São aprendizagens que se realizam aqui e agora, não servem apenas para confirmar o que foi trabalhado de forma sistemática, antes ou depois (TIRIBA, 2014, p.11).

Nesse sentido, valorizando as vivências, a curiosidade e reflexão, apresentamos também o relato da professora 7, que menciona os cuidados com o nosso corpo, com o ambiente e o planeta, mostrando a relação entre eles comparando-os a um lar. Também menciona a época em que as pinhas caem e são utilizadas para alimentação dos pássaros, aproximando-os da escola. Dessa forma, está ensinando as crianças a alimentar e cuidar, além de respeitar a natureza.

uma das atividades que falei é essa das abelhas e a outra é uma pinha alimentar, nós temos pinus plantado bem perto do estacionamento e sempre cai umas pinhas, especialmente no final de maio, então o que nós fazemos, umedecemos essa pinha com mel e depois em alguns grãos como painço, alpiste, e então, penduramos com uma cordinha em algumas árvores também para que os pássaros venham se alimentar. Sempre trabalhando com a criança essa questão da empatia, cuidar do outro, cuidar do ambiente como a casa deles, como a casa grande que dividimos com todos. Se não cuidamos

da nossa primeira casa que é o nosso corpo, a segunda casa que é o ambiente que moramos, a terceira casa que é o nosso planeta, como poderemos manter a nossa saúde (Prof. 7).

Em relação aos espaços, outro aspecto a ser destacado diz respeito à parte interna, que possui várias possibilidades de fugir dos padrões tradicionais: carteiras enfileiradas, lousa e mesa dos professores. É importante rever os espaços internos (“cantos”) proporcionando atividades de forma que a criança possa escolher. As crianças são consideradas seres ativos e participativos, portanto, é fundamental oportunizar escolhas, decisões e pequenas responsabilidades para o crescente desenvolvimento da autonomia delas.

Ao considerar essa questão, “é fundamental que a criança tenha um espaço povoado de objetos com os quais possa criar, imaginar, construir e em especial, brincar” (HORN, 2007, p. 19).

Cabe enfatizar a importância do autor Loris Malaguzzi, pedagogo italiano que revolucionou os espaços na cidade de Reggio Emilia, na Itália, com a concepção de que a criança é produtora da própria história, capaz de se relacionar com o espaço e com os outros, deixando suas marcas e construindo sua cultura, segundo Faria (2007).

A sua principal contribuição foi no entendimento da necessidade da criança, pois a “reconhece como ativa, interativa, inventiva, envolvida, capaz de explorar, curiosa, aceitando o desafio de exprimir-se nas mais diferentes linguagens com as mais diferentes intensidades” (FARIA, 2007, p. 281).

Para ele, “a organização do espaço físico, a construção do ambiente e o escalonamento dos tempos são essenciais para permitir a inventividade infantil e a descoberta” (FARIA, 2007, p. 285).

O espaço favorece o bem-estar, o aconchego, as relações, a aprendizagem e não é apenas físico, faz parte do trabalho pedagógico, é um elemento curricular.

Além do espaço, destacamos também a importância do método que permite a aprendizagem, não como um caminho pronto, mas que se reconstrói no próprio caminhar. Em EA devemos buscar

um método que parte da premissa de que somos natureza com singularidades que nos diferem das demais espécies, sem que isso signifique pensar o humano fora da natureza ou, ao contrário, pensá-lo como um organismo biológico diluído no plano natural. Que pensa o processo de transformação da realidade social enquanto princípio da realização humana, pelo qual modificamos a natureza dita exterior, sendo dialeticamente modificado em um movimento de concretização da nossa natureza

específica, sendo essa dinâmica o que estabelece a unidade sociedade/natureza; natureza/cultura; ser social/ser biológico; matéria/espírito; corpo/mente (LOUREIRO, 2012, p. 110).

O trabalho em EA deve permitir a tomada de consciência, a compreensão da realidade vivida, como parte do trabalho educativo, concretizado mediante as atividades realizadas. Pensando e repensando a prática, que é possível inovar, segundo Freire (1979, p. 47), é a práxis, “a autêntica união da ação e da reflexão” que forma uma nova ação.

Ações que caracterizam o trabalho pedagógico, para Libâneo (2001) são definidas por meio do conhecimento, sendo que a educação ocorre em diversas instâncias, e são novos os espaços do conhecimento configurados em práticas pedagógicas.

Essas práticas ou ações devem orientar o trabalho educativo, percebendo-o parte da sociedade e fator importante para seu desenvolvimento, consciente de que as práticas escolares estão vinculadas às práticas sociais, conforme Libâneo (2001), escola deve se aproximar dos problemas sociais, visando sua compreensão em busca de soluções para os diversos problemas encontrados.

Uma das formas de fortalecer o trabalho docente é promover momentos de trocas de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica, o que poderá trazer bons resultados na resolução de problemas cotidianos.

Essa reflexão sobre a práxis sugere, então, uma postura mais reflexiva e não somente transmissiva. É nesse sentido que deve se configurar a formação dos professores e também como formação de educadores ambientais, um espaço de aquisição de tais conhecimentos e de reflexão consciente de sua importância como agente de transformação e a escola como um lugar de compreensão de diferentes realidades, além de formadora, especialmente em relação às questões ambientais.

Buscar a consciência com relação às questões ambientais demonstra ser um pensamento comum. Todas as entrevistadas afirmaram que já desenvolveram práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental, como: cuidar dos alimentos; evitar queimadas; separar o lixo; ter contato com a terra; plantar; alimentar as aves; cuidar um do outro, do ambiente, da casa e do planeta.

Acreditamos que a EA não se reduz a ações individuais ou a seguir receitas apresentadas em manuais de preservação do ambiente. É muito mais complexa que isso. A EA encontra suporte nas teorias críticas da educação, é a que defendemos considera:

A complexidade da relação ser humano-natureza. Privilegia a dimensão política da questão ambiental e questiona o modelo econômico vigente. Apresenta a necessidade do fortalecimento da sociedade civil na busca coletiva de transformações sociais (SILVA; CAMPINA, 2011, p. 34).

Esses elementos consideram a EA para além das ações individuais, preservação ambiental e uso consciente dos recursos da natureza. Apresentam uma visão ampla com relação ao ser humano e a natureza que envolve também a dimensão política de transformação social e participação da sociedade na construção de melhorias de condições de vida.

A educação, que caminha nessa perspectiva, deve possuir um caráter mais democrático e emancipatório, que trate os estudantes como agentes críticos, torne o conhecimento problemático, utilize e argumente em favor de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas. Enfim, possibilitar aos estudantes voz ativa em suas expectativas de aprendizagem. Essa voz ativa é construída por meio do diálogo, como afirma Lima (2005, p. 99):

A importância do diálogo no processo ensino aprendizagem; a prevalência de relações horizontais entre educador, educando, a valorização do saber do educando; a historicidade dos homens, da cultura e dos processos sociais; ao amor como fundamento do diálogo e como ato de liberdade, à crítica, a reflexibilidade e a criatividade como elementos indispensáveis à libertação, a promoção do homem e do educando como sujeito de sua busca e de sua história e a transformação/libertação das relações de dominação que impedem a humanização dos indivíduos.

Desse modo, a partir da reflexão sobre a realidade concreta, o sujeito constitui-se em alguém com possibilidades de intervir em sua realidade mediante a participação e engajamento. Num processo contínuo em busca da humanização:

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987, p. 38).

Para a conscientização ocorrer, é preciso um ambiente educativo que possibilite a reflexão crítica mediante a práxis. Reflexão que possibilita transformações, como afirma Guimarães (2005, p. 194): “o indivíduo se transforma transformando a sociedade e reciprocamente, na sociedade em transformação o indivíduo se transforma”. Desse modo, o espaço educativo se constitui numa possibilidade de transformação da realidade local e a participação potencializa a ação, tanto individual quanto coletiva, mediante a interação. Porém, na maioria das salas de aula, os estudantes trabalham de maneira isolada e independente (GIROUX, 2011, p.

73). Os educadores, segundo Giroux (2011, p. 74), de modo geral precisam ajudar a promover “mudanças na consciência dos estudantes promovendo as bases para uma educação verdadeiramente humana”.

A sala de aula é considerada um ambiente onde “o processo político e social acontece em um microcosmo” (GIROUX, 2011, p. 88), e se a criatividade, a imaginação, a análise da realidade são construída através do diálogo, essas transformações necessárias que rompem com a passividade poderão ocorrer, possibilitando que o conhecimento seja usado pelos estudantes para dar significado às suas existências, segundo (GIROUX, 2011, p. 101).

Quando as práticas pedagógicas possuem esse direcionamento, ou seja, são construídas através da participação e diálogo, a Educação Ambiental (e demais conhecimentos) passam a ser significativos para os estudantes.

Encontramos, nessa perspectiva, os exemplos, as práticas desenvolvidas pela professora 06, citada anteriormente, que traz um exemplo de trabalho com o girassol, desde a observação da semente, plantio, acompanhamento do crescimento e estudos do mesmo e também da professora 07, que destaca a importância dos animais polinizadores e sua relação com a produção de alimento, mostrando a criança a relação de interdependência entre os seres.

Então foram essas duas atividades: a das abelhas com o xarope feito de açúcar e água para pendurar nas garrafas pets para alimentar as abelhas e as pinhas alimentares para alimentar os outros pássaros que são os animais polinizadores, essas foram as duas atividades que eu trabalhei na EI, porque são temas que quase ninguém trabalha que são os animais polinizadores que produzem o alimento pra gente (Prof. 07).

As práticas pedagógicas que permitem maior envolvimento, participação e reflexão são consideradas relevantes especialmente quando se trata de Educação Ambiental e estão ligadas também à formação docente. No caso, a professora 06 que já realizou cursos em Educação Ambiental e a professora 07, além de ser mestre em educação, também possui formação na área. Desse modo, formação docente está diretamente ligada às práticas inovadoras.

A forma como a escola organiza suas práticas, sua cultura e seus espaços revela sua concepção de ensino que, por sua vez, revela a concepção de homem e sociedade que pretende desenvolver.

4.5 Ações de Educação Ambiental nas Unidades Pesquisadas

Neste subcapítulo, passamos a relatar os resultados da pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Ofício Circular de nº 460, de 06 de agosto de 2019, sobre a formação e atividades realizadas pelas unidades educacionais do município acerca da Educação Ambiental. Constatou-se que em toda a rede de ensino (incluindo CMEIS e Escolas) apenas 18 (dezoito) profissionais possuem alguma formação em Educação Ambiental.

De acordo com as respostas a esse ofício, percebe-se que esses profissionais realizaram pós-graduação ou curso de extensão. Dos 18 (dezoito), apenas 11 (onze) estão distribuídos em unidades educacionais. Constata-se que há um déficit de profissionais com a devida formação para atender a totalidade de 77 (setenta e sete) unidades educacionais, com milhares de alunos atendidos, esse número é de fato, muito reduzido.

Partimos do pressuposto de Veiga, Amorim e Blanco (2005), de que a maioria das escolas tem atividade de Educação Ambiental, portanto a temática ambiental se universalizou, porém essas ações são desenvolvidas fora do Projeto Político Pedagógico da escola.

Para ilustrar a pesquisa, foram selecionadas as unidades educacionais do município de Araucária, com as quais foi realizada a pesquisa e desenvolveram ações de Educação Ambiental em 2019.

Lembrando que a ação da escola deve impulsionar as crianças tanto no acesso ao patrimônio cultural, construído pela humanidade, quanto no encontro íntimo com o mundo natural e com seu corpo. Essa ação implica colocá-las em contato com a diversidade de campos do conhecimento, incluindo as ciências, a filosofia, as artes e as tradições culturais/espirituais, como componentes de uma grande rede de conhecimentos que se complementam de forma não hierarquizada (LIMA, 2015, p. 44).

A Unidade Educacional 7 desenvolveu as seguintes atividades voltadas à Educação Ambiental: Visitas orientadas por iniciativa da própria Unidade Educacional ou em parceria com Secretarias, entidades ou empresas: a) Horto de Araucária, e b) Projeto Itinerante: Um Rio Perto Daqui; Ações de gestão ambiental no ambiente escolar: a) Separação de recicláveis, b) Compostagem Orgânica, c) Horta. d) Economia de água e energia; Oficinas, confecção de materiais e exposição de

trabalhos: - Atividades realizadas em sala, através dos conteúdos.

- Infantil V – 1º ao 5º anos – Educação Ambiental trabalhada nas áreas de conhecimento Ciências, Português, Geografia, História e Matemática, em sala de aula e aulas práticas.

- 8º e 9º anos – No oitavo, o conteúdo seria corpo humano, mas trabalha-se a questão da respiração e a qualidade do ar, bem como agrotóxicos e alimentação saudável. No nono ano, os conteúdos seriam química e física, mas são estudadas as matrizes energéticas, fazendo relação com as indústrias, consumo e produção/descarte de materiais. Geografia, no oitavo ano, estuda o meio ambiente sustentável, agenda 21, lixo eletrônico e poluição ambiental.

- No nono ano, são trabalhados assuntos como energias renováveis, consumo e agricultura. A unidade tem três profissionais que possuem formação em Educação Ambiental, sendo como Cursos de Extensão, Pós-Graduação ou Mestrado.

Analisando as instituições, cabe dizer, segundo Razzoto (2009), é necessário que a escola esteja voltada para uma re-educação ambiental e social, sendo ela também uma mudança cultural e uma revolução comportamental, porém não se limitando a esses aspectos, promovendo uma consciência mais ampla. Acredita-se que a escola é o lugar primordial para a formação de novas culturas, além de ser capaz de efetivar uma mudança que esteja voltada para uma sociedade mais sustentável.

É fundamental considerar as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a constituição do ser. Portanto, o professor precisa priorizar esses valores humanos no trabalho com os alunos, com o objetivo de torná-los cidadãos que respeitem as condições das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades (MOREIRA e LARA, 2012).

Aqui diz respeito ao reconhecimento e pertencimento do indivíduo ao planeta Terra, o que é essencial para a construção da sua condição humana:

o planeta exige um pensamento policêntrico capaz de apontar o universalismo, não abstrato, mas consciente da unidade/diversidade da condição humana; um pensamento policêntrico nutrido das culturas do mundo. Educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro, que deve trabalhar, na era planetária, para a identidade e consciência terrena (MORIN, 2011, p. 56).

No dizer de Moreira e Lara (2012, p. 88), mesmo da compreensão das políticas para a Educação Infantil e Ambiental no Brasil, vai além da realidade meramente brasileira. As diversas e contínuas mudanças na economia e na cultura, que aqui provocam transformações sociais, ocasionam também modificações universais no funcionamento das famílias e na educação das crianças em todas as camadas sociais.

A Unidade Educacional 5 realizou as seguintes atividades voltadas à Educação Ambiental: Visita Orientada ao Horto Municipal, aos arredores da comunidade de Guajuvira, ao Rio Iguaçu, à Cerâmica Nalepa, todos por iniciativa da própria unidade; Professores trabalham com os alunos os conteúdos do Planejamento Referencial; Separação do lixo com lixeiras em todas as salas; Confeção de brinquedos com sucatas e realização de exposições na unidade; A turma do Primeiro Ano participou do Projeto Jovens Empreendedores - Primeiros Passos que aborda o conteúdo de Ervas Aromáticas. A unidade quer participar do Programa de Horta Escolar, mas desde maio solicitou terra preta e até agora não foi fornecido. Informa que não possui profissionais com formação específica em Educação Ambiental.

Aqui as crianças da Educação Infantil vivenciam suas primeiras experiências em Educação Ambiental, esse contato com objetos é que proporciona o interesse pela preservação. Afirma Lima (2015, p. 36) que:

desde a primeira infância as crianças necessitam estar em espaços nos quais possam viver experiências que as mantenham vinculadas às coisas da natureza e se percebam como parte do mundo natural. Para isso, é imprescindível que elas tenham oportunidade de estar em contato direto com a natureza. Deste modo, cuidar das crianças significa, necessariamente, disponibilizar espaços naturais, nos quais elas possam desfrutar, contemplar, se encantar, enfrentar desafios e aprender.

As atividades desta unidade concretizam o pensamento de Oliveira e Vargas (2009, p. 318), onde os professores de Educação Infantil deveriam estimular as crianças sensorialmente por meio de atividades externas como: “sentir o solo, tocar plantas, cheirar folhas”, de maneira a propiciar a ela o desenvolvimento de um sentimento positivo em relação ao meio ambiente.

A Educação Ambiental é um desafio para descoberta de qualidade de vida e do cuidado pelo planeta. Propõe também a concepção de novos valores na construção do meio ambiente e sustentabilidade.

Para Lima (2015, p. 44):

a ação das escolas de educação infantil deve impulsionar as crianças tanto no acesso ao patrimônio cultural construído pela humanidade quanto no encontro íntimo com o mundo natural e com seu corpo. Implica colocá-las em contato com a diversidade de campos do conhecimento, incluindo as ciências, a filosofia, as artes e as tradições culturais/espirituais, como componentes de uma grande rede de conhecimentos que se complementam de forma não hierarquizada.

As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas desde a infância, conforme citam os autores Arruda e Fortkamp (2003), são importantes para a construção de valores e de cidadania. Quanto mais novos forem os aprendizes expostos a esse processo de aprendizagem, maiores as possibilidades de desenvolver nos pequenos o respeito à vida.

Unidade Educacional 1 desenvolveu as seguintes atividades de Educação Ambiental: Separação de lixo comum e reciclável, reaproveitamento de materiais recicláveis para jogos e brinquedos; Cultivo de hortaliças – no ano de 2015 iniciou com o Projeto Ação Saudável. Após o término deste projeto, deram continuidade à horta e ao plantio das hortaliças e, nesse processo, houve envolvimento das crianças. No inverno, a horta é cuidada para que receba o plantio na primavera. São colhidas hortaliças e produtos que são usados na alimentação das crianças com o incentivo de uma alimentação saudável; Professoras do infantil 4, manhã e tarde, organizaram no pátio um espaço utilizando materiais que compuseram um Faz de Conta para as crianças brincarem. Nesse espaço, as crianças podem soltar a imaginação com camas feitas de paletes, uma cozinha feita de caixas de frutas e assim por diante. A unidade não tem profissional formado em Educação Ambiental.

Menciona Ferreira (2006) que a horta é um espaço pedagógico que, como atividade possibilita ao educando conhecimentos teórico e prático fundamentais para a interação com o seu meio de forma lúdica e prática. Cabe ao professor, no fazer pedagógico, entrelaçar as áreas do conhecimento bem como fortificar o elo escola e comunidade.

Segundo Boff (1999), nas instituições de educação infantil, visamos uma educação ambiental atenta à qualidade de vida, à qualidade do existir cotidiano. Nessa perspectiva, o cuidar é uma referência central porque possui uma dimensão ontológica: isto é, está relacionado à constituição do ser humano, pois, do nascimento até a morte, é condição para a sua existência.

Destaca Martins (2009) a importância da escola como local para além dos cuidados na Educação Infantil, porque é nele que a criança deve se envolver, interagir

e agir com o meio, com o outro e com si mesma para apreender o mundo que a cerca e ir além apreendendo para além da imagem, mas também os significados por trás delas.

Salienta Lima (2015, p. 36) que é na Educação Infantil que a criança constrói suas primeiras experiências:

desde a primeira infância as crianças necessitam estar em espaços nos quais possam viver experiências que as mantenham vinculadas às coisas da natureza e se percebam como parte do mundo natural. Para isso, é imprescindível que elas tenham oportunidade de estar em contato direto com a natureza. Deste modo, cuidar das crianças significa, necessariamente, disponibilizar espaços naturais, nos quais elas possam desfrutar, contemplar, se encantar, enfrentar desafios e aprender.

A Unidade Educacional 2 realizou as seguintes atividades voltadas à Educação Ambiental: Visitas Orientadas da SMMA quanto à separação de resíduos; Separação de resíduos recicláveis e para compostagem; Horta; Diversas atividades com recicláveis em sala de aula: confecção de materiais (jogos, brinquedos), cartazes educativos. A unidade não tem profissional formado em Educação Ambiental.

O processo educativo relacionado à Educação Ambiental deve iniciar o mais cedo possível, garantindo os direitos infantis de convívio com a natureza. Segundo Dias (2004, p. 31), “uma criança em contato com a realidade do seu ambiente não só aprenderia melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta”.

É por meio do contato que a criança aprende sobre a natureza, despertando a curiosidade de forma natural. A esse respeito afirma Lima (2015, p. 37):

ao se manter vinculada à natureza e ampliar sua intimidade com a terra, com as águas, com os vegetais, com as pedras, com os animais, a criança tem maiores condições de se perceber, se manter vinculada e presente em si, e, assim, experimentar o sentimento de unidade com os demais seres.

A Unidade Educacional 4 realizou as seguintes atividades de Educação Ambiental: *Horta Escolar. Projeto Bichos, com a presença de animais, podendo, às vezes, tocá-los. As crianças recebem informações sobre as características desse animal, aprendendo que somos parte da natureza e preservar a vida é fundamental; Projeto de Cantinhos Sensoriais será implantado para ampliar as atividades ao ar livre que já são realizadas na perspectiva do desemparedamento e do contato com a natureza. Alguns profissionais da Unidade realizaram Cursos de Extensão de Educação no Campo.*

O CMEI atua com o desemparedamento como nova perspectiva de ensino.

Ratificamos aqui a concepção, já mencionada por Tiriba (2017), que a base do paradigma moderno é reforçada pela estratégia de emparedamento, a qual é condição de produção de corpos dóceis que o modelo capitalista necessita. De modo geral, vem provocando a degradação da vida no planeta e de forma específica impõe às crianças rotinas escolares, privando-as do que é essencial, como a relação intensa com o mundo natural; brincadeira espontânea ao ar livre o faz de conta, trocas essenciais ao aprendizado da vida em grupo e o exercício da cidadania.

O convívio diário com a natureza deve ser garantido às crianças. As Instituições educativas têm um papel importante nessa questão. Se a escola ocupa cada vez mais espaço na vida das crianças, e na infância temos verdadeira paixão por atividades ao ar livre, então os professores e educadores, bem como as instituições devem estar organizados no sentido dessa busca, por atividades mais em contato com elementos do mundo natural. Como direito ao sol, brincadeiras ao ar livre (que possibilitem construir, mexer, cavar, amontoar, demolir, cuidar da vegetação) ter contato com animais, grama, água, areia, terra, argila, pedrinhas, canteiros com flores, legumes, verduras e plantas medicinais, passear ao ar livre, jardins, praças, entre outros. Essas atividades são essenciais ao seu desenvolvimento (TIRIBA, 2017).

Em relação às escolas envolvidas na pesquisa, somente as unidades 6 e 3 não responderam ao ofício da Secretaria Municipal de Educação de Araucária, porém desenvolvem atividades relacionadas à Educação Ambiental, com destaque a Escola Elvira que viabilizou, inclusive, a participação em Fórum Municipal do Meio Ambiente e suas ações estão contempladas na Proposta Pedagógica da Unidade Educacional.

O quadro a seguir resume as principais ações desenvolvidas pelas unidades educacionais como um todo na cidade de Araucária, incluindo também as unidades pesquisadas.

Quadro 1 - Programas e Ações em EA

HORTA ESCOLAR	Gestão Ambiental RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLAGEM	UM RIO PERTO DAQUI	VISITAS ORIENTADAS	Gestão Ambiental ÁGUA E/OU ENERGIA	CONTEÚDO PLANEJAMENTO REFERENCIAL	RECURSOS NATURAIS	PAISAGISMO
30	61	18	19	25	17	9	5
PRESERVAR (CONSERVAR) A NATUREZA	INTERVENÇÃO NA REALIDADE DO ENTORNO	CONTEÚDOS SÓCIO-ECONÔMICOS	PALESTRAS	EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS	PLANEJAMENTO REFERENCIAL CIÊNCIAS	SUSTENTABILIDADE	VERDE WHITE
9	5	6	3	10	2	7	1
MÚSICA E/OU VÍDEO COM TEMA ECOLÓGICO	GINCANA ECOLÓGICA	PROJETO AULA DE CAMPO	COMPOSTAGEM	PROJETOS QUE ENVOLVEM TODA A COMUNIDADE E ESCOLAR	MULTI E INTERDISCIPLINARIDADE	PARTICIPAÇÃO EM CURSOS PARA PROFESSORES	PEÇA DE TEATRO
7	1	11	10	5	3	1	4

Fonte: Caderno Pedagógico Araucária, 2019.

A análise dos dados demonstra a presença de diversas ações em Educação Ambiental, identificadas nas atividades dos educadores da rede municipal de ensino de Araucária. É possível observar nos relatos os termos ‘preservar’ e ‘natureza’, apresentando

uma visão conservacionista de meio ambiente, de cunho antropocêntrico e que não percebe o ser humano como parte da natureza, preocupando-se, tão somente, em preservar algo que é externo ao ser humano, a natureza, que pode facilmente, em sala de aula, ganhar tons de algo idealizado e distante do real (ARAUCÁRIA, 2019, p. 10).

Outros temas mais comentados nos relatos referem-se à gestão de resíduos sólidos que a maior parte das unidades educacionais faz, ‘água’ e ‘energia’ estão em destaque na economia desses “recursos”. A compostagem foi apresentada em algumas unidades com uma visão ativista/imediatista, visando a resolução de problemas ambientais.

Em torno de 20 (vinte) Unidades Educacionais afirmam seguir os conteúdos do planejamento referencial para orientar suas ações ou atividades em Educação Ambiental, demonstrando uma visão mais conteudista do trabalho, que deve envolver os demais aspectos da EA, como possibilitar o contato com a natureza e as diversas formas de vivências. Outros relatos apresentam a disciplina de ciências como sendo a responsável pelas questões ambientais na escola. É necessário, portanto, promover as questões da inter e transdisciplinaridade nas unidades educacionais, dessa forma

é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto (MORIN, 2010, p. 89).

A pesquisa realizada com as unidades educacionais confirma o que Veiga, Amorim e Blanco (2005) frisaram ao refletir sobre os projetos políticos pedagógicos e os currículos, em que sua operacionalização em ações quase sempre são desenvolvidas fora do projeto pedagógico da escola.

O levantamento demonstrou que a Educação Ambiental nas escolas foi capaz de se organizar por meio de diálogos com a realidade e propósitos com base na autonomia de ideias.

O documento “Critérios para Atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças”, elaborado em 1995, pela Coordenação da Educação Infantil do MEC, é considerado um marco no que diz respeito à relação com a natureza. Apresenta, entre outros aspectos, que as crianças têm direito ao contato com a natureza, tomar sol, ter contato com plantas e canteiros, além de recomendar que as instituições prevejam áreas para atividades ao ar livre. E apresenta uma visão que a natureza não está em função dos interesses humanos.

Porém, diante do levantamento realizado, não pode deixar de ser mencionada a opinião de alguns autores com relação à Educação Ambiental.

Na opinião de Layrargues e Lima (2014), a Educação Ambiental, realizada nas escolas ainda se destina, em sua maioria, às questões relacionadas à reciclagem do lixo, bem como ao não desperdício de água. Essa prática também é confirmada por Quintas (2004) o qual aponta o lixo e os recursos hídricos como os principais temas de Educação Ambiental trabalhados em sala de aula. O autor afirma que esses temas possibilitam práticas mais ou menos reflexivas e participativas. Contudo Jacobi (2003) aponta o lixo como um dos temas predominantes nas práticas de Educação Ambiental na modalidade formal. Temas como resíduos e consumo também são evidenciados por Logarezzi (2006, p. 96) e define lixo como

[...] aquilo que sobrou de uma atividade qualquer e é descartado sem que seus valores (sociais, econômicos e ambientais) potenciais sejam preservados, incluindo não somente resíduos inservíveis, mas também, incorretamente do ponto de vista ambiental, resíduos reutilizáveis e recicláveis.

Na opinião de Brugger (2009) os temas abordados na Educação Ambiental nas escolas continuam de forma rotineira, como: coleta seletiva de material reciclável,

separação de lixo e poluição do ambiente. Essa prática pedagógica não prioriza oportunidades de contato com os ambientes naturais, os professores discutem sobre as questões ambientais envolvidas, sem qualquer relação com a dimensão social econômica. É preciso que os conteúdos relacionados à Educação Ambiental sejam discutidos profundamente com professores e alunos, para que estes tenham conhecimento para formular opiniões críticas e, assim, desenvolver valores.

Afirma Barcelos (2012, p. 71) que as práticas de Educação Ambiental ainda estão “desarticuladas do fazer cotidiano do professor e de sua sala de aula. A Educação Ambiental raramente é planejada conjuntamente Projetos Políticos Pedagógicos (PPP’s) e com os planos de aula em andamento”. Essa postura contraria totalmente o entendimento teórico em torno da Educação Ambiental, uma vez que esta é compreendida e caracterizada pelo seu perfil interdisciplinar de desenvolvimento do pensamento crítico.

CONCLUSÕES

A Educação Ambiental na Educação Infantil é um tema relevante na formação de estudantes críticos, principalmente porque é nessa fase que a criança é mais aberta ao aprendizado podendo tornar-se adultos atuantes, interessados e comprometidos com valores de cidadania. Assim, é importante tornar esses estudantes conscientes da importância da preservação do ambiente e do mundo que os cerca.

Os instrumentos utilizados para coleta dos dados possibilitaram descobrir que, de forma geral, as professoras desenvolvem atividades de Educação Ambiental, cada uma com movimento e criatividade próprios, e dentro das condições que a Unidade permite. As que atuam em escola do campo encontram mais facilidade no desenvolvimento das atividades, inclusive da compreensão dos alunos, uma vez que trazem o conhecimento de casa. Há também as que encontraram dificuldades para desenvolvimento de suas ações. As atividades mais apontadas foram as que incluíam a separação do lixo e ações com materiais recicláveis, mas também houve conscientização da importância da polinização, dos insetos que ajudam na continuação da espécie de planta e flores. A queimada foi outro tema abordado nas ações em Educação Ambiental.

É preciso oportunizar maior conhecimento na área, por meio de formações aos docentes, contemplando formação inicial, especializações e formação continuada, uma vez que a temática ambiental não está presente na graduação dos professores, embora todos os profissionais que atuam na Educação Infantil das unidades pesquisadas tenham formação superior, geralmente Pedagogia ou Magistério superior, não tiveram EA em sua formação acadêmica.

Os cursos de formação continuada estão destinados principalmente ao Ensino Fundamental e Médio, deixando de lado a EI e suas especificidades. A formação continuada, que é constituída por ações desenvolvidas após a formação inicial, foi realizada com o tema EA apenas por quatro das sete docentes pesquisadas. Para uma delas, a formação ocorreu recentemente, após 22 anos de profissão. Se a formação tivesse sido oportunizada antes, muitas ações poderiam ter sido realizadas nesse aspecto. As formações, em geral, envolvem poucas horas de curso ou foram feitas a algum tempo, mas os conhecimentos foram considerados bastante importantes para orientar o trabalho em sala de aula.

A formação em EA é um privilégio de poucos em Araucária, pois em toda a rede municipal de ensino, com aproximadamente 2.000 docentes, existem apenas 18 (dezoito) profissionais que possuem alguma formação em Educação Ambiental e estão distribuídos em 11 (onze) unidades educacionais apenas, o que aponta a necessidade de ampliar a formação nessa área para que mais ações possam ser desenvolvidas e numa perspectiva interdisciplinar. É importante que a Educação Ambiental seja inserida nas formações dos docentes .

Em relação à especialização, duas docentes não citaram e as demais possuem, no mínimo, uma formação. Apenas uma delas tem a titulação de mestre, mas nenhuma delas em EA.

Embora a lei contemple que a EA deve ser desenvolvida em todos os níveis do ensino formal, percebemos que ela não ocorreu nem na formação acadêmica dos docentes entrevistados e nem mesmo na especialização, pois não foi ofertado qualquer conteúdo relacionado à EA. Apenas na formação continuada é que foi oportunizado o estudo da Educação Ambiental e contribuiu para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. A formação continuada deve propiciar ao profissional da EI momentos de discussão, reflexão e pesquisa. Esse estudo, por meio de cursos e oficinas criativas, é considerada fundamental, associando a construção de novos saberes à reflexão sobre o papel da escola, comprometida com a busca de maior igualdade social e equilíbrio nas relações entre o homem e a natureza.

A escola é um espaço de construção de identidades, subjetividades e cultura. A qualidade dos espaços da infância depende muito dos gestores ao pensar as instituições para a infância e também da organização realizada pelos profissionais que estão com elas, conscientes das condições ambientais, que transformam os espaços escolares em ambientes de vida, em contato com o mundo natural, social, para que elas possam ser desafiadas a explorar, conhecer, desfrutar dessa etapa importante de seu desenvolvimento.

Sobre os espaços, outro aspecto a ser destacado diz respeito à parte interna, que possui várias possibilidades de fugir dos padrões tradicionais: carteiras enfileiradas, lousa e mesa dos professores. É importante rever os espaços internos (“cantos”) proporcionando atividades de forma que a criança possa escolher. As crianças são seres ativos e participativos, portanto, é fundamental oportunizar escolhas, decisões e pequenas responsabilidades para o crescente desenvolvimento da autonomia delas. O espaço favorece o bem-estar, o aconchego, as relações, a

aprendizagem e não é apenas físico, faz parte do trabalho pedagógico, é um elemento curricular.

O que se observa, porém, é que as crianças têm nas instituições de EI uma rotina muito determinada, o tempo todo com adultos dizendo o que fazer, presas em espaços fechados sem sair ao ar livre em nome da suposta segurança e muitas vezes regulada pelo horário das refeições, intercaladas com as atividades pedagógicas, quase sempre prontas. Observa-se pouco espaço para a livre escolha das atividades, que favoreça liberdade, o autoconhecimento de suas preferências e desse modo oportunizar escolhas, decisões e pequenas responsabilidades para o crescente desenvolvimento da autonomia delas. É necessário práticas pedagógicas que promovam essa condição.

Outra questão a ser destacada diz respeito ao número de crianças atendidas na unidade educacional, que deve ser reduzido para tornar viável um trabalho mais individualizado, possibilitando a devida atenção e cuidados que as crianças precisam nessa fase do desenvolvimento. Além de desenvolver práticas pedagógicas mais contextualizadas e com mais possibilidade de escolhas, mais tempo livre para brincar, desenvolver a imaginação, interagir, permitir espaços de convivência. Saber conviver é uma arte a ser desenvolvida desde pequenos. Os adultos precisam aprimorar constantemente. As rotinas rígidas boicotam essa possibilidade, além de prejudicar o desenvolvimento e a espontaneidade das crianças, portanto precisam ser revistas mediante ações que favoreçam a autonomia, a criatividade, a liberdade. A EI deve ser um espaço que torne isso possível, criar, brincar e se divertir enquanto aprende. Elementos que devem constar no projeto político pedagógico das unidades.

Com relação à análise dos projetos políticos pedagógicos, observou-se também que as atividades de Educação Ambiental na Educação Infantil não estão especificadas. São vários os temas selecionados como: cidadania, educação sexual, ética e preservação do meio ambiente. O ideal seria que as práticas escolares com Educação Ambiental estivessem incorporadas em documento. Além de acrescentar a EA como um capítulo importante, tratando o tema com a devida importância.

Pode-se então afirmar que os professores têm trabalhado a Educação Ambiental desvinculada do projeto político pedagógico. Não há muito conhecimento do professor em relação às propostas pedagógicas, em especial sobre como a EA está contemplada no documento. Essa ausência de conhecimento significativo sobre a proposta pedagógica indica que o envolvimento na sua construção também não

ocorreu de forma significativa. As propostas pedagógicas não apresentam nenhum capítulo sobre a EA, apenas informações soltas no decorrer do texto do documento.

Analisando todo o trabalho, apesar do esforço dos profissionais, pode-se dizer que a Educação Ambiental na Educação Infantil ainda está distante do que se espera em contribuição para uma formação crítica e participativa, além de atitudes que promovam mudanças essenciais para a sociedade. Porém, observa-se que várias ações pedagógicas têm acontecido a partir de experiências, projetos, vivências sobre a EA e sua importância, mesmo que não façam parte de uma postura coletiva da escola, registrada em sua proposta pedagógica. As professoras procuram realizar ações dentro das suas condições de docentes, de acordo com o que suas formações possibilitam e as condições de suas respectivas unidades de trabalho. Mesmo sem a devida formação, realizam um trabalho buscando ações pedagógicas que vão ao encontro das questões ambientais.

Todas as entrevistadas afirmaram que já desenvolveram atividades voltadas à Educação Ambiental, como: cuidar dos alimentos; evitar queimadas; separar lixo; horta; trabalhar com sementes; ter contato com a terra; plantar; favorecer a polinização e cuidar um do outro, do ambiente, da casa e do planeta, a partir da própria compreensão do que é bom e importante para seus alunos. As práticas pedagógicas descritas pelas professoras são diversificadas. Porém, a questão do lixo e a reciclagem, são temas bem comuns nas unidades. Embora não sejam os únicos temas abordados, várias docentes, em torno de 60% delas comentaram o trabalho com o lixo e afins como temas predominantes quando se refere a EA.

As melhores práticas pedagógicas observadas na pesquisa não colocam a Educação Ambiental como protagonista do trabalho com as crianças, mas como pretexto para ensinar outras disciplinas, não dando a importância que a educação ambiental merece. Percebe-se que isso ocorre devido a ausência de formação dos docentes na área, tanto na graduação, especialização como na formação continuada. Formação de professores é um vasto campo a ser explorado com relação a EA. É necessário a Formação de educadores ambientais em todas as etapas da educação básica. Num processo de construção de uma forma de pensar em consonância com a manutenção da vida. Verificar se a EA está contemplada nos currículos das licenciaturas ofertadas pelas universidades pode gerar o tema de nova pesquisa.

Apesar das dificuldades encontradas pelas docentes para a realização de um trabalho voltado para a EA, como o envolvimento do coletivo das unidades e das

famílias, na própria realização das atividades e continuidade dessas ações ou e até mesmo as políticas públicas ou ausência delas por parte dos municípios e do próprio governo, enfim, foram várias dificuldades elencadas e que apesar delas a escola procura fazer sua parte, dentro de suas possibilidades.

Mesmo não possuindo uma formação consistente em EA, ou seja, não tiveram os fundamentos necessários relacionados ao tema, as docentes procuram abordar o tema, dentro de suas condições, considerando a questão essencial para a formação das crianças, consideram relevante a formação desde a EI, sendo essa etapa da vida humana de fundamental importância para a aquisição dos valores, saberes, para uma vida plena, fundamentada na alteridade.

É unânime o reconhecimento da importância de trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil. As entrevistadas citam que desde cedo deve ser abordada a importância da preservação do meio ambiente, dos cuidados com o solo e a água para ter um mundo melhor. É na infância, de acordo com as docentes, que as crianças estão atentas a tudo que acontece; elas, inclusive, ajudam os pais na conscientização da preservação do meio ambiente.

A infância é considerada um período propício ao desenvolvimento integral das crianças e a melhor compreensão do mundo que a cerca e de si mesmo e ajudar nessa consciência se constitui num dos grandes desafios da educação.

Ao perceber que a Educação Ambiental significa educar na perspectiva da formação humana, da autonomia, na formação de valores e pensamentos, a escola constitui-se em um ambiente que favorece as relações sociais e humanas, onde se interage com a natureza e o meio ambiente. Nesse contexto, ao refletir sobre Educação Ambiental, é importante rever os modelos, inclusive educacionais, que estão postos em nossa sociedade e pensarmos num projeto maior de sociedade e de ser humano que pretendemos, com nossas práticas educativas. Se buscamos a democratização das relações humanas em todas as esferas da vida ou apenas reproduzimos modelos que não desejamos.

A EA é fundamental para a compreensão dos problemas atuais de nossa sociedade, contemplando os seus múltiplos aspectos pois tudo relaciona-se ao ambiente em que vivemos, a política, a economia, aspectos sociais, psicológicos, culturais até mesmo as pandemias, fruto das consequências dos danos causados a natureza cujo desequilíbrio nos afetam diretamente, especialmente a nossa saúde. Da mesma forma as saídas para os problemas devem ser pensadas compreendendo

a sua dinâmica, pois nada é isolado e tudo deve ser pensado de forma integrada, buscando saídas estruturantes, partindo do sujeito, do lugar em que está inserido, com base no diálogo e no trabalho coletivo pensar em uma opção de civilização que não deixe a humanidade tão vulnerável.

Por fim, o trabalho em EA deve possibilitar a compreensão da realidade vivida, como parte do trabalho educativo, concretizado mediante as atividades realizadas. Além dessa reflexão, a busca do conhecimento e a sua socialização. Para isso, ou seja, para que as ações em EA se efetivem de forma interdisciplinar e coletiva sugerimos que sejam devidamente incorporadas aos projetos políticos pedagógicos, em documentos municipais, garantindo políticas públicas e viabilizando recursos, além do mais importante: mais oportunidades de formações continuadas na área, para dar sustentação epistemológica às ações e práticas escolares, para que possam promover ações coletivas de transformação que possam ir além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Paula Gadioli. **Educação Ambiental e Educação Infantil numa área de proteção ambiental**: concepções e práticas. Orientador: Luiz Carlos Santana. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle>. Acesso em: 13 dez. 2019.

ALVES, Ana Paula; SAHEB, Daniele. A Educação Ambiental na Educação Infantil. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - **Educere**, Curitiba, p.30025-30032, set. 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7774_6497.pdf. Acesso em: 15 nov. ano.

ALVES, José Matias. **Organização, gestão e projecto das escolas**. Porto: Asa, 1992.

ARAUCÁRIA. **Caderno Pedagógico 2019**. Pesquisas Práticas e Vivências na Educação. Secretaria Municipal de Educação. 5 ed. 2019. Disponível em: <https://araucaria.atende.net/docs.google.com/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ARAUCÁRIA. **Conselho Municipal de Educação**. Parecer nº 18/2019, de 18 de agosto de 2019. Institui as Normas para a elaboração da proposta pedagógica para as unidades de ensino de Araucária. Diário Oficial Araucária, 2019.

ARNHOLDT, Bruna Medina Finger. "Educação ambiental na educação infantil: as vivências com a natureza no pátio da escola". 2018. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 18 jan. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2066>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ARRUDA, Vera Lícia Vaz de; FORTKAMP, Eloisa Helena Teixeira. Educação Ambiental na Educação Infantil: alegrias e desafios. In: GUIMARÃES, Leandro Belinaso *et al.* (Orgs.). **Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. p. 141-158.

BARCELOS, Valdo. **Educação Ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Editora Porto, 1994. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999

BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. Educação Ambiental e valores na prática de uma professora: sentidos construídos. **Comunicações**, Piracicaba, Ano 22, n. 2, Ed. Especial, p. 335-36, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília: MEC/SEF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. V. 1. Brasília, 1998b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n.º 22**, 17 dez. 1998c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9795**, de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2006a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEB, 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.608**, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro

de 1996; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução Nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012b. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRUGGER, Paula. Nós e os outros animais: Especismo, Veganismo e Educação Ambiental. **Linhas Críticas**, v. 15, n. 29, p. 197-214, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3532>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**: identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002. p. 18-25.

CAPRA, Fritjof *et al.* **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. Traduzido por Carmem Fisher. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Traduzido por Raul Polilo. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Luiz Marcelo. **A temática ambiental e o processo educativo**. Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Texto elaborado para realização de Oficina. Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (COEA), Ministério da Educação: Brasília, 2001. Tiragem limitada. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1109949/mod_resource. Acesso em: 25 out. 2019.

CASTOLDI, Rafael; POLINARSKI, Celso Aparecido. A utilização de recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem. In: **II SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIENCIA E TECNOLOGIA**. Ponta Grossa, PR, 2009. Disponível em: http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/8%20Ensinodecienciasnasseriesiniciais/Ensinodecienci asnasseriesinicias_Artigo2.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

CORREA, Saionara Escobar de Oliveira. **O conhecimento da problemática ambiental do lixo na visão dos alunos de 5a a 8a séries em escolas municipais de Itaquí-RS**. 2001. Monografia (Especialização em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Campus II, Uruguaiana, 2001. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=256>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CORSARO, William A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças**: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.

CREPALDI, Geise Daniele M. **Educação Ambiental e valores na Educação Infantil**: Sentidos construídos a partir do trabalho pedagógico. Dissertação de Mestrado

UNESP - Faculdade de Ciências, Rio Claro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182314>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.**, Curitiba, 2004, n. 24, p. 213-225. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação e Sociedade**, ano XX, n. 69, dez, pp. 60-91, Campinas, 1999.

FERREIRA, D. L. **Plantando e colhendo aprendizagem na horta do conhecimento**: projeto pedagógico próprio. Belém: Funbosque, 2006

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura**: a sociologia do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: carta pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Partir da Infância**. Diálogos sobre Educação. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília, 28/8 a 2/9/94. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GARANHANI, Marynelma Camargo; MORO, Vera Luiza. A escolarização do corpo infantil: uma compreensão do discurso pedagógico a partir do século XVIII. **Educar em Revista**, v. 16, n. 16, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2040>. Acesso em: 02 mar. 2020.

GIASSI, Maristela Gonçalves *et al.* Um espaço de educação ambiental para estudantes de Criciúma-SC e Região. **Revista Iniciação Científica**, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/1639-4895-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias da reprodução. Petrópolis, Vozes, 2011.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**: A organização nos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p. 189-205, USP, São Paulo, 2003.

KREFTA, Silvana. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil**: Algumas considerações sobre a trajetória da Escola Infantil no Brasil. 2011. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/brinquedoteca/documentos/metodologia_educacao.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

LAYRARGUES, Philippe P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-71.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas. **Revista Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 17, p.153-176, 2001.

LIMA, Elieuzza Aparecida de. **Infância e teoria histórico-cultural**: (des)encontros da teoria e da prática. Orientadora: Suely Amaral Mello. 2005. 135 f. Tese (Doutorado em Ensino na Educação Brasileira) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas>. Acesso em: 24 out. 2019.

LOGAREZZI, Amadeu. **Educação ambiental em resíduo**: uma proposta de terminologia. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe. Pomier. Educação ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, v. 9, n. 25, p. 6-7, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

LUCCAS, Marinete Belluzzo. **Práticas pedagógicas em educação ambiental na educação infantil**: análise de dissertações e teses brasileiras. Orientadora: Dalva Maria Bianchini Bonotto. 2016. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 04 dez. 2019.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114753>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MARSHALL, Peter J.; MELTZOFF, Andrew N. Body maps in the infant brain. **Trends in Cognitive Science**. p. 483-544, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26231760/> Acesso em: 05 out. 2019.

MARTINS, Ligia Marcia. O Ensino e o Desenvolvimento da Criança de Zero a Três Anos. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia Martins (Orgs.). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas: Alínea, 2009. p.136-168.

MEDINA, Naná. M. **A formação dos professores em Educação Ambiental**. In: Panorama da educação ambiental no ensino fundamental / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2001, p. 17-24. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MEDINA, Naná M.; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEYER, Mônica Angela de Azevedo. Ecologia faz parte do espaço cotidiano. **Amae Educando**. n. 225, p.13-20, Belo Horizonte, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadernos Secad - Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC), Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, Março, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas públicas para educação infantil no Brasil (1990-2001)**. Maringá: EDUEM, 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar; TAGER, Djénane Kareth. **Meu caminho**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

OLIVEIRA, Thaisa Lemos de Freitas; VARGAS, Icléia Albuquerque de. Vivências Integradas à Natureza: por uma Educação Ambiental que estimule os sentidos. **REMEA**, v. 22, n. 1, p. 309-322, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2829>. Acesso em: 04 nov. 2019.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINTO, Álvaro V. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Cortez, 1982.
QUINTAS, José Silva Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb>. Acesso em: 04 dez. 2019.

RAIMUNDO, Jerry Adriano; FAGUNDES, Maurício César Vitória. Estado da arte sobre a formação de professores entre 2001 e 2016: um olhar sobre a produção brasileira a partir do Portal de periódicos CAPES/MEC. **Roteiro**, v. 43, n. 3, p. 891-918, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RAZZOTO, Evandro. **Eco sustentabilidade**: dicas para tornar você e sua empresa sustentável. Curitiba: Edição do Autor, 2009.

REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde Cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ROCHA, Ana Gabriele da Silva *et al.* Educação infantil. Articulando a produção de desenhos com a educação ambiental em uma escola comunitária do sul do Brasil. **Revista Ibero-americana de Educación**, v. 72, n. 1, p. 183-206, 1999. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/42>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RODRIGUES, Cae. **Educação Infantil e Educação Ambiental**: um encontro das abordagens teóricas com a prática educativa. **REMEA**, Rio Grande, v. 26, n.1, p. 169-182, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 05 nov. 2019.

RODRIGUES, Daniela G.; SAHEB, Daniele. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** [online]. 2018, v. 99, n. 253. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i253.3607>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RODRIGUES, Daniela G.; SAHEB, Daniele. A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. **Ciênc. educ.** (Bauru) [online]. 2019, v. 25, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320190040004>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SALLES, Fatima; FARIA, Vitoria. **Currículo na Educação Infantil**: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.

SANTOS, Adriana Pereira dos; LEONOR, Maria Filomena Fernandes. Recreação/Educação Infantil: transição e frutos. *In*: KRAMER, Sonia *et al.* (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011. p. 103-145.

SANTOS, Carolina Moraes. **Educação Ambiental na Educação Infantil**: Contribuições didáticas. Orientadora: Ana Maria de Andrade Caldeira. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2019. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182208/santos>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SANTOS, Edna Maria dos; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. O educador e o olhar antropológico. Fórum Crítico da Educação: **Revista do ISEP**/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas. v. 3, n. 1, out. 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja>. Acesso em: 10 out. 2019.

SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC). **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, Março, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SENICIATO, Tatiana. **Ecossistemas terrestres naturais como ambientes para as atividades de ensino de ciências**. Orientador: Osmar Cavassan. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2002. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/Arquivos.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

SCHALL, Virginia T. Educação ambiental e em saúde para escolares de primeiro grau: uma abordagem transdisciplinar. **Cad. Saúde Pública** [online]. 1994, v.10, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000200013>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SILVA, Rosana Louro F. da; CAMPINA, Nilva Nunes. Concepções de educação ambiental na mídia e em práticas escolares: contribuições de uma tipologia. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 6, n. 1, p. 29-46, 2011. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TIRIBA, Léa (Orgs.). **Direito ao ambiente como direito a vida**: desafios para a educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, J. M. *et al.* **Projeto reciclagem**: caminhos para a sustentabilidade; Projeto de Articulação Intercurricular. Belém: Funbosque, 2007.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. São Paulo: Artmed, 2009.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Org.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.54-72.

TIRIBA, Léa. **Crianças da natureza**: Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Rio de Janeiro: NIMA/PUC-Rio, 2017.

TONUCCI, Francesco. **Quando as crianças dizem**: Agora Chega! Porto Alegre: Artmed, 2005.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Orgs.). **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Brasília: SECAD; UNESCO, 2006.

VALIENGO, Amanda. **Educação infantil e ensino fundamental**: bases orientadoras à aquisição da leitura e da escrita e o problema da antecipação da escolaridade. Orientadora: Cyntia Graziela Guizelim Simões Giroto. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

VEIGA, Ilma P. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2007a.

VEIGA, Ilma P. (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico da escola**. Campinas: Papirus, 2007b.

VEIGA, Alinne; AMORIM, Érica; BLANCO, Mauricio. **Um Retrato da presença da educação ambiental no ensino fundamental brasileiro**: o percurso de um processo acelerado de expansão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

ZANON, Natália Gladcheff. **A inserção da Educação Ambiental em Centros Municipais de Educação Infantil em São Carlos (SP)**: uma análise a partir de uma perspectiva crítica. Orientadora: Maria Cristina de Senzi Zancul. 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2019. Disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4896.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

APÊNDICE 2 – QUADROS RESUMOS DOS DADOS COLETADOS

APÊNDICE 3 – ENTREVISTA

APÊNDICE 1 – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO



Rua Jaguariaíva, 512 Balneário Caiobá
Matinhos/PR CEP 83260-000
Tel. (41)3511-8371
profciamb@ufpr.br | www.profciamb.ufpr.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Carlise Rosana Voss Martins, pesquisador da Universidade Federal do Paraná, matriculado no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental e orientado pelo professor Dr. Maurício Fagundes, convido o(a) senhor(a) _____, Professor(a) da Rede Municipal de Araucária, a participar como entrevistado no estudo intitulado “Educação Ambiental na Educação Infantil”.

O objetivo desta pesquisa é: Investigar como a Educação Ambiental é trabalhada na Educação Infantil, de modo geral. Para esse estudo também será verificado como a Educação Ambiental está contemplada na Proposta Pedagógica, além de compreender como se dá a formação do professore de Educação Infantil com relação a Educação Ambiental.

Para tal, este termo tem como objetivo confirmar a concessão de uma entrevista semiestruturada, que terá em média 20 minutos, a ser executada em local a ser definido ou de maneira não presencial (via mídias digitais como videoconferência ou tecnologias que permitam a realização do trabalho). Tal entrevista será gravada em modo digital, e se necessário transcrita manualmente e servirá como base de dados para a averiguação dos objetivos propostos na pesquisa. Caso o entrevistado tenha interesse, esta entrevista poderá ser respondida por escrito.

Esclarece-se, ainda, que os dados resultados de cada participante são confidenciais e sua identidade será mantida em sigilo nas divulgações posteriores. Tais informações serão utilizadas para fins acadêmicos, podendo ser apresentadas em congressos, publicações ou outra forma de divulgação. Caso o entrevistado não concorde com qualquer situação referente à pesquisa, este termo será devolvido àquele.

Enfoca-se que, da pesquisa a se realizar, espera-se alguns benefícios, tais como: dar forma e consistência à pesquisa, oferecer fundamentos de apoio a argumentação teórica e contribuir para esclarecer fenômenos do processo desta pesquisa.

Fica aqui esclarecido sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, este estudo não causa riscos objetivos, a gravação da entrevista pode representar algum desconforto, visto que algumas pessoas se inibem diante deste recurso tecnológico.

É assegurado o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da participação.

A pesquisadora poderá ser contatada pelo endereço eletrônico carlise.voss@gmail.com ou pelo telefone (41) 99661-1085.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para a UFPR: (41) 3360-5440 ou mandar um *e-mail* para mestradoprofissional.se@gmail.com.

Enfim, tendo sido, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Assim, eu, _____, fui orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei voluntariamente em participar. Sei que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão afete os resultados desta pesquisa.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura do pesquisador

Assinatura do orientador da pesquisa

Local e data

APÊNDICE 2 – QUADROS RESUMOS DOS DADOS COLETADOS

Quadro 1 – Perfil das professoras pesquisadas

PROFESSORA	FORMAÇÃO	TEMPO DE TRABALHO	UNIDADE ESCOLAR
1	Magistério, Adicional em Educação Infantil e Libras, Letras Português-Inglês, Pós-Graduação em Educação Especial Inclusiva, além de Educação bilíngue (Libras).	25 anos	Escola do Campo Municipal Rosa Picheth
2	Pedagogia e Sociologia	28 anos	Escola do Campo Municipal Edwino Novak
3	Pedagogia	20 anos	Elvira de França Buchmann
4	Pedagogia, Pós em Ed. Infantil, Ensino Fundamental, Gestão Escolar e Ed. Especial.	11 anos	Escola Irmã Elisabeth Werka
5	Magistério. Bacharel e Licenciada em Artes Cênicas, Pós-graduação em Literatura Infanto Juvenil.	29 anos	CMEI Fazenda Velha
6	Magistério, Adicional em Deficiência Intelectual e EI. Normal Superior UEPG e complementação Pedagogia FAP, Especialização em: Ética e Gestão de Pessoas. Pedagogia, Educação Especial com ênfase em condutas típicas. Alfabetização e letramento.	22 anos	CMEI Tietê
7	Pedagogia UFPR. Pós em: Neuropsicologia, Psicomotricidade, Novas Tecnologias aplicadas a Educação e Mestre em tecnologia pela UTFPR-2016.	23 anos	CMEI Jardim do Conhecimento

Fonte: A autora, 2020.

As 7 (sete) professoras pesquisadas tem um bom embasamento profissional, com vários anos de atuação, além de formação com nível superior.

No quadro 2 que segue, descrevemos a formação em Educação Ambiental durante a graduação.

Quadro 2 – Formação em Educação Ambiental

PROFESSORA	Você teve uma formação relacionada a Educação Ambiental durante a sua graduação?
1	<i>-Durante toda a minha formação não tive nenhum curso específico de educação ambiental. A gente sempre trabalhou de forma meio geral algum assunto de educação ambiental, focando que é necessário fazer a preservação, a questão do lixo reciclado, mas nada específico.</i>
2	<i>-Não tenho certeza, acho que no curso de sociologia tive uma disciplina específica, mas não estou lembrada, não me recordo muito.</i>
3	<i>-Eu não me lembro exatamente de ter feito um módulo inteiro de educação ambiental, mas eu sempre estou estudando, sempre estou lendo, que é um assunto que eu gosto e eu me preocupo muito com o futuro do nosso planeta, com o futuro dos meus filhos, meus netos, então é por isso que eu estou sempre buscando mais conhecimento, mas eu não lembro de ter estudado isso lá na minha formação acadêmica, um módulo que seja direcionado para isso, não tenho lembrança mesmo</i>
4	<i>- Durante minha faculdade não tive nada relacionado a educação ambiental e nunca fiz nenhuma especialização que tratasse desse assunto.</i>
5	<i>- Na formação acadêmica não.</i>
6	<i>- Durante a graduação e especialização eu não tive nenhum curso que eu me lembre voltado para Educação Ambiental.</i>
7	<i>- Durante a minha formação eu não tive disciplinas sobre Educação Ambiental.</i>

Fonte: A autora, 2020.

Nenhuma das professoras teve, durante a graduação e após, qualquer formação direcionada à Educação Ambiental.

I

Quadro 3 – Curso de Formação Continuada

PROFESSORA	Durante sua carreira profissional você fez algum curso de formação continuada relacionado a Educação Ambiental?
1	<i>- Não. Durante a minha carreira não fiz nenhum curso focando apenas em educação ambiental.</i>
2	<i>- Creio que durante todo esse percurso meu aí, eu devo ter feito algum curso, mas também não me recordo para especificar mais.</i>
3	<i>- Eu me lembro sim que fiz alguns cursos, poucas horas de formação ambiental, de preservação do meio ambiente, mas faz bastante tempo.</i>
4	<i>- Também não.</i>
5	<i>- Na continuada sim. Quando trabalhei na Casa da Criança na Secretaria Municipal de Promoção Social, tive a melhor formação de Educação Ambiental de 40 horas. O que aprendi, utilizo na minha prática pedagógica até hoje.</i>
6	<i>- Não. Até o ano passado eu não tinha feito nenhum curso. A maioria das minhas formações é na área da Educação Especial. Eu iniciei um curso sobre Educação Ambiental e agroecologia, destacando a importância</i>

	<i>de regatar esses valores dentro da escola do campo e âmbito geral também.</i>
7	<i>- Durante o período que trabalhei como estagiária no colégio Dom Bosco eu tive várias formações, seminários, as formações puxavam para essa questão da Educação Ambiental na Educação Infantil, que é um tema que a gente trabalha bem forte nas crianças, a economia de água, como preservar o ambiente, como ajudar os animais polinizadores, aves, insetos no inverno como a gente pode fazer, todas essas questões como estagiária e depois como docente no colégio Dom Bosco, no qual eu trabalhei até o ano de 2008.</i>

Fonte: A autora.

Quatro (4), das sete (7) professoras entrevistadas, alegaram que fizeram algum curso voltado a Educação Ambiental, inclusive aplicam em sala de aula. As outras três professoras não tiveram qualquer formação.

Quadro 4 – A importância de trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil

PROFESSORA	Qual a relevância de trabalhar com a Educação Ambiental na Educação Infantil na sua opinião?
1	<i>-É muito importante trabalhar esse tema com os alunos da educação infantil porque muitas vezes são eles que nos ajudam conscientizar os adultos. Se conseguirmos atingir uma criança com este tema e ela no seu jeito fazer com os hábitos de atitudes sejam mudadas pelos pais, futuramente teremos um futuro mais verde e mais preservado.</i>
2	<i>-Então, as crianças estão em constante aprendizado, é importante que tenham essa noção. Por trabalhar numa escola do campo, tem muito descuido com relação ao meio ambiente. É importante que quando eles vão crescendo, vão tendo uma preocupação com o meio ambiente, eles vão tendo uma consciência de preservação.</i>
3	<i>- Então eu acho extremamente importante que nessa idade que eles estão despertando pro mundo, eles estão conhecendo o mundo é levá-los a compreender a importância do meio ambiente, despertar a consciência de desenvolver hábitos de preservação, para que eles cresçam conscientes e sejam pessoas melhores que nosso mundo precisa.</i>
4	<i>- Acho importantíssimo abordar o tema na educação infantil, pois é uma questão de sobrevivência e quanto mais cedo for abordado, maior a chance de "educar" para a preservação.</i>
5	<i>- Acho fundamental a educação ambiental na educação infantil para o desenvolvimento integral das crianças e a melhor compreensão do mundo que a cerca e de si mesmo.</i>
6	<i>-Eu acredito que é fundamental trabalhar com a EA na EI, uma vez que está sendo formado a personalidade, os princípios e tudo mais. Eles estão atentos em tudo o que acontece, estão atentos aos conceitos que estão sendo transmitidos e gradativamente eles vão tendo essa consciência de preservação, de cuidado, de zelo, de economia nos recursos no caso da água, cuidado com o solo, cuidado com a natureza em âmbito geral assim mesmo, não poluindo, procurando separar o lixo, acho assim fundamental e essencial iniciar já desde bebezinho mesmo.</i>

7	- Na Educação Infantil é importante todos os temas, pois é nessa idade que a criança aprende a importância do cuidar do outro, cuidar de si e por que não cuidar do ambiente, então nós gostamos de trabalhar na EI os temas da EA porque as crianças conseguem desenvolver uma empatia, a partir dessa empatia de cuidar do outro e cuidar por exemplo dos insetos polinizadores que é algo que eu gosto de trabalhar, no inverno né, como a gente pode alimentar as abelhas para que elas continuem a produzir mel, pra que tenhamos polinização, para que tenhamos frutos então como nós podemos estimular as crianças, fazendo um xarope com um pouquinho de água com açúcar, colocando em garrafa pet e pendurando bem longe nas árvores porque infelizmente a maior parte das abelhas tem ferrão.
---	---

Fonte: A autora.

Quadro 5 – Educação Ambiental na Proposta Pedagógica

PROFESSORA	A Educação Ambiental está contemplada na Proposta Pedagógica de sua Unidade Educacional?
1	- De acordo com o referencial, do planejamento de educação infantil ele contempla sim. Ele diz a importância de compreender a importância do meio ambiente, desenvolver hábitos de preservação, a importância de separar o lixo, fala sobre a questão do uso racional da água, também reconhece a ação do homem como agente transformador da paisagem. De acordo com o referencial, ele contempla assim esse tema ambiental.
2	- Eu imagino que sim, não lembro. Nos conteúdos que a gente trabalha, a gente tem que trabalhar mesmo: preservação, meio ambiente, cuidados com a água, mas na proposta pedagógica eu não sei mesmo.
3	- Está contemplada sim, tem um campo que é da linguagem do mundo físico, social e natural e dentro desse campo tem o conteúdo preservação do meio ambiente e é sugerido para trabalhar no 1º e 2º semestre.
4	- Não sei.
5	- A educação ambiental está contemplada nos conteúdos a serem trabalhados. Na proposta pedagógica não há nada específico em relação a educação ambiental.
6	- Não lembro, acredito que sim. Sempre é citado algo sobre educação ambiental.
7	- Olha, eu não percebo a EA dentro da proposta, mas ela está incorporada, dentro das diretrizes municipais e dentro do referencial de EI que nós trabalhamos, nós temos sim os conteúdos de preservação de meio ambiente, o uso correto da água, o uso correto dos meios naturais que é como a gente pode aproveitar a luz solar e evitar a poluição, evitar alguns desperdícios, esses estão dentro dos conteúdos obrigatórios a serem trabalhados, dentro da proposta eu não tenho essa informação.

Fonte: A autora

Quadro 6 – Atividades de Educação Ambiental

PROFESSORA	Você desenvolve atividades, práticas que contemplem a Educação Ambiental?
1	-Sim
2	<i>-Sim, nós temos muito cuidado com a questão dos alimentos, cuidados com a questão de não jogar fora (desperdiçar), a água, o esgoto (problemas na escola de fossa e de vazamento), a questão de do cheiro forte, a questão das queimadas que por ser uma área rural, eles por ter o hábito de plantar e queimar o resto da produção. As crianças até têm uma consciência, mas os pais não têm essa preocupação, não. Digo pra eles que comentem com os pais.</i>
3	-Sim
4	-Sim
5	<i>- Quando fui para a Educação Infantil sempre fiz questão de trabalhar com a educação ambiental com as crianças de forma que envolvesse também as famílias, tanto no contato com a natureza, preservação e separação do lixo. As crianças aprendem e ensinam seus pais que acabam mudando hábitos principalmente em relação ao lixo por não saberem. O contato com a terra, plantio, vivências são de suma importância para as crianças se apropriarem do mundo que a cerca e valorizar a natureza.</i>
6	<i>- Sim. Nós começamos um projeto, nós intitulamos de semeando o futuro, primeiramente nós trabalhamos a semente do girassol, trabalhamos todas as propriedades desde a questão de utilização da mesma, isto é, na farmácia, no cosmético, na alimentação humana e de animais. Trabalhamos uma literatura: o girassol solitário, trabalhamos com questões que envolve a alfabetização, a contagem, as operações, a classificação então realizamos um teatro dessa literatura onde a gente apresentou para os pais daí fomos para o campo literalmente, preparação do plantio, separação e seleção de semente, cada criança recebeu 4 sementes e foi identificado com o seu nome aí eles cuidavam, fizeram uma catalogação da evolução dessa semente, na verdade ele está gerando essa atividade tão maravilhosa mesmo, estão encantados, envolvidos de ver como vai ser a finalização desse projeto.</i>
7	<i>- Então uma das atividades que falei é essa das abelhas e a outra é uma pinha alimentar, nós temos pinus plantado bem perto do estacionamento e sempre cai umas pinhas, especialmente no final de maio, então o que nós fazemos, umedecemos essa pinha com mel e depois em alguns grãos como painço, alpiste, e então penduramos com uma cordinha em algumas árvores também para que os pássaros venham se alimentar. Sempre trabalhando com a criança essa questão da empatia, cuidar do outro, cuidar do ambiente como a casa deles, como a casa grande que dividimos com todos. Se não cuidamos da nossa primeira casa que é o nosso corpo, a segunda casa que é o ambiente que moramos, a terceira casa que é o nosso planeta, como poderemos manter a nossa saúde.</i>

Fonte: A autora

Quadro 7 – As práticas relevantes na Educação Ambiental

PROFESSORA	Cite uma dessas práticas que considere mais relevante.
1	<p><i>-A gente fez um trabalho de limpar a quadra, juntar os lixos, separar o que é reciclado e o que não é. Esse ano com a EI a gente trabalhou a questão das cores dos latões. Quando eles vão descartar os lanches em que latões você deve descartar os lixos. Essas atividades, as práticas que eu fiz com a educação infantil.</i></p> <p><i>Com a Educação infantil, esse ano eu fiz um trabalho sobre a água, trabalhou toda a questão pra que serve a água, se não tivesse água o que faria, aí no final a gente fez uma brincadeira de bolinha de sabão. Trabalhamos também a questão da plantação, do plantio, aqui a maioria o pai trabalha na roça então faz alguma plantação.</i></p> <p><i>A gente fez essa semana uma salada de fruta, cada aluno trouxe a sua fruta então a gente trabalhou a questão dos gostos, apresentou então a questão se não houvesse a terra boa esses alimentos tão gostosos não estariam na nossa mesa, quando há muita chuva, o que acontece, tem muita perda, então por ser uma escola de interior é muito fácil de trabalhar porque eles trazem muita coisa de casa. A maioria planta e sobrevive do plantio, tem horta, vende alface, repolho, então a gente trabalhou sobre isso. O interessante é que eu trabalhei a musiquinha do trem das frutas, acho que é do Palavra Cantada e nessa música foi trabalhado 14 frutas, se eu não me engano, e dei uma fruta pra cada um, e quando eles falavam a palavra tinham que identificar a fruta, as frutas diferentes foram carambola e kiwi. Então tudo isso, se não cuidar do ambiente, a nossa terra, não haverá frutas tão gostosas em nossa mente, foi um trabalho bem interessante, bem gostoso, a gente trabalho a questão do alimento, trabalhou a questão do gosto, do cheiro, como se planta, cantamos bastante e também a gente comeu no final, foi bem gostoso.</i></p>
2	<p><i>- Então, voltando as questões das queimadas, nós começamos com uma conversa que entrava no conteúdo do ar. Então a gente começava uma conversa, eles vão relatando como fazem em casa, aí trabalhamos imagens, fazemos o registro, depois de um tempo, uns dias depois os alunos comentaram que em casa estava tendo uma melhora, aquela sementinha que a gente vai plantando e espera que essa sementinha cresça.</i></p>
3	<p><i>- Uma das primeiras práticas que eu gosto de trabalhar com eles quando a gente vai abordar esse assunto é leva-los a fazer um passeio pela escola, depois sempre que possível a gente sai para fazer um passeio ao redor da escola, para que eles possam ver como está a nossa paisagem, como está as nossas ruas, como as pessoas agem. Infelizmente o que eles veem não é legal porque eles acabam vendo poluição, acabam vendo muito lixo jogado e daí a gente traz eles para essa realidade, faz eles sentirem mesmo a necessidade de preservar, a necessidade de eles fazerem diferente, serem pessoas diferentes, mais conscientes, sobre a questão do lixo a gente conversa muito, quando e como jogar e alguns pais acabam falando pra gente depois, que se alguém fosse jogar um papel de bala, uma latinha eles dizem que não pode, então a gente sempre está trabalhando bastante essa consciência mesmo. Acredito que a maioria vai crescer um pouquinho melhor, um pouquinho diferente do que a maioria das pessoas está fazendo e destruindo o nosso planeta. Só o fato de eles levarem o lixinho pra casa e jogar o lixo no lixo eles já estão fazendo a parte deles. Então uma coisa bem legal é levar fazer um passeio, pra prática, poder observar o campo,</i></p>

	<i>ao redor da escola, então eu acho bem bacana. Depois mostrar a importância de reciclar, a importância de separar o lixo. Eu acredito que é uma atividade bem legal de fazer com eles.</i>
4	<i>- As atividades são diversas, pois através dos conteúdos que devem ser contemplados conseguimos realizar algumas atividades práticas que traz um efeito maravilhoso, que sabemos que levam o aprendizado para casa e pedem para que os pais façam. Um exemplo é a construção das lixeiras para a separação do lixo, eles se envolvem de uma forma surpreendente a ponto de corrigir qualquer um que faça contrário. Outra prática é a preservação da mini horta em garrafa pet, onde aprendem os cuidados que devem ter com as plantas e o quanto são importantes. Sei que a Educação Ambiental deve ser contemplada, pois são muitos os conteúdos relacionados que obrigatoriamente devem ser trabalhados, só não vejo muitas aulas práticas, o que é uma pena, pois sabemos que as práticas são bem mais interessantes para o aluno.</i>
5	<i>- Cada ano desenvolvo um projeto diferente envolvendo a educação ambiental. Neste ano fizemos o Projeto Girassol que envolveu história, informações, lendas, plantio, músicas, danças e apresentações. As crianças estão acompanhando o crescimento das plantas e em breve irão florir. Envolvemos as famílias nesse projeto. Também focamos na reciclagem e separação do lixo juntamente com as famílias, com folhetos informativos, trabalho com sucatas e a importância de se ter duas lixeiras e de separar o lixo. Na sala de aula passamos a ter duas lixeiras também e as crianças já estão bem familiarizadas com a separação e com o que é reciclável e o que é lixo comum. São práticas que estão se tornando hábito dentro e fora da Unidade.</i>
6	<i>- Paralelo a semente do girassol nós semearmos outras sementes, nessas oportunidades nós trabalhamos com as crianças a importância da alimentação saudável, de cultivar, especialmente eles que moram na área rural, não foi feito ainda um trabalho com os pais, mas a nossa intenção é que esse projeto se estenda aos pais, especialmente o cultivo da horta. Enviamos para casa também algumas mudas, no caso a da cereja, a gelatina da cereja, os benefícios e as propriedades da cereja, saborearam a cereja. Essa semana eles já colheram o brócolis, o alce, levaram para casa. E a importância do adubo orgânico, fizemos um espaço para a compostagem para depois ser utilizado na horta. Eles estão compreendendo dentro da idade deles, estão se apropriando desses conceitos, está sendo muito importante.</i>
7	<i>- Então foram essas duas atividades: a das abelhas com o xarope feito de açúcar e água para pendurar nas garrafas pets para alimentar as abelhas e as pinhas alimentares para alimentar os outros pássaros que são os animais polinizadores, essas foram as duas atividades que eu trabalhei na EI, porque são temas que quase ninguém trabalha que são os animais polinizadores que produzem o alimento pra gente. Normalmente se trabalha com a reutilização da água, reciclagem de plásticos, isso também já está incorporado. O que eu acho que fiz diferente na EI foi com esses dois projetos. Eu também tive experiências mas é fora da EI, no ano de 2014 e 2016 eu desenvolvi um projeto de robótica para Araucária e nesse projeto nós utilizávamos sucata junto com os equipamentos de prototipação que a gente chama, as plaquinhas e alguns micromotores, controle remoto de TV e montávamos outras estruturas com crianças e adolescentes, mas infelizmente não era na EI, porque é algo tão complexo para trabalhar com crianças tão pequenas.</i>

Fonte: A autora

Quadro 8 – Dificuldade/facilidade de trabalhar a Educação Ambiental na escola

PROFESSORA	Comente os aspectos que facilitam ou dificultam o trabalho com Educação Ambiental na sua unidade educacional
1	<p>- Na minha escola por ser escola de interior facilita, então a gente fala e parece que fica mais fácil. A escola também tem uma área muito boa verde, né, então, a gente foca que se não fosse todo esse verde como seria esse ar e debaixo das árvores a gente improvisa balanço, corda, então a questão ambiental é mais fácil a gente trabalhar, e também pelo contato, muitos veem os pais plantando, quando acontece uma chuva de pedra, uma chuva muito intensa, então eles sabem a perda que o pai teve, então eles escutam ou porque encalhou o ônibus, precisou de um trator, então para trabalhar esse tema é fácil e os alunos são muito compreensíveis porque eles sabem que a maioria dos pais precisa de uma terra boa de não ter chuva intensa pra ter uma boa colheita e tendo uma boa colheita pra trazer seu dinheiro para dentro de casa. Não é difícil trabalhar esse tema na minha unidade.</p>
2	<p>- Primeiro de tudo é a conscientização dos pais, a gente faz um trabalho em sala e vê que não tem a colaboração dos pais em casa, dos cuidados mesmos que eles fazem com o restante dos produtos agrícolas, embalagens, então a questão, primeiro é a colaboração dos pais para esse trabalho. O que facilita é que as crianças têm uma cabeça muito aberta, quando você fala esses cuidados, você vê que tem um retorno não só na hora, mas depois. Então a minha turma é uma turma muito boa nesse sentido, porque as vezes o retorno não é assim na hora que você fez, do que você falou.</p> <p>Na escola nós tínhamos a horta, não temos mais, pois falta iniciativa, mobilização.</p> <p>Nos conteúdos tem a preservação do meio ambiente e é reconhecer os efeitos da ação do homem como agente de transformação da paisagem. Compreender a importância do meio ambiente e desenvolver hábitos de preservação. Perceber a importância de reduzir, separar, reciclar, o lixo. Entender a importância de fazer o uso consciente da água.</p> <p>A questão dos cuidados, limpeza, não poluir os rios, são os aspectos que estão no planejamento referencial do município de Araucária, seres vivos também que entra nas características e não no cuidado. Foram esses aspectos.</p>
3	<p>- Eu acredito que aqui na escola a gente faz a nossa parte, a gente mostra o conteúdo, a gente passa vídeos que mostra a preservação do meio ambiente, a gente desperta essa consciência neles, mostra histórias, a gente faz a nossa parte para que sejam pessoas mais conscientes, mas o desafio que eu vejo, não está nem dentro da escola, está nas famílias, a falta de consciência das famílias, as vezes até a criança tem vontade de fazer, de preservar, de separar o lixo, daí chega lá na prática os pais não têm essa consciência e acaba fazendo o contrário. Muito frustrante pra gente saber o quanto falta essa parte de consciência das famílias e eu vejo também a falta de comprometimento dos governos, também as prefeituras, os municípios eu acho que teria que cobrar mais, fazer mais programas que cobrasse que fizesse mais a parte de preservar, separar o lixo, essa consciência que está faltando nas pessoas para preservar, para pensar no futuro. Eu penso que nas escolas até está sendo feito o trabalho, mas quando sai pra fora da escola, infelizmente a coisa não funciona muito.</p>

4	<i>- Acho que as dificuldades são colocadas pelo professor mesmo, já que a escola tem um ótimo espaço e a equipe direção e pedagogos sempre nos dão apoio nos materiais necessários.</i>
5	<i>- O que facilita é que as crianças amam o contato com a natureza e tudo que diz respeito a ela. As crianças se encantaram, cuidam, se envolvem e nos surpreendem com suas descobertas, atitudes e conhecimentos que vão adquirindo nesse contato com a natureza. As famílias também se envolvem e colaboram muito. O que dificulta é a gestão da Unidade na qual trabalho, totalmente alheia ao que acontece e que não se envolve nem participa das ações. E também o fato de na Educação Infantil ainda termos pedagogo somente no período da manhã. Então sem gestão atuante e com meio pedagogo, ficamos sozinhos e sobrecarregados para gerenciar as demandas da turma e dar conta de tudo que demanda uma boa aula ou o desenvolvimento de um projeto.</i>
6	<i>- A equipe pedagógica é muito comprometida, a própria diretora e a pedagoga fizeram a capina dos canteiros, foram para o campo e fizeram toda a limpeza dos canteiros conseguiram as mudas e as sementes de girassol, então existe sim um apoio e uma parceria da equipe gestora, isso facilita o trabalho. As dificuldades foram mais relacionadas ao clima, nós passamos pelo inverso e nossa preocupação foi que com a geada os girassóis não se desenvolveriam e até mesmo as verduras e os legumes, mas isso não aconteceu. Eles cresceram e foram colhidos e distribuídos as crianças para levarem para casa. Eu particularmente não aponto nesse momento nenhuma dificuldade assim tão significativa. Nem toda a equipe do Cmei talvez compreendeu essa importância assim tão significativa, mas acredito que é um processo gradativo.</i>
7	<i>- Os aspectos que dificultam, é a falta de colaboração e a falta de materiais disponíveis, sempre a gente tem que acabar tirando do bolso, porque são poucas as famílias que contribuem se vc acaba solicitando materiais mais diferentes para as crianças, não há muito a participação da família para isso. O que facilita é temos muitas árvores em volta da nossa unidade que é um lugar maravilhoso, tem uns espaços, isso facilita bastante para que possamos espalhar esses materiais para os animais polinizadores.</i>

Fonte: A autora

APÊNDICE 3 – ENTREVISTA

Nome:

Formação:

Tempo de trabalho:

1- Você teve uma formação relacionada a Educação Ambiental durante a sua graduação?

2- Durante sua carreira profissional você fez algum curso de formação continuada relacionado a Educação Ambiental?

3- Qual a relevância de trabalhar com a Educação Ambiental na Educação Infantil na sua opinião?

4- A Educação Ambiental está contemplada na Proposta Pedagógica de sua Unidade Educacional?

5- Você desenvolve atividades, práticas que contemplem a Educação ambiental?

6- Cite uma dessas práticas que considera mais relevante.

7- Comente os aspectos que facilitam ou dificultam o trabalho com Educação Ambiental na sua unidade educacional.

ANEXO – OFÍCIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Educação

Ofício Circular nº 460 - DAP

Araucária, 06 de agosto de 2019.

TODAS AS UNIDADES EDUCACIONAIS
NESTA

Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Prezado(a) Diretor(a),

Solicitamos informações referentes às ações de Educação Ambiental que vêm sendo realizadas em cada Unidade Educacional no ano de 2019. Dentre elas, podem ser:

- Visitas orientadas, por iniciativa própria da Unidade Educacional ou em parceria com Secretarias Municipais, entidades ou empresas;
- Palestras de Educação Ambiental realizadas por profissionais da própria Unidade Educacional ou convidados;
- Ações de gestão ambiental no ambiente escolar como separação de recicláveis, compostagem orgânica, horta, economia de água e energia, etc.;
- Oficinas, confecção de materiais e exposições de trabalhos;
- Outros Projetos ou Programas que a Unidade Escolar desenvolva ou participe;
- Profissionais que possuem formação em Educação Ambiental através de Cursos de Extensão, Pós-Graduação ou Mestrado (Nome Completo, Formação Acadêmica e formação complementar).

Ainda, esclarecemos que essas informações são importantes para a organização do trabalho pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, para a elaboração do Projeto de Lei da Política Municipal de Educação Ambiental, para a nova Organização Curricular do Município de Araucária (de acordo com a Base Nacional Comum Curricular), e atualização do Planejamento Referencial do Município, bem como encaminhamentos para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental Formal.

Assim, solicitamos o favor de encaminhar estas informações, via ofício à SMED - Departamento de Articulação Pedagógica (DAP), impreterivelmente, até o dia 19 de agosto de 2019. Havendo disponibilidade, pode-se anexar fotos ou outras formas de comprovação das informações.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipadamente agradecemos a atenção dispensada e despedimo-nos colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários com Eduardo ou Thaís do Departamento de Articulação Pedagógica, telefone 3614-7412 ou no e-mail articulacao.pedagogica@educacao.araucaria.pr.gov.br.

Atenciosamente,

ADRIANA DE OLIVEIRA
CHAVES PALMIERI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOCIANE EMÍDIA SILVA GERONASSO
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA
(SOCIAL, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO)